MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESU
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ - REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR - DESUP
CAMPUS PITANGA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 31 DE 29 DE JUNHO DE 2018

Pitanga
2022

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor
Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino
Amarildo Pinheiro Magalhães

Diretora de Ensino
Patricia Daniela Maciel

Coordenadora de Cursos de Graduação
Katia Andrea Silva da Costa

Direção Geral do Campus
Márcio Gonçalves dos Santos

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus
Luciano Rudnik

Coordenador de Curso
Felipe Augusto Fernandes Borges

Núcleo Docente Estruturante
Aline Fabiane Barbieri
Felipe Augusto Fernandes Borges
Gustavo Leoni Bordin
Juliana Bicalho De Carvalho Barrios
Leila Cleuri Pryjma
Márcio Miguel de Aguiar
Maria Sandreana Salvador da Silva Lizzi

Colegiado de Gestão Pedagógica de Curso
Aline Fabiane Barbieri
Felipe Augusto Fernandes Borges
Gustavo Leoni Bordin
Juliana Bicalho De Carvalho Barrios
Leila Cleuri Pryjma
Marcio Gonçalves dos Santos
Marcio Miguel de Aguiar
Maria Sandreana Salvador da Silva Lizzi
Marta Rodrigues de Souza
Regina Mara Alexandre (Discente)
Sidineia dos Santos Conrado (Discente)

IDENTIFICAÇÃO 6
1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO 7
1.2. Histórico 8
1.2.1 O Instituto Federal do Paraná 8
1.2.2 O Curso de Pedagogia 13
1.2.3 Missão, Visão e Valores 13
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 14
2.1 Justificativa 15
2.2 Objetivos 21
2.2.1 Objetivo Geral 21
2.2.2 Objetivos Específicos 21
2.3 Concepção de curso 22
2.4 Perfil do egresso 30
2.4.1 Áreas de atuação do egresso 32
2.4.2 Acompanhamento de Egressos 33
2.4.3 Registro Profissional 34
2.5 Metodologia e estratégias pedagógicas 34
2.5.1 Relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação 37
2.5.2 Tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem 40
2.5.3 Educação Inclusiva 40
2.5.4 Integração 41
2.5.4.1 Integração com a Pós-Graduação 41
2.5.4.2 Mobilidade estudantil e internacionalização 42
2.5.5 Material Didático 42
2.5.7 Atividades Práticas de Ensino 43
2.6 Estrutura curricular 43
2.7 Representação gráfica do processo formativo 47
2.8 Matriz curricular 49
2.10 Componentes optativos 53
2.11 Ementário e bibliografias 55
2.12 Avaliação 139
2.12.1 Avaliação da Aprendizagem 139

2.12.2 Plano de Avaliação Institucional 142
2.12.3 Avaliação do Curso 143
2.12.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso 144
2.13 Estágio Curricular Supervisionado 144
2.14 Trabalho de Conclusão de Curso 145
2.15 Atividades Complementares 145
2.16 Formas de acesso e permanência 146
2.16.1 Bolsas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e Bolsa-Atleta 147
2.16.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores 149
2.16.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores 150
2.16.4 Expedição de Diplomas e Certificados 152
2.16.5 Acessibilidade 152
2.16.6 Mobilidade Acadêmica 153
3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 154
3.1. Corpo docente 154
3.1.1 Atribuições do Coordenador 154
3.1.2 Experiência do Coordenador 155
3.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) 156
3.1.4 Relação do corpo docente 156
3.1.5 Colegiado de Curso 158
3.1.6 Políticas de Capacitação Docente 159
3.1.7 Plano de Cargos e Salários dos Docentes 160
3.2 Corpo técnico administrativo em educação 160
3.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo em Educação 163
3.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação 163
4.1 Áreas de ensino específicas 164
4.2 Áreas de estudo geral 165
4.3 Áreas de estudo específico 166
4.4 Áreas de esporte e vivência 166
4.5 Áreas de atendimento discente 166
4.6 Áreas de apoio 166
5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO 168

5.1 Expansão do quadro docente 170
5.2 Projeção de aquisição de materiais permanente e consumo 170
6. REFERÊNCIAS 172
APÊNDICES 185

IDENTIFICAÇÃO

Denominação do Curso: Licenciatura em Pedagogia.

Área do Conhecimento / Eixo Tecnológico: 7.00.00.00-0 - Ciências Humanas / 7.08.00.00-6 - Educação

Modalidade: Presencial.

Grau: Licenciatura.

Regime Letivo (Periodicidade): Semestral.

Turno do curso: Noturno.

Número de etapas anuais e duração média dos períodos letivos: 8 semestres

Horário de oferta do curso: 19h (início) a 22h30 (término).

Prazo de Integralização Curricular: 8 semestres (mínimo) a 14 semestres (máximo).

Carga-Horária total do Curso: 3296 horas (total) sendo 400 horas destinadas a estágios, 200 horas a atividades complementares e 335 horas em atividades de extensão.

Tipo de Matrícula: Por componente curricular.

Vagas totais (anual): 20 vagas (mínimo) a 40 vagas (máximo).

Escolaridade mínima exigida: Ensino Médio completo.

Coordenador:
Nome: Felipe Augusto Fernandes Borges
Titulação Máxima: Doutor
Regime de Trabalho: (_X_) DE. (__) 40h. (__) 20h.

Endereço de Oferta
Campus: Pitanga.
Rua e número: José de Alencar, 880.
Bairro: Planalto.
Cidade: Pitanga.
UF: Paraná.
CEP: 85200-000.

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia fundamenta-se no Parecer CNE/CP nº 5/2005 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (BRASIL, 2005). No âmbito do IFPR, está em consonância com o disposto nas Instruções Internas de Procedimentos PROENS/IFPR nº 01/2016 (IFPR, 2016) e 02/2017 (IFPR, 2017f).

O propósito do curso de Pedagogia é formar profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não-escolares.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia origina-se na necessidade de formação docente da região alinhada à relevância da atuação do IFPR no campo da formação continuada dos professores e dos demais profissionais da Educação Básica, o que constitui uma demanda declarada por instituições de atuação em âmbito regional: Núcleo Regional de Educação (NRE) com sede em Pitanga; Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Rural e Urbano Sustentável da Região Central do Estado do Paraná (CID – Centro); Associação dos Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO); grupo gestor do Território da Cidadania Paraná Centro; Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional para o Desenvolvimento Local (CONSAD) e a Secretaria Municipal de Educação de Pitanga.

Desse modo, a construção deste PPC ocorreu de forma coletiva. Inicialmente, designado, pela Direção Geral do IFPR *Campus* Pitanga, a Subcomissão de Estruturação de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia por meio da Portaria 46 de 05 de junho de 2017 (IFPR – CAMPUS PITANGA, 2017b). Aprovada a PAC, segue-se a elaboração do PPC de Pedagogia por meio de reuniões, discussões e estudos.

Em consonância com objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPR (IFPR, 2017g)[1] voltados aos cursos de Licenciatura, o curso de Pedagogia prioriza fatores de

[1] Revisão 2017-2018 do PDI 2014-2018 do IFPR aprovada pela Resolução nº 13 de 24 de março de 2017 (IFPR, 2017d).

inclusão, buscando garantir o respeito às diversidades. Nesse intuito, compromete-se com a disseminação dessas práticas, na mesma proporção que se preocupa com a problematização do conhecimento, ou seja, a partir do PDI (IFPR, 2017g, p. 97) "[...] os cursos de Licenciatura procuram investir mais na aplicação dos conteúdos, para que os futuros docentes sintam-se mais bem preparados quando concluírem seus cursos e ingressarem para o trabalho formal". Desse modo, o curso de Pedagogia junto ao PDI "[...] objetiva fortalecer as Licenciaturas, entendendo que, dessa maneira, apoia os processos de mudança na sociedade, respondendo aos desafios do conhecimento na atualidade" (IFPR, 2017g, p. 98).

No âmbito do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação o curso de Pedagogia em consonância às ações e projetos do IFPR – *Campus* Pitanga empreende um processo de construção e de ação efetiva na realidade local e regional. Nesse intuito, a formação do estudante em Pedagogia prima pela integração e pela articulação entre diferentes dimensões científica, filosófica, cultural, artística e histórica, considerando o desenvolvimento da capacidade de investigação científica e inserção dos egressos ao mundo do trabalho. Conforme o PDI (IFPR, 2017g, p. 59) "Estas são dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão, que podem se traduzir em inovação". Desse modo, é possível estabelecer um diálogo efetivo com as políticas sociais e econômicas destacando o âmbito local e regional.

1.2. Histórico

1.2.1 O Instituto Federal do Paraná

O Instituto Federal do Paraná teve origem a partir da Lei 11.982 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008a) que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Artigo 2º da Lei 11.982/2008 caracteriza os Institutos Federais como:

> [...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas

> diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008a).

A partir desse parágrafo, entende-se que, "[...] para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais" (BRASIL, 2008a). Neste sentido, entende-se que o Instituto Federal está sujeito a regulação[2] que "[...] será realizada por meio de atos administrativos autorizativos do funcionamento de instituições de educação superior e de cursos de graduação e sequenciais" (BRASIL, 2006c).

No Brasil, existem 38 Institutos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). O Artigo 5º da Lei 11.982/2008 (BRASIL, 2008a) determina a presença dos Institutos Federais nas diferentes unidades da federação, indicando em seu inciso XXV a criação do Instituto Federal do Paraná, mediante a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

As finalidades e características dos Institutos Federais e, portanto, do Instituto Federal do Paraná (IFPR) são descritas nos incisos do Artigo 6º da referida lei, como sendo:

> I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
> II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
> III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
> IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no

[2] Ainda sobre o processo de regulação, avaliação e supervisão das instituições, considera-se a Portaria Normativa nº 23, de 1º de dezembro de 2010, que altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) (BRASIL, 2010b).

> mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
> V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
> VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
> VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
> VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
> IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008a).

A partir disso, estabelecem-se os objetivos dos Institutos Federais, descritos no Artigo 7º da mesma lei:

> I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
> II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
> III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
> IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
> V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
> VI – ministrar em nível de educação superior (BRASIL, 2008a).

Um dos diferenciais dos Institutos Federais é a proposta de verticalização do ensino, sendo possível oferecer, na mesma instituição, desde a Educação Básica até a Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado). O Ensino Superior é ministrado nos Institutos Federais, observando o disposto nas alíneas do Artigo7º, inciso VI, que confere a abrangência de atuação desse nível nas instituições vinculadas à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:

> a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
> b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
> c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
> d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
> e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008a).

O Instituto Federal do Paraná (IFPR), após oito anos de implantação, estrutura-se em 25 *campi* e 5 *campi* avançados, ofertando cursos em nível médio, técnico e superior, além de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de Educação a Distância (EaD). Os *campi* do IFPR estão localizados nos municípios de Assis Chateaubriand**,** Campo Largo, Capanema, Cascavel**,** Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Jaguariaíva, Irati, Ivaiporã, Londrina**,** Palmas, Paranaguá, Paranavaí**,** Pinhais, Pitanga**,** Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória. Enquanto os *campi* avançados estão localizados nas cidades de Astorga**,** Barracão**,** Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu. O Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná foi aprovado a partir da Resolução nº 56, de 03 de dezembro de 2012 (IFPR, 2012b).

O Paraná é um dos estados brasileiros que mais se destaca no crescimento econômico e na qualidade de vida, conforme o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio. A economia paranaense está entre as cinco maiores do país, tendo apresentado, no ano de 2008, um crescimento de 5,8%, atingindo um PIB de 169,8 bilhões de reais, correspondente a 5,84% do PIB nacional (IPARDES, 2008).

Na composição do PIB paranaense, o setor de serviços se destaca, correspondendo a 62,7% do total, seguido dos setores industrial e agropecuário que participam, respectivamente, com 29,1% e 8,2% (IPARDES, 2008).

O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada, na qual se destacam a soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar. Na pecuária, o destaque é da avicultura, que corresponde a 25,3% do total de abates do País. Nos segmentos de

bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,2% e 16,0%, respectivamente (IPARDES, 2008).

No setor industrial, predominam os segmentos de alimentos e bebidas, refino de petróleo e fabricação/montagem de veículos automotores. Enquanto, no comércio internacional se destacam as transações principalmente, com a Argentina e a Alemanha. Entre os principais produtos exportados estão o grão de soja, material de transporte e carne, enquanto os mais importados são materiais de transporte, produtos químicos e derivados de petróleo (IPARDES, 2008).

Neste panorama, o IFPR oferece condições adequadas para a produção de conhecimento e para a qualificação do trabalho, necessárias ao desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Por isso, a distribuição espacial dos *campi* procurou contemplar o estado como um todo, situando as unidades em municípios considerados polos de desenvolvimento regional. Nesse ínterim, é prevista a ampliação constante da rede por meio da implantação de novos *campi* e núcleos avançados, abrangendo regiões com carência de atendimento e com baixo IDH.

No Município de Pitanga, a implantação do Instituto Federal do Paraná ocorreu no ano de 2014 com a oferta de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): Vendas e Auxiliar Administrativo, e o curso FIC em Auxiliar Administrativo.

A autorização de funcionamento do *Campus* Pitanga ocorreu pela Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015c), iniciando suas atividades de ensino em 09 de fevereiro de 2015, com o curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio, no mesmo ano foi ofertado o curso FIC em Condutor Ambiental Local.

No ano de 2016, além da continuidade do curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio, o IFPR *Campus* Pitanga ofertou cursos Técnicos Subsequentes na modalidade de EaD: Administração, Agente Comunitário de Saúde, Logística, Meio Ambiente e Serviços Públicos, com polos nos municípios de Palmital, Cândido de Abreu e Pitanga. Neste mesmo ano em parceira com a Casa Familiar Rural Vitor Mariano de Castro, Secretaria Municipal de Educação e o Núcleo Regional de Educação do Município de Pitanga, foram ofertados cursos FIC em: Agente de Desenvolvimento Cooperativista, Auxiliar Administrativo, Inglês Básico, Programador de Sistemas e Recreador.

Em 2017, além de quatro turmas de Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio, e da continuidade dos cursos Técnicos Subsequentes na modalidade de EaD o IFPR *Campus* Pitanga oferta o curso de Pós-Graduação, nível de Especialização, em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica e os cursos FICs em Auxiliar Administrativo e em Produções Artísticas: Procedimento Teóricos e Metodológicos Bidimensionais - Pintura I.

O curso de Licenciatura em Pedagogia corresponde ao plano de verticalização do ensino no IFPR *Campus* Pitanga. A oferta de cursos superiores gratuitos e de qualidade atende a demanda e colabora para o desenvolvimento regional.

1.2.2 O Curso de Pedagogia

O curso de Pedagogia do IFPR *Campus* Pitanga corresponde às normas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, atendendo princípios contidos no Parecer CNE/CP nº 5/2005 (BRASIL, 2005c), no Parecer nº 3/2006 (BRASIL, 2006a), no Parecer CNE/CEB nº 9/2009 (BRASIL, 2009b), na Resolução CONSUP/IFPR nº 19/2017 (IFPR, 2017b) e Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015a).

1.2.3 Missão, Visão e Valores

A missão do IFPR se constitui em:

> Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade (IFPR, 2017g, p. 27).

Dessa missão, deriva-se a visão institucional “Ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social” (IFPRg, 2017, p. 27). Os valores dos quais o IFPR (2017g, p. 27) preza são:

> • Educação de qualidade e excelência;
> • Eficiência e eficácia;

- Ética;
- Pessoas;
- Sustentabilidade[3];
- Visão sistêmica;
- Qualidade de vida;
- Diversidade humana e cultural;
- Inclusão social;
- Empreendedorismo e inovação;
- Respeito às características regionais;
- Democracia e transparência.

A partir do compromisso social, que se evidencia na missão, na visão e nos valores institucionais, o IFPR propõe uma formação sólida, com base nos valores democráticos como princípios fundamentais à educação e à produção de conhecimentos com base no tripé da educação - ensino, pesquisa e extensão, permitindo uma integração efetiva entre os membros da comunidade escolar, a sociedade e o mundo do trabalho.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didática e pedagógica do IFPR prioriza "[...] a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura; a pesquisa como eixo orientador da prática pedagógica; a indissociabilidade entre teoria e prática e a interdisciplinaridade, visando à superação da fragmentação entre as áreas do conhecimento" (IFPR, 2017g, p. 56).

O processo educativo objetiva:

> [...] proporcionar uma formação integral, que possibilite o acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos e promova a reflexão crítica sobre o contexto social e o mundo do trabalho, desenvolvendo a autonomia intelectual do estudante para que este consiga, por si próprio, formar-se ou buscar a formação necessária na construção de seu itinerário profissional (IFPR, 2017g, p. 56).

A partir desses pressupostos, a elaboração dos PPCs deve estar em consonância com os demais princípios pedagógicos do *campus* e Resoluções do IFPR que orientam sobre a organização

[3] Nesse sentido, o IFPR considera a Portaria nº 61, de 15 de maio de 2008, que estabelece práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis (BRASIL, 2008d).

didático-pedagógica. Desse modo, apresenta-se a concepção, justificativa, objetivos, formas de acesso, permanência, modalidade acadêmica, perfil do egresso, avaliação, estrutura curricular, ementas e bibliografia do curso de Licenciatura em Pedagogia. É estabelecida a organização dos componentes curriculares obrigatórios, Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares.

A construção didático-pedagógica está baseada, entre outros documentos: na Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996); Lei nº 9.503/1997 (BRASIL, 1997a); Lei nº 9.795/1999 (BRASIL, 1999a); Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004b); Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008b); Decreto nº 4.281/2002 (BRASIL, 2002c); Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005a); Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 (IFPR, 2011b); Resolução CONSUP/IFPR nº 14/2014 (IFPR, 2014c); Resolução CONSUP/IFPR nº 02/2017 (IFPR, 2017a); Resolução CONSUP/IFPR nº 19/2017 (IFPR, 2017b); Resolução CNE nº 01/2004 (BRASIL, 2004c); Resolução CNE nº 02/2012 (BRASIL, 2012b) e Resolução CNE nº 02/2015 (BRASIL, 2015a), incluindo normativas estabelecidas pela Resolução nº 55/2011 (IFPR, 2011b), que dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica no IFPR, retificada pela Resolução nº 14/2014 (IFPR, 2014c) e atualizada em 2017 pela Resolução 02/2017 - Art. 100 a 104 (IFPR, 2017a). Também estebelece-se como referências o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) (IFPR, 2017g), a Portaria IFPR nº 120/2009 (IFPR, 2014f), Parecer CNE/CP 5/2005 (BRASIL, 2005c), Resolução CNE/CP 1/2006 (BRASIL, 2006b).

2.1 Justificativa

Conforme destaca o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFPR, 2017g) e seu Estatuto Consolidado (atualizado em 2015) (IFPR, 2015a)[4], o IFPR consiste em uma instituição fundamental para o desenvolvimento sócio econômico local e regional, atuando nos campos do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação. Conforme destaca o Artigo 4º de seu estatuto:

[4] Esse documento considera a Resolução CONSUP n° 01 de 30 de março 2009 (IFPR, 2009b), retificada pela Resolução nº 10/2009 (IFPR, 2009d), consolidada pela Resolução nº 13/2011 (IFPR, 2011e), com o anexo I retificado pela Resolução 39/2012 (IFPR, 2012a), pela Resolução 02/2014 (IFPR, 2014d) e pela Resolução nº 02/2015 (IFPR, 2015c).

O Instituto Federal do Paraná tem as seguintes finalidades e características:

> I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
> II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo, e de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
> III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
> IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Paraná;
> V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
> VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
> VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
> VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
> IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;
> X - participar de programas de capacitação, qualificação e requalificação dos profissionais de educação da rede pública;
> XI - O IFPR, verificado o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá ofertar cursos fora da área tecnológica (IFPR, 2015a, p. 4-5).

Com base nas finalidades institucionais, a análise do contexto regional permite identificar um amplo conjunto de demandas nas quais o IFPR pode auxiliar. No âmbito da implementação e do fortalecimento dos cursos de licenciaturas, o artigo 7º da Lei nº 11.892/2008 acerca da educação superior, determina que os Institutos Federais ofertem "[...] cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional" (BRASIL, 2008a).

O IFPR *Campus* Pitanga está situado a uma distância de 340 km da capital do Estado do Paraná, Curitiba. De acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010a), realizado em 2010, Pitanga tem 32.638 habitantes. Além disso, apresenta um PIB per capita de R$ 20.862,7, tendo como principal fonte de recursos a agropecuária (IBGE, 2014).

O Município de Pitanga faz parte da mesorregião geográfica Centro-Sul paranaense, sendo a microrregião geográfica composta pelos municípios de: Nova Tebas; Cândido de Abreu, Laranjal, Palmital, Santa Maria do Oeste, Turvo, Boa Ventura de São Roque, Pitanga, Mato Rico, Campina do Simão e Manoel Ribas (IPARDES, 2012).

Como pode ser observado nas Figuras 1, 2 e 3, fica nítida a carência social e econômica da região central do Paraná. A distribuição espacial dos indicadores, resultado de estudos realizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstra a relevância da ação sistemática do IFPR no desenvolvimento regional (IPEA, 2015).

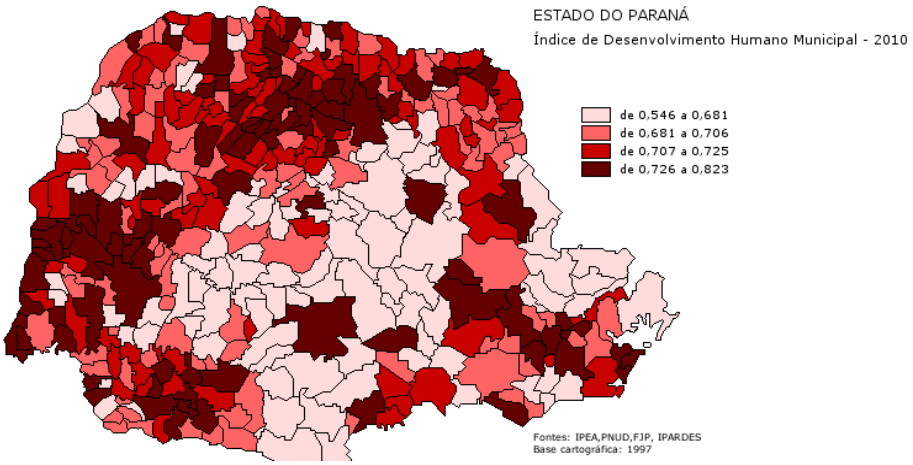

Figura 1: Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal- IDHM (IPARDES – IPEA).

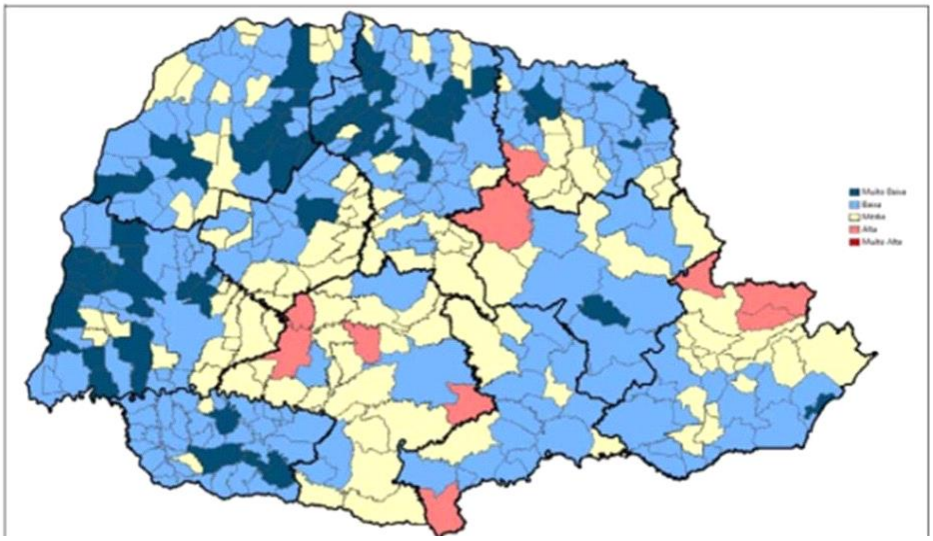

Figura 2: Atlas de vulnerabilidade social nos municípios brasileiros (IPEA, 2015).

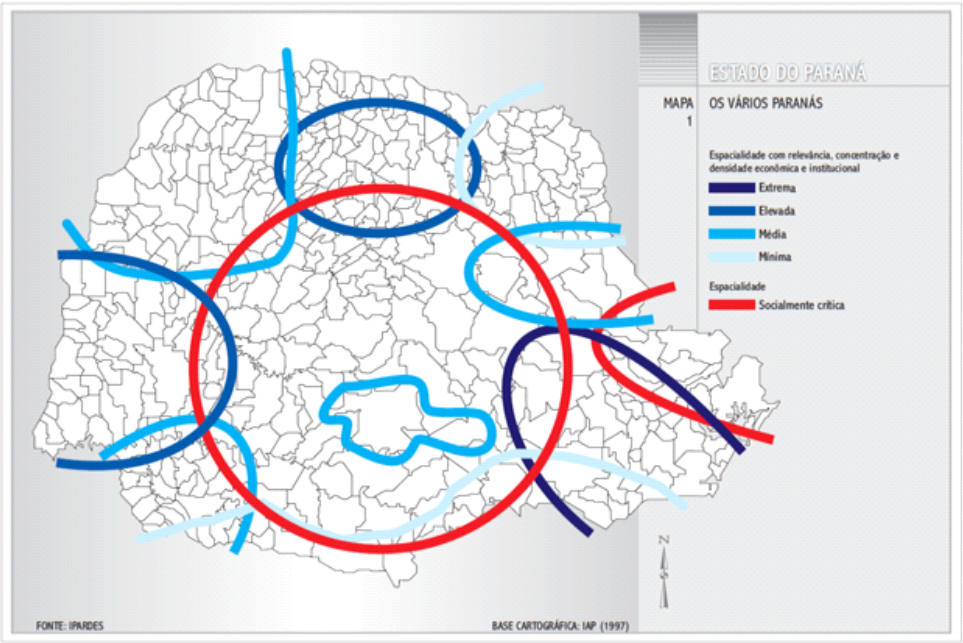

Figura 3: Caracterização Econômica Regional do Paraná (IPEA, 2015).

A relevância da atuação do IFPR no campo da formação continuada dos professores e dos demais profissionais da Educação Básica constitui uma demanda declarada por instituições de atuação em âmbito regional: Núcleo Regional de Educação (NRE) com sede em Pitanga; Consórcio

Intermunicipal para Desenvolvimento Rural e Urbano Sustentável da Região Central do Estado do Paraná (CID – Centro); Associação dos Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO); grupo gestor do Território da Cidadania Paraná Centro; Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional para o Desenvolvimento Local (CONSAD) e a Secretaria Municipal de Educação de Pitanga.

Nesse contexto, Pitanga se encontra, geograficamente, em uma região estratégica para contribuir com a ampla formação de docentes da área de Licenciatura em Pedagogia. Por um lado, o curso de Pedagogia do IFPR *Campus* Pitanga pode atingir toda a região central do Paraná e assim proporcionar de maneira significativa com o aumento do número de profissionais habilitados na área de Pedagogia. Por outro lado, conforme a alínea b do inciso VI, art. 7º e art.8º da Lei de criação dos IFs, consiste em objetivos dessas instituições ministrar, em nível superior, cursos de Licenciatura, bem como, programas especiais de Formação Pedagógica, visando a Formação de Professores para a Educação Básica, conforme a Resolução CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015a), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério.

Nesse intuito, várias instituições oferecem o curso de Licenciatura em Pedagogia no Estado do Paraná, entre elas estão estabelecimentos públicos e particulares, presenciais e a distância, tais como: Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade do Estado do Paraná (UNESPAR), Universidade do Centro do Paraná (UNICENTRO). Conforme dados apresentados pelo Observatório Regional do IFPR (IFPR, 2013a), em sua análise de implantação de cursos de nível superior no *Campus* Pitanga, a microrregião de Pitanga apresenta atualmente seis cursos de licenciatura, entre eles o curso de Pedagogia. No entanto, com a oferta do curso pelo IFPR – *Campus* Pitanga a formação de professores na área da Pedagogia pode ser ampliada e fortalecida.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a) determina diretrizes, objetivos e metas para a educação brasileira para um período de 10 anos. Sendo que uma delas refere-se a formação de professores da Educação Básica pretendendo alcançar até 2024 a formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento que atuam. Os dados do censo

escolar de 2013 indicam que 51,7% dos professores do Ensino Médio não têm licenciatura na disciplina que ministram e que outros 22% não são licenciados.

A Licenciatura em Pedagogia assegura também a formação de profissionais da educação, como previsto no Artigo 64, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996):

> Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

A abertura do curso de Pedagogia no IFPR *Campus* Pitanga contribuirá com a formação científica na área da educação, com o fortalecimento do IFPR como instituição de ensino, pesquisa e extensão, além de contribuir com o desenvolvimento local e regional, estando este pautado na melhoria da educação. Nesse processo, destaca-se a necessidade de qualificação docente, para orientação da aprendizagem de crianças e adolescentes das classes populares, que apresentam visões de mundo diversas e perspectivas de cidadania variadas. Nesse conjunto, destacam-se necessidades para a gestão escolar, com funções especializadas e descentralizadas para maior autonomia e responsabilidade institucional. Desse modo, a formação para a docência, para cargos de direção, assessoramento as escolas e aos órgãos de administração dos sistemas de ensino justifica sua importância (BRASIL, 2005c).

Assim, o IFPR *Campus* Pitanga apresenta-se como uma instituição responsável pela produção de conhecimento para o desenvolvimento social e econômico da região, tendo lugar fundamental no campo do conhecimento no ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas sociais e políticas de uma região economicamente viável e socialmente justa.

Portanto, a existência de um Projeto Pedagógico de Curso traduz o compromisso da instituição com princípios éticos e acadêmicos que direcionem a produção do conhecimento e a formação de profissionais qualificados para atuar na região, sendo reestruturado de acordo com avaliações diagnósticas que subsidie a permanente reflexão sobre seus limites, buscando adequações mediante novos contextos e novas demandas. Considerando o exposto, a oferta do

curso de Licenciatura em Pedagogia no IFPR *Campus* Pitanga propicia a verticalização do ensino e a expansão do *Campus* como instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação, contribuindo com o desenvolvimento regional pautado na melhoria da educação.

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo Geral

- Formar profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na formação de professores, e de participar do planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como da organização e desenvolvimento de programas para ambientes não-escolares.

2.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia.

- Articular conhecimentos científicos, culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

- Abordar questões sociais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

- Garantir a educação com vistas à inclusão dos segmentos da sociedade historicamente deixados à margem de seus direitos sociais, culturais, econômicos, políticos.

- Propiciar formação básica e sólida em Pedagogia que permita ao estudante buscar atualização e aprimoramento profissional para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

- Possibilitar a participação do estudante em programas de mobilidade acadêmica e de intercâmbio.

- Incentivar e orientar o desenvolvimento de recursos didáticos e instrucionais relativos à prática da avaliação no processo de ensino e aprendizagem.

- Aprimorar o exercício da docência e demais atribuições profissionais com formação humanística, emancipatória e crítica frente ao contexto cultural, socioeconômico e político da região a que pertence.

- Propiciar a participação em ambientes de produção, difusão científica e cultural no contexto da educação em Pedagogia e áreas afins.

2.3 Concepção de curso

A Educação Profissional, Científica e Tecnológica é um direito social inalienável do cidadão, em termos de direito do trabalhador ao conhecimento. A Constituição Federal, em seu art. 6º, ao elencar os direitos sociais do cidadão brasileiro, relaciona os direitos à educação e ao trabalho. O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais, imprescindíveis para a construção de um mundo com melhores condições humanas e sociais. A referência fundamental para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. É, pois, uma formação que ocorre ao longo da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, envolvendo relações sociais e produtivas. Desse modo a concepção

do curso explicita as seguintes dimensões: Filosofia do curso, Fundamentos epistemológicos, Fundamentos epistemológicos da área de conhecimento do curso.

A filosofia do curso em relação a visão de mundo e de ser humano, de sociedade e de cultura, de conhecimento e de educação, de instituição educacional e de conteúdos, fundamenta-se na necessidade de acesso ao conhecimento como fonte de humanização, como direito de todos, uma vez que se constitui no conjunto das relações humanas historicamente desenvolvidas. Nesse panorama, Marx (2013) destaca o trabalho como condição da existência humana, uma relação entre homem e natureza, o que não implica na eliminação da base natural, biológica do ser humano, mesmo que o desenvolvimento social, possível pelo trabalho, ocasione um afastamento da barreira natural, o ser humano sempre irá depender dessa relação. Assim, entende-se que o trabalho é essencial na constituição humana, é o que permite a passagem do ser orgânico ao ser social, considerando que este necessita da produção material advinda da força de seu trabalho para existir.

Conforme Lukács (2013), a constituição do ser social ocorre historicamente e se desenvolve no decorrer de sua existência, a passagem do ser orgânico, natural ao ser social é possível ser observada apenas pelo desenvolvimento do trabalho em sua essência ontológica, um claro caráter de transição entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho) como orgânica. Pelo trabalho, é possível observar a constituição natural e social da humanidade pela constante relação de superação da natureza imprimindo-lhe forma humana. No trabalho está contida a essência do ser social observando que a realidade social é produto da interação humana e da criação do próprio humano, um ser integralmente histórico e social. Portanto, inferimos a partir de Marx (2013) e de Lukács (2013) que o trabalho como categoria fundante do ser social.

Pelo trabalho, desenvolve-se a linguagem que permite ao ser humano diferenciar-se dos demais animais. Estes se adaptam à natureza, enquanto o ser humano a transforma conforme suas necessidades, adquirindo nesse processo, a consciência de sua própria humanidade por ação consciente, conhecida e determinada. Nessa formação, aos poucos se foi aprendendo a pronunciar cada uma das palavras, sendo a linguagem um instrumento de fixação daquilo que já se conhece e se desenvolve pela necessidade posta na realização de um trabalho. Desse modo, a linguagem é

uma manifestação do ser social, um importante instrumento no entendimento da realidade, o que forma, na produção humana, novas ideias e novos conhecimentos (LUKÁCS, 2013).

Ao longo de seu desenvolvimento a humanidade foi concebendo e aprimorando diversas formas de relações com o mundo, conforme Vázquez (2010), relações diferenciadas exigem mudança de atitude, pois cada uma delas satisfaz uma determinada necessidade. Com o advento do modo de produção capitalista, vigente na atualidade, ocorre um empobrecimento do mundo humano, pois as formas de apropriação da realidade restringem-se a apenas um dos sentidos, o sentido objetivo, à revelia da subjetividade humana que se realiza historicamente. Nesse processo, ocorre a ruptura do caráter universal do trabalho e a fragmentação do mesmo levando-o a uma série de operações separadas entre si. A divisão do trabalho representa a divisão do próprio ser humano, limitando-o a operações repetitivas, que separam o físico do espiritual. De acordo com Vázquez (2010), todos os modos de produção imprimem a divisão social do trabalho, as formas históricas dessa divisão é que necessitam de mudanças, superando a especialização que remete a repetição de uma única atividade sem a ação da consciência. Vázquez (1977) salienta que, no modo de produção capitalista, o físico é separado da consciência, limitando o poder de criação em tarefas executadas em série, em movimentos repetitivos desprovidos de liberdade, alterando de forma incisiva o vínculo entre o ser humano e o que é produzido por ele.

Nesse entendimento, a realidade é percebida de maneira unilateral levando ao senso comum da vida humana, vinculada a regras, ao imediato, aos fenômenos, o que leva a uma relação prática e utilitária com o mundo, visões superficiais e fragmentadas da realidade. De acordo com Kosík (1976), tal condição, ocasiona as desigualdades sociais, pois a essência da vida humana não é dada à priori nem ao acaso, mas incorpora-se ao complexo processo histórico de afastamento das barreiras naturais, ou seja, pela apropriação do conhecimento humano produzido pelo conjunto da humanidade em seu processo histórico e social. Para este autor, a prática cotidiana, utilitária da vida, envolta no mundo da regularidade, precisa ser rompida de maneira que se possa ter consciência da constituição histórica do ser humano. Para Saviani (1985, p.10) é preciso "[...] passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada".

O mundo prático e utilitário deve passar ao mundo das necessidades mediadas, permitindo a participação das pessoas na constituição de sua própria história de maneira consciente e intencional. Nesse processo, destaca-se o papel da educação e das instituições escolares em relação à busca de superar o senso comum, formulando concepções que possam redefinir a realidade, unindo pensamento e ação, teoria e prática (SAVIANI, 1985).

No âmbito da discussão sobre o papel da educação e das instituições escolares diante dos modos de produção é importante considerar incisivas contradições, em especial na sociedade constituída pelos modos de produção capitalista que rompem as relações humanas ao destacar as minorias de forma pontual, desconectadas histórica e socialmente da dinâmica que as envolve. A função da instituição escolar vincula-se às demandas sociais de cada contexto histórico, social e econômico respondendo às necessidades da sociedade à qual pertence. Desse modo, a educação não é neutra, mas vincula-se às ideologias e aos comprometimentos políticos. Nesse pensamento, Gasparin (2009, p. 2), destaca a necessidade de se abordar "[...] os conteúdos de forma contextualizada em todas as áreas do conhecimento humano [...] os conteúdos são sempre uma produção histórica de como os homens conduzem suas vidas nas relações sociais de trabalho em cada modo de produção". Gasparin (2009) entende que o conteúdo escolar, deve voltar-se para a realidade concreta e não apenas as formalidades técnicas, abordando o conhecimento respectivo à valores universais, de maneira a superar o senso comum, apontando possibilidades de mudança para além da realidade posta.

Para Mészáros (2007, p. 112), para que haja opções educacionais significativas é necessário romper a lógica capitalista. Conforme o autor. a educação não é a principal força ideológica que estrutura o sistema vigente, mas é capaz de apontar caminhos radicais de emancipação humana. Neste caso, o papel da educação é apontar alternativas positivas e abrangentes para que haja a ruptura da lógica inumana do capitalismo. Considerando que nesse sistema, os que não têm condições de produzir são colocados à margem da sociedade em alto grau de desumanização que é produzida neste processo, pois o mesmo modo de produção econômica que prega a igualdade de direitos tem revelado ao longo da história ser incapaz de promover a igualdade.

Em relação aos fundamentos epistemológicos da proposta em questão, parte-se do previsto em documentos institucionais do IFPR:

> A Educação Profissional e Tecnológica, enquanto categoria de formação integral pressupõe o desenvolvimento do sujeito, não podendo ficar sua formação restrita à dimensão lógico-formal ou às funções ocupacionais do trabalho. Pelo contrário, ela se dá na interface dos fatores psicossociais e cognitivos, que se desenvolvem através das dimensões pedagógicas das relações sociais e produtivas, com a finalidade de criar as condições necessárias à vida em sociedade. Para avançar na constituição de uma escola comprometida com a emancipação humana nos espaços de contradição da sociedade contemporânea, o IFPR insere-se como um lugar de aprender a interpretar o mundo para, então, poder transformá-lo a partir do domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais, bem como dos seus processos de construção, necessários à superação dos conflitos sociais, em uma sociedade cujas relações são cada vez mais mediadas pela ciência e pela tecnologia. Neste sentido, a concepção de trabalho se aproxima da relação entre o homem e a natureza, de maneira que o trabalho torna-se elemento fundamental para a sobrevivência humana, da mesma maneira que contribui para a constituição do sujeito como ser social e cultural (IFPR, 2017b, p. 37).

Além de considerar a concepção de Educação Profissional e Tecnológica, no Anexo I da Resolução 19/2017 do IFPR (IFPR, 2017b), almeja-se integrar Ciência, Tecnologia, Trabalho e Cultura englobando conhecimentos específicos e de desenvolvimento da capacidade de investigação científica favorecendo a autonomia e o desenvolvimento profissional docente por meio de ações de pesquisa, ensino, extensão e inovação.

Para tanto, destaca-se que a proposta do respectivo curso prioriza uma formação humanística emancipatória e crítica, concebendo o conhecimento como fato histórico e social. Nesta concepção, considera-se a humanidade como algo externo às pessoas, sendo produzida historicamente deve ser apropriada pelos representantes da espécie que nem sempre têm acesso aos conhecimentos que os tornam humanos. Portanto, uma educação humanística prioriza o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Mas este não é qualquer conhecimento, segundo Saviani (2005), para que a educação possa humanizar deve ter como referência conhecimentos objetivos, científicos, sistematizados historicamente que tomam forma institucionalizada na escola.

A apropriação de tais conhecimentos possibilita ao indivíduo da espécie humana tornar-se humano. Pois, “[...] o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir [...] é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo” (SAVIANI, 2005, p. 7).

Neste sentido, a apropriação do conhecimento não ocorre na experiência imediata, mas de forma mediada e "Ao garantir a apropriação do saber escolar, a escola está também possibilitando o desenvolvimento de formas mais elaboradas de pensar e sentir o mundo" (MEIRA, 2012, p. 94). Portanto, no decorrer do processo de humanização é preciso assimilar experiência de gerações anteriores adquirindo significações, concedendo-lhes sentidos pessoais. O sentido e o significado das ações são contínuos na consciência humana, estes são apreendidos pela atividade. Assim, é preciso entender o objetivo das atividades propostas, provocar respostas e projetar novas necessidades, vinculadas à formação humana.

Considerando a constituição de uma educação que seja emancipadora Saviani (1985, p. 10) é consonante ao afirmar que é preciso ocorrer a passagem do "senso comum à consciência filosófica", ou seja, é preciso "passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada". Negar uma educação com estes propósitos significa exclusão do processo, mesmo que, aparentemente, esteja incluso. Neste caso, não há conforto em uma educação empobrecida e direcionada às necessidades do sistema econômico vigente como é de praxe, mas uma educação que fomente mudanças sociais, uma educação vinculada à vida, que analisa constantemente a realidade de forma crítica. Entendemos tal análise da realidade a partir de Gasparin (2009), pelo qual ser crítico é saber que os fatos e aquilo que se faz, apresentam pelo menos dois aspectos, várias perspectivas, ponderar a necessidade de algo analisando limitações e determinações, considerando que as pessoas não são absolutas, mas interdependentes.

Neste âmbito, destaca-se uma educação de cunho crítico que supere o empírico, passe pela abstração e chegue ao concreto, ou seja, a passagem do senso comum à consciência filosófica implica a passagem do empírico ao concreto o que concerne superar o princípio de não contradição pelo princípio da contradição situando a educação em uma perspectiva crítica. Esta perspectiva, conforme Vázquez (1977), permite transformar o mundo criadoramente.

Nesse sentido, a construção da unidade teoria e prática pressupõe a capacidade de vislumbrar a dimensão prática da teoria e a dimensão teórica da prática, processo pelo qual, ambas se transformam em práxis. Desse modo a teoria corresponde a construções conectadas a realidade,

portanto, históricas. Elas representam formas de significação da realidade resultantes de um determinado tempo e de um determinado lugar, vinculadas ao contexto particular que as constituíram e das experiências históricas em processo. Essa perspectiva de movimento tem como ponto de partida e como ponto de chegada a prática social, pela qual pode-se teorizar e problematizar práticas vividas, revitalizando tanto a teoria quanto a prática. Desse modo, a atividade humana torna-se por excelência teórica e prática desvinculada de uma visão contemplativa da realidade, mas algo vinculado a produção de conhecimento sobre e a partir da prática social, visando transformações pela prática social que orientam a abordagem dos componentes curriculares de modo que não ocorram fragmentações no processo de ensinar e aprender.

Em relação aos Fundamentos epistemológicos da área de conhecimento do curso, destaca-se o alinhamento ao Parecer CNE/CP nº 5/2005 (BRASIL, 2005c), o qual salienta o trabalho com conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados.

Para a formação em Pedagogia é central o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade educação para e na cidadania. Nesse processo, a instituição escolar se constitui em forte mecanismo de desenvolvimento e valorização das culturas étnicas e de sustentabilidade econômica, territorial das comunidades, bem como de articulação entre as organizações tradicionais e o restante da sociedade brasileira (BRASIL, 2005c).

Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder. Tais processos e os conhecimentos

neles produzidos, de um lado espera-se que contribuam para o periódico redimensionamento das condições em que educadores e educandos participam dos atos pedagógicos em que são implicados. De outro lado, espera-se que forneçam informações para políticas destinadas à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como à formação de professores e de outros educadores para essas etapas de escolarização. Políticas essas que busquem garantir, a todos, o direito à educação de qualidade, em estabelecimentos devidamente instalados e equipados, gerida por profissionais qualificados e valorizados (BRASIL, 2005c).

Finalmente é central a participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e de instituições de ensino, com a perspectiva de uma organização democrática, em que a corresponsabilidade e a colaboração são os constituintes maiores das relações de trabalho e do poder coletivo e institucional, com vistas a garantir iguais direitos, reconhecimento e valorização das diferentes dimensões que compõem a diversidade da sociedade, assegurando comunicação, discussão, crítica, propostas dos diferentes segmentos das instituições educacionais escolares e não-escolares. Com efeito, a concepção do curso de Pedagogia constitui-se pelo conhecimento que sustenta a conexão entre a formação inicial, o exercício da profissão e as exigências de educação continuada. O mesmo ocorre com a formação de outros cursos, o que mostra a conveniência de uma base comum de formação entre as licenciaturas, de modo a, no plano institucional, derivar em atividades de extensão e de pós-graduação, das quais formandos ou formados das diferentes áreas venham juntos participar (BRASIL, 2005c).

Desse modo, a concepção do curso em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia. Nesse conjunto, constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais (BRASIL, 2005c).

A ênfase na Docência pressupõe um projeto de formação de professores para o Ensino Fundamental que é responsabilidade histórica do curso de Pedagogia. De maneira a garantir a qualidade do profissional que venha a superar a atual situação da Educação Fundamental no Brasil.

Essa superação viabiliza-se quando o profissional porta-se como pesquisador de sua própria prática. Nesse conjunto, salienta-se a ênfase na formação de Gestor de Processos Educativos possibilitando uma visão ampla e global da escola e dos sistemas educacional e suas responsabilidades pela gestão, planejamento, supervisão e orientação das atividades educativas.

2.4 Perfil do egresso

O conhecimento a ser adquirido durante o curso de Pedagogia corresponde a investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. O propósito dos estudos destes campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2005c). O curso de Licenciatura em Pedagogia apresenta aspecto interdisciplinar, convergindo diversas áreas do conhecimento, tais como, a Filosofia, a Sociologia, a História, a Psicologia, a Antropologia, entre outras, sendo possível participar no debate educacional e na orientação de políticas e projetos educativos na atualidade.

Para traçar o perfil do egresso do curso Pedagogia, há de se considerar que:

> - o curso de Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social;
> - a docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação;
> - os processos de ensinar e de aprender dão-se, em meios ambiental-ecológicos, em duplo sentido, isto é, tanto professoras(es) como alunas(os) ensinam e aprendem, uns com os outros;
> - o professor é agente de (re)educação das relações sociais e étnico-raciais, de redimensionamentos das funções pedagógicas e de gestão da escola (BRASIL, 2005c).

Desse modo, o perfil do licenciado em Pedagogia deve conter formação teórica e conhecimentos práticos que se articulam no decorrer do curso. Ao serem considerados tais aspectos, a atuação do licenciado em Pedagogia deve abarcar:

> - docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;
> - gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
> - produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional (BRASIL, 2005c).

Conforme o Parecer CNE/CP nº 5/2005 (BRASIL, 2005c), Art. 5º, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

> I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
> II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
> III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
> IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
> V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
> VI - aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
> VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
> VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

> IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
> X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
> XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
> XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
> XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
> XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
> XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
> XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.
> § 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham, das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:
> I - promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;
> II - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

2.4.1 Áreas de atuação do egresso

As Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 1/2006 (BRASIL, 2016c), com fundamento nos Pareceres CNE/CP nº 5/2005 (BRASIL, 2005c) e nº 3/2006 (BRASIL, 2006a), são norma nacional aplicável à:

> [...] formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

> Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:
> I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
> II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
> III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BRASIL, 2016a).

Professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas em âmbito não escolar; produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares, segundo Parecer CNE/CP nº 5/2005 (BRASIL, 2005c).

Nesse panorama, o curso de Pedagogia compreende a formação para o exercício integrado e indissociável da docência, da gestão dos processos educativos escolares e não-escolares, da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional. Sendo a docência a base da formação oferecida, os seus egressos recebem o grau de Licenciados e Licenciadas em Pedagogia, podendo atuar como docentes na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras em que disciplinas pedagógicas estejam previstas, no planejamento, execução e avaliação de programas e projetos pedagógicos em sistemas e unidades de ensino, e em ambientes não escolares.

2.4.2 Acompanhamento de Egressos

O acompanhamento é realizado por monitoramento de egresso, que articula a formação geral com a formação profissional, conforme previsto no PDI (IFPR, 2017g, p. 67):

> Monitoramento de egressos – o periódico contato com egressos com o intuito de acompanhar os estudantes do IFPR mesmo após a conclusão de seus cursos, mantendo banco de dados específico e promovendo ações de integração que podem servir para consolidar e avaliar políticas institucionais de formação ou de difusão tecnológica.

Dessa forma, o acompanhamento do egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia visa assegurar a comunicação entre este e a instituição, divulgando informações sobre sua área de formação, eventos acadêmicos-científicos, atividades de formação continuada e oportunidades profissionais.

Além disso, levantar dados em relação a interesses e necessidades para a oferta de formação continuada, promovendo encontros, cursos de extensão, palestras, a fim de atualizar e/ou complementar os saberes adquiridos ao longo do curso finalizado, contribuindo para a inserção no mundo do trabalho.

2.4.3 Registro Profissional

A habilitação profissional do professor está fundamentada na seguinte legislação: Portaria nº 524/98, de 12 de junho de 1998; Lei nº 1.139, de 28 de outubro de 1992 (BRASIL, 1992); Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996); Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997 (BRASIL, 1997b); Decreto Federal nº 3.276, de 06 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999b) e Lei nº 10.639, de 09 janeiro de 2003 (BRASIL, 2003b).

2.5 Metodologia e estratégias pedagógicas

Conforme propõe Pacheco (2011), a orientação pedagógica dos Institutos Federais deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios, priorizando a compreensão do mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, o currículo e as práticas pedagógicas buscam problematizar a realidade de forma que as respostas se tornem novo ponto de partida na busca constante do conhecimento, entendendo-o de forma histórica e, portanto, como processo, como percurso dinâmico. Para tanto, são destacados diversos procedimentos didáticos pedagógicos, como atividades teórica, demonstrativas e práticas contextualizadas. O processo de ensino e aprendizagem extrapola os limites da sala de aula, desenvolvendo-se significações pessoais e coletivas aproximando-se da realidade.

Tal posicionamento implica na articulação entre o conteúdo e a sociedade, como elemento de entendimento e transformação social. Conforme Gasparin (2009, p. 2) isso implica em trabalhar o conteúdo "[...] de forma contextualizada em todas as áreas do conhecimento humano [...] os conteúdos são sempre uma produção histórica de como os homens produzem sua vida nas relações sociais de trabalho em cada modo de produção". O conteúdo, dessa maneira, expande-se em múltiplas determinações contidas no todo social, a apropriação do conhecimento deixa de ser um produto fragmentado, anistórico, mas representa a vida em diversas dimensões da mesma realidade.

Gasparin (2009) afirma que os conteúdos escolares não estão na escola, mas fora dela. Na escola torna-se teoria é ensinado e volta à sociedade. Nesses termos, o que muda a sociedade é a prática, que representa a essência da vida social, mas não há prática eficaz sem a teoria, ou seja, teoria e prática juntas formam a práxis, que é a prática imbuída da teoria. Pela práxis o ser humano é levado a refletir, considerar as contradições que se impõem no processo histórico como forma de ampliar a concepção da realidade em suas múltiplas determinações.

Saviani (1985) destaca que o povo detém a prática transformadora do homem de massa, mas acolhe concepções hegemônicas sem questioná-las. Pensamentos hegemônicos se convertem em senso comum, obtendo o consenso de todas as camadas que integram a sociedade, sendo necessário extrair o que aí tem de positivo, ou seja, *o bom senso*, elaborando-o de maneira que se conceba um mundo em consideração às demandas populares superando concepções dominantes. Para o autor supracitado a elevação do nível cultural é uma necessidade ao considerarmos a superação de forças hegemônicas, permitindo olhares diferenciados sobre a realidade, concebendo a educação como instrumento de luta e transformação por meio da práxis criadora.

A consciência comum é incapaz ao ser deixada por si só de "superar sua concepção espontânea e irreflexiva da atividade prática e ascender a uma verdadeira concepção – filosófica – da praxis" (VÁZQUEZ, 1977, p. 16). A educação, nesse sentido, busca romper os "[...] interesses dominantes aqueles elementos que estão articulados em torno deles, mas não inerentes à ideologia dominante e rearticulá-los em torno dos interesses populares, dando-lhes a consciência, a coesão e a coerência de uma concepção de mundo elaborada" (SAVIANI, 1985, p. 10-11).

Neste âmbito, é preciso considerar que as sociedades humanas se estruturam pelo trabalho, concebendo-o como a transformação da natureza de acordo com suas necessidades, constituindo um mundo humano. Neste processo, Saviani (2007) afirma que educação e trabalho não se dissociam, são atributos essenciais do ser humano que se define pela racionalidade, o que denota uma não causalidade em relação à capacidade de trabalhar e educar.

O trabalho costura as diferentes formas de educação, nas diferentes formas de vida, no conjunto da história. A produção da existência pela transformação da natureza produz o próprio homem, o que denota um ato educativo de produzir-se a si mesmo no processo de trabalho. Assim, "A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem" (SAVIANI, 2007, p. 154).

Desse modo, a organização curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia, está estruturada à construção de conhecimento que articula teoria e prática, capacitando o estudante no domínio e uso dos conteúdos integrados teórica e praticamente ao seu cotidiano. O compromisso do processo educativo é o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de destaque dos sujeitos envolvidos nesse processo.

O IFPR *Campus* Pitanga oferece equipe multiprofissional contando com psicólogo e assistente social. Será oferecido Atendimento Pedagógico que pretende, principalmente, orientar e auxiliar os discentes da instituição no tocante as lacunas no processo de ensino e aprendizagem, com o intuito de potencializá-lo. O Atendimento Pedagógico torna-se relevante à medida que atende aos discentes em sua diversidade e, por meio de orientações, busca estratégias de organização dos estudos, superação das dificuldades de aprendizagem, resolução de problemas que

estejam interferindo no processo de ensino e aprendizagem. Sob responsabilidade da equipe pedagógica e da coordenação de curso será desenvolvido um esquema de diagnóstico de dificuldades de aprendizagem e estratégias de recuperação de estudos que proporcione aos estudantes o pleno acompanhamento do desenvolvimento do curso.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR *Campus* Pitanga, pretende viabilizar a realização de diversas atividades articuladas ao ensino, tais como monitoria, pesquisa e atividades de extensão. A monitoria é uma atividade auxiliar à docência podendo ser remunerada mediante editais de assistência estudantil do IFPR, exercida por discentes regularmente matriculados no curso, visando o maior envolvimento desses e contribuindo para a diminuição das taxas de evasão.

A participação discente em atividades de extensão é de suma importância para que haja a aproximação entre a comunidade interna e externa. Para tanto, os docentes deverão desenvolver projetos e ações que garantam a interação e a atuação dos discentes na transformação da realidade local.

2.5.1 Relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão deve acontecer ao longo de todo o curso, desde as propostas curriculares até as atividades extracurriculares que poderão ocorrer dentro ou fora da Instituição. Conforme o Parágrafo único da Instrução Interna de Procedimentos - IIP nº 002/2014 PROENS/IFPR, de 06/09/2017 (IFPR, 2017), que dispõe sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Paraná, as ações de integração da pesquisa, extensão e inovação ao ensino estão articuladas com as atividades curriculares com vistas ao atendimento integral do constante nas políticas e legislação institucionais, bem como com a legislação referente à pesquisa, extensão e inovação no âmbito nacional.

Ademais, também é importante ressaltar que as atividades de pesquisa, extensão e inovação são articulam-se pela integração da teoria, prática pedagógica e sociedade. O que decorre da preocupação de transcender os limites da sala de aula incorporados aos conhecimentos da realidade circundante, especialmente no que diz respeito ao mundo do trabalho.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia está organizado de modo a permitir flexibilidade curricular, possibilitando ao discente, trajetórias em áreas afins e/ou correlatas, desde que estas contribuam para o perfil do egresso, no intuito de dimensionar as suas potencialidades e contribuir com a sua autonomia intelectual e profissional diante do mundo do trabalho em constante transformação.

Os componentes curriculares da área pedagógica oferecem embasamento para a prática docente possibilitando a inserção no mundo do trabalho, o Estágio Supervisionado em suas várias modalidades permite o contato do discente com a futura profissão. A Atividade Prática como Componente Curricular (APCC) tem como objetivos a experimentação de elementos da prática pedagógica desde o início da formação e debates de questões educacionais.

A matriz curricular foi planejada de modo a permitir espaços de flexibilização da trajetória de aprendizagem, oferecendo componentes curriculares optativos. Com a finalidade de reforçar a inserção de ações com valorização extensionista e visão social são previstas discussões em relação ao desenvolvimento da sociedade, cultura e direitos humanos nos componentes curriculares Ciência, Tecnologia e Sociedade e Educação em Direitos Humanos. Além disso, o estudante deverá cumprir um mínimo de 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico-científico-culturais, denominadas Atividades Complementares (AC), sendo obrigatórias para integralização da carga horária total do curso. Tais atividades visam aprimorar a formação, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos críticos, autônomos e reflexivos conscientes de seus direitos e deveres e de seu ser e estar no mundo. As Atividades Complementares seguem regulamento próprio.

As produções provenientes de trabalhos de iniciação científica, extensão, projetos de pesquisa e relatórios de estágio ou similares serão divulgados em eventos científicos e/ou periódicos da área. Os trabalhos desenvolvidos por bolsistas e demais integrantes, sob a orientação de professores, serão divulgados no Encontro Científico de Inovação, Pesquisa e Extensão (ECIPE) que ocorre anualmente no *Campus* Pitanga, onde serão selecionados trabalhos a serem apresentados no SE²PIN – Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação – promovido anualmente pelo IFPR. Eventualmente serão ofertados cursos de extensão, semana de curso,

palestras e seminários que possam contribuir para uma formação ampla e integrada às diversas áreas de conhecimento.

Serão desenvolvidos projetos interdisciplinares de pesquisa e extensão com propostas de reflexão acerca do processo de ensino aprendizagem e dos desafios da educação atual estabelecendo uma ponte entre o IFPR e as escolas de Ensino Básico.

O IFPR promove a pesquisa, inovação e extensão por meio do oferecimento de bolsas em programas como PRADI, PIBIC, PIBEX, do apoio ao pesquisador como PIAP, além do Programa de apoio a participação em eventos estudantis que tem por objetivo apoiar a participação de discentes do IFPR matriculados nos cursos regulares, em eventos de natureza científica, cultural, política e esportiva, no território nacional e/ou do MERCOSUL, custeando despesas com inscrição, hospedagem, alimentação e transporte. As práticas de pesquisa, extensão e inovação relacionada ao curso de Licenciatura em Pedagogia devem estar de acordo com a legislação nacional, desta forma, os produtos que por ventura forem desenvolvidos deverão seguir as políticas de pesquisa, extensão e inovação do IFPR, registro de propriedade intelectual e depósito de pedido patentário.

Como estratégias metodológicas para incorporar pesquisa, ensino e extensão, integrando-os aos princípios educacionais que fundamentam a atuação docente, destacamos: a) Fomentar a ética científica de forma que as comunidades que participam da investigação e o pesquisador em formação possam atuar na promoção do bem-estar das comunidades envolvidas nas pesquisas. b) Identificar campos de estágios docentes fora do âmbito acadêmico. c) Contribuir com a ruptura da hierarquia entre ensino, pesquisa e extensão. d) Legitimar e ampliar o diálogo com a sociedade em que se encontra a instituição escolar. e) Enfatizar intervenções nos processos sociais e na produção de conhecimentos.

Considerando o exposto, serão criados Seminários Interdisciplinares que enfatizam: 1) práticas de pesquisa (de caráter geral); 2) práticas extensionistas e inovadoras. Em relação a essas últimas serão divulgadas e fortalecidas, junto aos estudantes.

2.5.2 Tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem

No IFPR *Campus* Pitanga todas as salas de aula contam com equipamentos multimídia que permitem aos docentes o uso de recursos didáticos digitais. As salas também possuem acesso à *internet* possibilitando aos docentes o rápido acesso a informações, a exibição de vídeos didáticos, experimentos virtuais e demais recursos disponíveis que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem.

A *internet* no *Campus* é oferecida tanto via *wireless* como por meio de pontos de acesso cabeados na biblioteca, facilitando aos discentes o acesso a conteúdos para realização de pesquisas, elaboração de trabalho, relatórios e demais atividades propostas. O *Campus* oferece ainda, laboratório de informática com 35 computadores com acesso à *internet.* O laboratório de Ciências conta com computador próprio para uso em aulas e atividades de pesquisa.

O curso de Licenciatura em Pedagogia busca formar profissionais capazes de utilizar Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e, para tanto, oferece o componente curricular Educação e Novas Tecnologias direcionando o uso de *softwares* livres relacionados ao contexto do curso de Licenciatura em Pedagogia.

2.5.3 Educação Inclusiva

A educação inclusiva foi incorporada ao curso de Licenciatura em Pedagogia sob os seguintes aspectos: adequação da matriz curricular e ações institucionais.

A Matriz Curricular conta com componentes curriculares de Introdução a Libras, em cumprimento ao Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005a), de Educação e Inclusão I e de Educação e Inclusão II. Além disso, dispõe da política de inclusão do IFPR mediante cotas nos processos seletivos.

O IFPR *Campus* Pitanga busca promover a inclusão, mediante ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), buscando desenvolver ações que garantam a permanência e o êxito escolar aos estudantes com necessidades especiais. O *Campus* Pitanga conta com a estrutura padrão do bloco administrativo do Instituto

Federal do Paraná que se adequa ao atendimento de estudantes em inclusão. O prédio conta com quatro banheiros adaptados, sinais braile, elevador para cadeirante, portas largas, entre outros. O IFPR *Campus* Pitanga, também disponibiliza um computador com *software* para estudantes com deficiência visual, teclado baixa visão, impressão braile e fones de ouvido. Além disso, a instituição mostra-se constantemente preocupada em cumprir com o expresso no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004a), que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 (BRASIL, 2000a), oferecendo prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e outras providências, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000b), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência definidas. O IFPR *Campus* Pitanga conta com uma equipe de profissionais, contendo psicólogo e assistente social, capacitados para identificar e orientar ações no processo de ensino aprendizagem com a finalidade promover uma educação inclusiva a discentes com necessidades especiais, respeitando as diferenças que envolvem a deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

2.5.4 Integração

2.5.4.1 Integração com a Pós-Graduação

As ações educacionais do IFPR viabilizam a verticalização do ensino, por meio de políticas de atuação que articulam diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica. Como um curso da modalidade Licenciatura, será possível ao egresso prosseguir os estudos no curso de Pós-Graduação, oferecido pelo IFPR *Campus* Pitanga, em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica, contribuindo com a superação da visão tradicional fragmentada do currículo, responsável por segmentar as práticas disciplinares e o entendimento do mundo. A qualificação do trabalho docente, a partir da perspectiva de formação integral dos sujeitos, confere um caráter inovador ao processo educacional. Além disso, são desenvolvidas ações tais como: projetos de extensão, pesquisa, inovação e ensino que integram discentes da Graduação e da Pós-Graduação a fim de promover a formação continuada.

2.5.4.2 Mobilidade estudantil e internacionalização

O IFPR *Campus* Pitanga busca pelos meios legais fomentar e divulgar ações e parcerias com demais instituições que contribuam para os processos de internacionalização, destacando que:

> O IFPR, em sua contribuição para a formação do estudante, assume o compromisso de proporcionar-lhe a mobilidade escolar/acadêmica, a qual envolve os intercâmbios nacionais e internacionais. Seja por meio de programas do Governo Federal, como o Ciência sem Fronteiras, ou por iniciativas próprias decorrentes de demandas locais, a mobilidade estudantil busca colaborar com a formação integral do estudante de maneira inclusiva, transformadora e comprometida com o desenvolvimento humano (IFPR, 2017g, p. 167-168).

2.5.5 Material Didático

O material didático institucional previsto, disponibilizado aos estudantes, possibilita a formação definida no Projeto Pedagógico do Curso considerando os aspectos: abrangência, acessibilidade, bibliografia, adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.

MATERIAIS DIDÁTICOS REFERENTES AO PRIMEIRO ANO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO (a ser adquirido)	QUANTIDADE
Animais Pula- Pula	05
kit 10 fantoches de dedo	10
kit 6, 7, 8 Fantoches	10
Caixa Organizadora 30 Litros	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Bonecos de Pelúcia	20
Brinquedo Pedagógico Educativo - Carrinhos de brinquedo	20
Brinquedo Pedagógico Educativo - Material dourado - 611 peças	5
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 500 peças	5
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 1000 peças	2
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 48 peças	5
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça Progressivo 16/25/49 Peças	10
Brinquedo Pedagógico Educativo - Formas Geométricas - 16 peças	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Túnel Infantil - 1,80m	02
Brinquedo Pedagógico Educativo - Tangran 70 peças mdf	05

Brinquedo Pedagógico Educativo - Formação de Palavras - 72 peças	10
Tapete Infantil Amarelinha 13 peças	02
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória Infantil 40 peças	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória - Formas Geométricas	06
Brinquedo Pedagógico Educativo - Aramado Borboleta	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 150 Peças	07
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 250 Peças	03
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 100 Peças	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 500 Peças	05
Livros de tecido	200
Livros Infantis	500
Brinquedo Pedagógico Educativo - Pequeno Construtor	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Alfabeto Silábico 354 Peças	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Numerais - 37 peças	05
Brinquedo Pedagógico Educativo - Dado de Pelúcia Grande	10
Brinquedo Pedagógico Educativo - Baú Pedagógico	10

Alguns destes materiais já foram adquiridos e já chegaram ao Campus, estando já disponíveis aos estudantes. Outros, encontram-se em processo de aquisição.

2.5.7 Atividades Práticas de Ensino

Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, da Formação de Professores e da área de conhecimento da Licenciatura, o curso de Pedagogia em sua Matriz Curricular prevê atividades práticas de ensino pela oferta dos componentes: Prática de Ensino de Língua Portuguesa; Prática de Ensino de Matemática; Prática de Ensino de Educação Física; Prática de Ensino de Arte; Prática de Ensino de Geografia; Prática de Ensino de História; Prática de Ensino de Ciências; Prática Docente I; Prática Docente II; Prática Docente IIII e Prática Docente IV.

2.6 Estrutura curricular

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia está organizada em acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 2/2015 (BRASIL, 2015a), que

institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Organiza-se ainda pelas diretrizes institucionais inclusas na Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 (IFPR, 2011b), na Resolução CONSUP/IFPR nº 19/2017 (IFPR, 2017b).

A formação do estudante em Pedagogia segue as orientações do Parecer CNE/CP nº 05/2005 (BRASIL, 2005c) que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia e no Parecer CNE/CP nº 3/2006 (BRASIL, 2006a). A flexibilização curricular como forma de possibilitar ao egresso uma formação humanística sem que haja prejuízo em sua formação científica, didática e tecnológica é um princípio estabelecido por essas diretrizes. A estrutura curricular corrobora com a formação contextualizada que envolve conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana. A partir disso, a matriz curricular procura pela distribuição de conteúdos, disponibilizar conhecimentos necessários para atender os objetivos do curso.

Em atendimento à Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008b) e a Resolução CNE/CP nº 1/2004 (BRASIL, 2004c) e nº 2/2015 (BRASIL, 2015a) sobre as temáticas História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Quilombola, serão abordadas nos componentes curriculares: Prática de Ensino de História, Docência e Diversidade Cultural.

Em atendimento a Nota Técnica nº 24/2015 (BRASIL, 2015b) que trata sobre o conceito de gênero do Plano Nacional de Educação, tais temáticas permeiam os conteúdos curriculares, especificamente nos componentes curriculares Docência e Diversidade Cultural e Educação em Direitos Humanos.

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (BRASIL, 2003a), que discorre sobre os Processos de Envelhecimento, será abordada pelos componentes: Docência e Diversidade Cultural e Educação de Jovens e Adultos.

Considerando a Resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015a) sobre a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos e a Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012a) sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, os componentes curriculares Políticas

Educacionais Brasileiras, Educação em Direitos Humanos, Educação e Inclusão I, Educação e Inclusão II, abordam tais temáticas.

A Lei nº. 9.795/1999 (BRASIL, 1999a), o Decreto nº. 4.281/2002 (BRASIL, 2002c) e a Resolução CNE/CP nº. 02/2012 (BRASIL, 2012b), que abordam a temática da Educação Ambiental, e a Lei nº. 11.947/2009 (BRASIL, 2009a), que trata da temática da Educação Alimentar e Nutricional serão abordadas no componente curricular Educação e Interdisciplinaridade.

Em atendimento a Lei nº. 9.503/1997 (BRASIL, 1997a) será oferecida palestras sobre a temática Educação para Segurança no Trânsito, sendo que a carga horária da mesma poderá ser computada como AC.

Conforme o Decreto nº. 5.626/2005 (BRASIL, 2005a), a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) será oferecida como componente curricular obrigatório.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 01/2012 (BRASIL, 2012c) e o Parecer CNE/CP nº 8/2012 (BRASIL, 2012e) é ofertado o componente curricular de Educação em Direitos Humanos.

Em atendimento à Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, bem como à Instrução Normativa Reitoria/IFPR n.1, de 26 de julho de 2021, que institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR, a matriz curricular do curso de Pedagogia conta com as disciplinas de Projetos de Extensão I, II, III, IV e V, totalizando 335h de extensão curricularizada no curso.

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia apresenta:

Atividade	**Carga Horária (em hora relógio)**
Atividades Estruturadas pelos componentes curriculares de Formação Geral e de Aprofundamento	1987h
Prática como Componente Curricular	608h
Estágio Supervisionado	400h
Atividades Complementares	200h

Projetos de Extensão	335h
Total de Efetivo Trabalho Acadêmico	3296h

Tabela 1: Estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia.

A integralização da carga horária do curso é estabelecida para ser cumprida no prazo mínimo 4 e no máximo 7 anos, de acordo com a Resolução CONSUP/IFPR nº 14/2014 (IFPR, 2014c), que alterou a Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 (IFPR, 2011b). Como forma de atender a flexibilização, a contextualização e a atualização permanente do currículo são ofertadas as AC, as APCC o Estágio Supervisionado entre outros componentes. Além disso, o regime escolar é definido por componente curricular possibilitando ao discente realizar matrículas em componentes de diferentes períodos do curso.

Os componentes curriculares relacionados à formação específica encontram-se distribuídos ao longo do curso numa sequência que vai do simples ao complexo buscando relacionar os componentes entre si de modo que seja evitada uma visão fragmentada dos conteúdos.

A matriz curricular prevê atividades práticas como componentes curriculares vinculadas aos componentes teóricos de Pedagogia. Tais componentes garantem a experiência prática na formação. Nesse processo, entende-se que as atividades práticas são parte importante para o ensino e pode ser compreendida como uma ferramenta para a construção de conhecimentos pedagógicos que poderá ser incorporada pelo estudante em sua futura prática docente.

A abordagem prática apresenta caráter integrador que fomenta a pesquisa, a inovação, a contextualização e a inter-relação entre teoria e prática.

Em conjunto com a formação específica em Pedagogia é essencial que os estudantes possam enfrentar os desafios da docência, sendo abordados no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, aspectos sociais, históricos e políticos. Como forma de atender a esses objetivos as APCC foram inseridas na matriz curricular, permeando todo o processo formativo desde o início do curso, conforme previsto no Anexo II da Resolução CONSUP/IFPR nº 19/2017 (IFPR, 2017b):

> Art. 17: No que se refere a organização curricular, os cursos de Graduação em Licenciatura devem considerar:

> [...] V – Pelo menos um quinto (1/5) da carga horária total do curso deve ser destinada à formação pedagógica, incluídas as Práticas enquanto Componente Curricular – PCCs
> [...] X – a prática como componente curricular é obrigatória aos cursos de Licenciatura por meio de componentes e atividades que proporcionem a prática de ensino. Deverá ter no mínimo de 400 horas, integradas à carga horária mínima, e distribuídas ao longo do curso.

A estrutura curricular oferece o Estágio Supervisionado desde o 5º semestre do curso, regido por regulamento próprio. O estudante pode vivenciar mediante o Estágio Supervisionado a docência como prática constituída pela teoria e pela reflexão. Além do Estágio Supervisionado, para a integralização do curso, os estudantes deverão apresentar as ACs, sendo as mesmas não computadas na carga horária semanal por se tratarem de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesses dos estudantes. Estas atividades visam o desenvolvimento nos âmbitos acadêmico, científico e cultural, pela obtenção de conhecimentos adicionais ao Curso, permitindo que o estudante complemente sua formação.

Com base no Artigo nº 81 da Lei nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), na Portaria nº 2.253 de 2001 (BRASIL, 2001b) e na Portaria nº 4.059 de 2004 (BRASIL, 2004d), poderá ocorrer a realização de atividades semi-presenciais nos componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia, desde que respeitada a legislação e que seja previsto nas ementas de cada componente. A orientação docente em relação ao componente curricular poderá ser realizada mediante contato com os estudantes utilizando meio eletrônico.

2.7 Representação gráfica do processo formativo

A tabela a seguir apresenta a organização didático-pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia:

1° Semestre	(H/A)	2° Semestre	(H/A)	3° Semestre	(H/A)	4° Semestre	(H/A)
Políticas Educacionais Brasileiras	80	História da Educação II	80	História da Educação III	80	Metodologia e Prática de Ensino na Educação Infantil	80

História da Educação I	80	Prática de Ensino de Arte	40	Psicologia da Educação III	80	História da Infância no Brasil	40
Literatura Infantil na Escola	40	Psicologia da Educação II	80	Didática II	80	Leitura, Escrita e Interpretação de Texto	80
Prática do Ensino de História	40	Didática I	80	Metodologia da Pesquisa I	40	Metodologia da Pesquisa II	40
História e Filosofia da Ciência	40	Filosofia da Educação I	40	Filosofia da Educação II	40	Introdução a Libras	40
Jogos e Brincadeiras: fundamentos teórico metodológicos	40	Projetos de Extensão I	80	Projetos de Extensão II	80	Prática de Ensino de Educação Física	40
Psicologia da Educação I	80					Projetos de Extensão III	80
5° Semestre	**(H/A)**	**6° Semestre**	**(H/A)**	**7° Semestre**	**(H/A)**	**8° Semestre**	**(H/A)**
Metodologia e Prática de Ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	80	Sociologia da Educação I	80	Teorias Curriculares	80	Sociologia da Educação II	80
Educação e Inclusão I	40	Prática de Ensino de Matemática	40	Educação e Novas Tecnologias	40	Educação em Direitos Humanos	40
Prática de Ensino de Língua Portuguesa	40	Educação e Trabalho	40	Docência e Diversidade Cultural	40	Optativa	40
Alfabetização e Letramento	80	Educação e Inclusão II	40	Educação em espaços formais e não-formais	80	Educação e Interdisciplinaridade	40

Prática Docente I	40	Prática Docente II	40	Prática Docente III	40	Prática Docente IV	40
Metodologia de Pesquisa III	40	Metodologia de Pesquisa IV	40	Prática de Ensino de Ciências	40	TCC II	80
Projetos de Extensão IV	80	Prática de Ensino de Geografia	40	Educação de jovens e adultos	40	Organização da Gestão Escolar	80
Estágio Supervisionado I	144	Projetos de Extensão V	80	TCC I	40	Estágio Supervisionado IV	96
		Estágio Supervisionado II	144	Estágio Supervisionado III	144		

Tabela 2: Organização didático-pedagógica do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

2.8 Matriz curricular

Período	Componente Curricular	Núcleo	H/A	H/R	APCC (H/R)
1º Semestre	**Políticas Educacionais Brasileiras**	**2**	**80**	**67h**	**0**
	História da Educação I	**2**	**80**	**67h**	**0**
	Literatura Infantil na Escola	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Prática de Ensino de História	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Jogos e Brincadeiras: Fundamentos teórico metodológicos	**2**	**40**	**34h**	**0**
	História e Filosofia da Ciência	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Psicologia da Educação I	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Total		**400**	**337h**	**34h**
2º Semestre	**História da Educação II**	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Prática de Ensino de Arte	**3**	**40**	**34h**	**34h**

	Psicologia da Educação II	**2**	**80**	**67h**	**0**
	Didática I	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Filosofia da Educação I	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Projetos de Extensão I	**4**	**80**	**67h**	**0**
	Total		**400**	**336h**	**34h**
3º Semestre	**História da Educação III**	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Didática II	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Metodologia da Pesquisa I	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Filosofia da Educação II	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Psicologia da Educação III	**2**	**80**	**67h**	**0**
	Projetos de Extensão II	**4**	**80**	**67h**	**0**
	Total		**400**	**336h**	**0**
4º Semestre	**Metodologia e Prática de Ensino na Educação Infantil**	**2**	**80**	**67h**	**0**
	História da Infância no Brasil	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Leitura, Escrita e Interpretação de Texto	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Metodologia da Pesquisa II	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Introdução a Libras	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Prática de Ensino de Educação Física	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Projetos de Extensão III	**4**	**80**	**67h**	**0**
	Total		**400**	**337h**	**68h**
5º Semestre	**Metodologia e Prática de Ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**	**2**	**80**	**67h**	**0**
	Prática de Ensino da Língua Portuguesa	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Alfabetização e Letramento	**2**	**80**	**67h**	**0**

	Prática Docente I	**1**	**40**	**34h**	**34h**
	Metodologia de Pesquisa III	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Educação e Inclusão I	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Estágio Supervisionado I	**3**	**120**	**100h**	**0**
	Projetos de Extensão IV	**4**	**80**	**67h**	**0**
	Total		**520**	**437h**	**68h**
6º Semestre	**Sociologia da Educação I**	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Prática de Ensino de Matemática	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Prática Docente II	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Educação e Trabalho	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Educação e Inclusão II	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Metodologia de Pesquisa IV	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Estágio Supervisionado II	**3**	**120**	**100h**	**0**
	Prática de Ensino de Geografia	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	Projetos de Extensão V	**4**	**80**	**67h**	**0**
	Total		**520**	**438h**	**102h**
7º Semestre	**Educação de Jovens e Adultos**	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Educação e Novas Tecnologias	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Docência e Diversidade Cultural	**1**	**40**	**34h**	**0**
	Teorias Curriculares	**1**	**80**	**67h**	**0**
	Prática Docente III	**3**	**40**	**34h**	**34h**
	TCC I	**2**	**40**	**34h**	**0**
	Educação em espaços formais e não-formais	**2**	**80**	**67h**	**0**
	Estágio Supervisionado III	**3**	**120**	**100h**	**0**

	Prática de Ensino de Ciências	3	40	34h	34h
	Total		520	438h	68h
8º Semestre	Sociologia da Educação II	1	80	67h	0
	Educação em Direitos Humanos	1	40	34h	0
	Optativa	2	40	34h	0
	Educação e Interdisciplinaridade	2	40	34h	0
	Prática Docente IV	3	40	34h	34h
	TCC II	2	80	67h	0
	Estágio Supervisionado IV	3	120	100h	0
	Organização da Gestão Escolar	2	80	67h	0
	Total		520	437h	34h
1º a 8º semestres	Atividades Complementares		240	200h	200h
2º a 6º semestres	Projetos de Extensão I, II, III, IV e V		400h	335h	0
Curso	Total		3920	3296h	608h
Legenda	H/A - Hora Aula	Núcleo 1 - Formação Geral			
	H/R - Hora Relógio	Núcleo 2 – Aprofundamento			
	APCC - Atividade Prática como Componente Curricular	Núcleo 3 – Integrador			
		Núcleo 4 – Extensão			

2.9 Curricularização da Extensão

Em atendimento à Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, bem como à Instrução Normativa Reitoria/IFPR n.1, de 26 de julho de 2021, que institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR, a matriz curricular do curso de Pedagogia conta com os componentes de Projetos de Extensão I, II, III, IV e V, totalizando 335h de extensão curricularizadas no curso.

Os componentes serão voltados para o desenvolvimento de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, publicações e prestação de serviços, dentro do contexto da extensão universitária. Os docentes dos componentes curriculares desenvolverão a cada semestre, com os estudantes, ações de extensão relacionadas à área da educação e da pedagogia, de acordo com os objetivos do plano de ensino, das ementas dos componentes curriculares e das instruções normativas vigentes.

Os estudantes que participarem de projetos de extensão fora dos componentes curriculares específicos poderão, nas datas estabelecidas em calendário acadêmico, e munidos dos certificados das horas de participação como membro/a de um projeto ou programa de extensão, na área do curso, pedir o aproveitamento destas horas para os componentes curriculares específicos de extensão, conforme Regulamento disponível no Apêndice C. Dessa forma, garante-se o acesso de todos e todas aos componentes curriculares e, além disso, abre-se a possibilidade de que o/a estudante encontre outros meios para cumprimento de sua carga horária em atividades extensionistas.

2.10 Componentes optativos

Considerando a flexibilização curricular, conforme Resolução CONSUP/IFPR nº 19/2017 (IFPR, 2017b), Artigo n°19 do Anexo II, o discente poderá escolher Componentes Curriculares Optativos, sendo 2 horas/aulas (34h) no 6º semestre. O Componente Curricular Optativo será ofertado desde que tenha um número mínimo de 20 discentes matriculados, bem como, um limite máximo de 40.

A tabela a seguir apresenta a relação dos Componentes Curriculares Optativos que serão ofertados no curso de Licenciatura em Pedagogia.

Português Instrumental	40 horas/aula (34h)
Inglês Instrumental	40 horas/aula (34h)
Espanhol Instrumental	40 horas/aula (34h)
Ética e Educação	40 horas/aula (34h)
Inovação Tecnológica	40 horas/aula (34h)
Leitura de imagem como recurso didático-pedagógico	40 horas/aula (34h)
Contação de História	40 horas/aula (34h)
Elaboração e produção de jogos didático-pedagógicos	40 horas/aula (34h)
Teoria Modular da Mente	40 horas/aula (34h)
História da Educação Pública	40 horas/aula (34h)
Educação e Processo Civilizador	40 horas/aula (34h)
Motivação no Contexto Escolar	40 horas/aula (34h)

Tabela 3: Componentes curriculares optativos do curso de Licenciatura em Pedagogia.

2.11 Ementário e bibliografias

COMPONENTE CURRICULAR: **Políticas Educacionais Brasileiras**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Conceitos básicos no campo das políticas públicas sociais e educacionais. A legislação educacional brasileira. O neoliberalismo e as políticas educacionais. O papel das agências internacionais na regulação das políticas educacionais. O processo de mercadorização da educação básica a partir dos anos de 1990.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AZEVEDO, M. L. N. O novo regime fiscal: a retórica da intransigência, o constrangimento da oferta de bens públicos e o comprometimento do PNE 2014-2024. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 22, n. 1, jan/jun. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/22442/18628. Acesso em: 18 maio 2022. BALL, S. J.; MAINARDES, J. (orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 maio 2022. BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 18 maio 2022. PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769/8999. Acesso em: 18 maio 2022.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AFONSO, A. J. Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a Crise do Estado-Nação e a Emergência da Regulação Supranacional. **Educação & Sociedade**, a. XXII, n. 75, ago. 2001, p. 15-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022. AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011. DELGADO, Ana Luiza de Menezes (et al). **Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos**. Brasília: Enap, 2016. Disponível em:

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2551/1/Livro_Gest%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20de%20Direitos%20Humanos%20_Colet%C3%A2nea.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

MORAES, R. **Neoliberalismo**: de onde vem para onde vai? São Paulo: Senac São Paulo, 2001. Disponível em: <https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022.

NOMA, A. K.; TOLEDO, C. A. A. (orgs.). **Políticas públicas e educação escolar no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **História da Educação I**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Sistemas educacionais para a manutenção das relações de dominação e poder nas sociedades da Antiguidade Oriental, Grécia Antiga e Império Romano.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MANACORDA, M. A. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010. CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo, Editora UNESP, 1999. LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez Editora, 1998. PIMENTA, S. G. (coord.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez Editora, 1996. MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. BEHRENS, M. A. **O Paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2003, p. 17-40. BRANDÃO. C. R. **O que é educação**. São Paulo, Brasiliense, 1981. CECCON, C. et al. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1982. MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. LARROYO, F. **História geral da Pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970. LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. LOMBARDI, J.C. (org.). **História da educação**: perspectivas para um intercâmbio internacional, Campinas: Autores Associados, 1999. LUZURIAGA, L. **História da educação e da Pedagogia**. São Paulo: Editora Nacional. 2001. SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa, Moraes, 1981. SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa, Horizonte, 1984.

COMPONENTE CURRICULAR: **Literatura Infantil na Escola**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Leitura, Literatura Infantil e formação do leitor. Ensino de leitura. O papel da escola na formação dos futuros leitores. Aspectos históricos da Literatura Infantil. Abordagens teórico-metodológicas para auxiliar a prática da leitura na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Critérios para seleção e análise de livros de literatura infantil a serem usados em sala de aula. Contação de histórias: estratégias e Práticas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997. COELHO, N.N. **Literatura infantil.** São Paulo: Moderna, 2000. CUNHA, M. A. A. **Literatura Infantil**: teoria e prática. São Paulo. Ática, 2002. FARIA, M. A. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004. OLIVEIRA, M. A. **Leitura e prazer**: interação participativa da criança com a literatura infantil na escola. SP: Paulinas, 1996. REGO, L. L. **Literatura infantil**: uma nova perspectiva de alfabetização na pré-escola. 2 ed. São Paulo, FTD. 1995.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BELINKY, T. **Tatu na casca**. Ilustrações de Cris Eich e Jean Claude. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004. BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas.** ed 22. São Paulo: Paz e Terra, 2007. BRASIL. MEC/SEF/COEDI. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 2002. BUSATTO, C. **Contar e encantar**: pequenos segredos da narrativa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003. CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1999. FARIA, A. L. G.; MELLO, S. A. **Linguagem infantis**: outras formas de leitura. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. LAJOLO, M. ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira**: história e histórias. 6 ed. São Paulo: Ática, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de História**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Fundamentos Teóricos e Metodológicos. Leitura e compreensão da realidade social por meio dos suportes teóricos e metodológicos. Incorporação de diferentes fontes no ensino: registros escritos, iconográficos, sonoros, fotográficos, gráficos e ilustrativos. Planejamento, execução e avaliação das propostas de ensino e aprendizagem. Tempo e Memória. Tempo e o Espaço. Tendências contemporâneas. Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 1/2004 e nº 2/2015 sobre as temáticas História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Quilombola.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1997. FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papirus, 2003. FONSECA, Thaís. **História & ensino de História**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BURKE, P. **A escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1997. FONSECA, Selva G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus: 2000. GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus Editora, 2012. KARNAL, Leandro. (org.). **História na sala de aula**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004. LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: um ato amoroso.** 19 ed. São Paulo: Cortez, 2008. PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. SILVA, M.; FONSECA, S. G. **Ensinar história no século XXI**: em busca do tempo entendido. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: **Jogos e Brincadeiras: fundamentos teórico-metodológicos**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: O jogo como elemento da cultura. Desenvolvimento do psiquismo pelos jogos e brincadeiras. Jogos, brincadeiras e brinquedos como recursos didático-pedagógicos. Jogo simbólico, Jogo dramático, jogo teatral, jogos tradicionais, jogos espontâneos: as possíveis interações com a prática escolar. Teoria e prática sobre conhecimentos em jogos teatrais como recursos didáticos pedagógicos com atividades formativas que promovam experiências e reflexões próprias ao exercício da docência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BENJAMIN, W. **Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação**. São Paulo: 34, 2002. HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, brinquedo e brincadeira na educação**. São Paulo: Cortez, 1997. SPOLIN, V. **Improvisação para o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2005. VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981. KOUDELA, I. **Brecht**: um jogo de aprendizagem. São Paulo: Perspectiva, 2002. KOUDELA, I. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 2002. SLADE, P. **O jogo dramático infantil**. São Paulo: Summus, 1978. KOUDELA, I. **O texto e o jogo**: uma didática brechtiana. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 2001. OLIVEIRA, V. B. **Rituais e brincadeira**. Petrópolis: Vozes, 2006. SPOLIN, V. **Jogos teatrais na sala de aula**: um manual para o professor. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. SPOLIN, V. **Jogos teatrais**: o fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2001. VIGANÓ, S. S. **As regras do jogo**: A ação sociocultural em teatro e ideal democrático. São Paulo: Hucitec, 2006. VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

COMPONENTE CURRICULAR: **História e Filosofia da Ciência**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: As concepções racionalistas e empiristas de ciência: da antiguidade à modernidade. Compreensão histórica e filosófica das revoluções científicas. Concepções de objetividade e experiência. Teorias sobre o progresso da ciência. Ruptura e continuidade na história da ciência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2005. ARAUJO, I. L. **Introdução à filosofia da ciência**. 3 ed. Curitiba: UFPR, 2010. ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2 ed. São Paulo: Edipro, 2012. DESCARTES, R. **Discurso do método**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. KUHN, T. **Estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRAGA, M.; GUERRA, A.; REIS, J. C. **Breve história da ciência moderna**: A belle-époque da ciência. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2015. DESCARTES, R. **Meditações Metafísicas**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. DURANT, W. **A história da Filosofia**. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1996. FEYERABEND, P. **Contra o método**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2011. POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: **Psicologia da Educação I**

CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h

EMENTA: Complexidade do objetivo de estudo da Psicologia, sua transformação histórica e a multideterminação da personalidade humana. Principais abordagens da Psicologia com ênfase nas teorias sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento humano. Aprendizagem e desenvolvimento nas perspectivas: Psicanalítica e Comportamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZZI, R.G. [et al.] (orgs.) **Formação de Professores:** discutindo o ensino de Psicologia. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2000.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. (org.). **Psicologia**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2007.

COUTINHO, M.T. da C. & MOREIRA, M. **Psicologia da Educação:** um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação. 7ª ed. Belo Horizonte, MG: Editora Lê, 1999.

FREUD, S. **O mal estar na civilização, novas conferências introdutórias à Psicanálise e outros textos** (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKINNER, B. F. Tecnologia do ensino. Tradução de Rodolpho Azzi. São Paulo: Herder/EDUSP,1972.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KUFLER, M. C. **Freud e a educação**: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989.

MILLOT, C. **Freud Antipedagogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

PATTO, Maria Helena. **Introdução à Psicologia Escolar**. Rio de Janeiro. Vozes, 1987.

RIBEIRO, M.P. **Contribuição da Psicanálise para a educação**: a transferência na relação professor-aluno. Revista Psicologia da Educação, São Paulo, v.1, n.39, p. 23-30, jul./dez.2014.

SKINNER, B.F. **Sobre o Behavorismo.** São Paulo: Cultrix, 1990.

COMPONENTE CURRICULAR: **História da Educação II**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Sistemas educacionais para a manutenção das relações de dominação e poder nas sociedades da Idade Média e Modernidade no Ocidente. Principais correntes do pensamento pedagógico a partir da modernidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. CECCON, C. et al. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1982. MANACORDA, M. A. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010. MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. LUZURIAGA, L. **História da educação e da Pedagogia**. São Paulo: Editora Nacional. 2001. SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa, Horizonte, 1984.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARROYO, F. **História geral da Pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970. CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo, Editora UNESP, 1999. BRANDÃO. C. R. **O que é educação**. São Paulo, Brasiliense, 1981. LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez Editora, 1998. LEFEBVRE, H. Lógica formal/Lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. LOMBARDI, J.C. (org.). **História da Educação**: perspectivas para um intercâmbio internacional, Campinas: Autores Associados, 1999. MANACORDA, M. A. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010. MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. PIMENTA, S. G. (coord.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez Editora, 1996. SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa, Moraes, 1981.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Arte**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Contextualização social e histórica na produção, distribuição e consumo da arte. Arte como trabalho criador. Encaminhamentos teóricos e metodológicos dos processos de criação artística voltados para a educação básica. Articulação entre teoria e prática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FISCHER, E. **A necessidade da arte**. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. OSINSKI, D. **Arte, história e ensino**: uma trajetória. São Paulo: Cortez, 2007. OSTROWER, F. **Acasos e criação artística**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999. OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. OSTROWER, F. **Universos da arte**. 2 ed. São Paulo: Campus, 1983.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: KANDINSKY, W. **Do espiritual na arte**. São. Paulo, Martins Fontes, 2009. PEDROSA, I. **Da cor à cor inexistente**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2010. PEIXOTO, M. I. H. **Arte e grande público**: a distância a ser extinta. Campinas, São Paulo, São Paulo: Autores Associados, 2003. GOMBRICH, E.H. **A história da arte**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2012. STRICKLAND, C. **Arte comentada**: da pré- história ao pós-moderno. 13 ed. Tradução Angelo Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Eudiouro, 2004. VIGOTSKI, L.S. **Imaginação e criação na infância**: ensaio psicológico. Apresentação e comentários Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009. VIGOTSKI, L.S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. VIGOTSKI, L.S.**Psicologia pedagógica**. Tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: **Psicologia da Educação II**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Aprendizagem e desenvolvimento para a Epistemologia Genética. Principais conceitos da teoria piagetiana. Construtivismo e prática pedagógica. Abordagem Humanista aplicada à educação. Aprendizagem e desenvolvimento nas perspectivas Carl Rogers e Henri Wallon.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento.** Porto Alegre: Penso, 2012. DANTAS, H. A afetividade e a construção do sujeito na Psicogenética de Wallon. *In:* **Piaget, Vigotski, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. GALVÃO, I. **Henri Wallon:** uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 2000. PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança.** São Paulo: LTD, 1970. PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia. São Paulo**: Forense, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CARRAHER, T. N. **O método clínico:** usando os exames de Piaget. São Paulo: Cortez, 1989. MACEDO, L. **Ensaios construtivistas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. ROGERS, C. **Liberdade para aprender em nossa década**. Porto Allegre: Artes Médicas, 1985. WALLON, H. **Psicologia e educação da criança**. Lisboa: Editorial Vega, 1979.

COMPONENTE CURRICULAR: **Didática I**

CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h

EMENTA: A didática no contexto histórico-social: suas determinações e condicionantes. A didática das diferentes Teorias Pedagógicas e suas decorrências sócio-educacionais: os pressupostos teóricos da didática. Os elementos teóricos no processo de construção e reconstrução da didática no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, G. Luiz. **Trabalho didático na escola moderna. Formas Históricas**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.
ALVES, G. Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS: Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
COMÊNIO, João A. **Didactica magna**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.
GASPARIN, João L. **Comênio ou da arte de ensinar tudo a todos**. Campinas, SP: Papirus, 1994.
ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. Trad. De Roberto Geal Ferreira. São Paulo, Martins fontes, 1999.
SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: Primeiras Aproximações. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.
SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 36 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)
_____. **A história das ideias pedagógicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
VEIGA, Ilma. P. A. **A prática pedagógica do professor de Didática**. Campinas, SP: Papirus, 1989.
_____. Didática: uma retrospectiva histórica. In.: VEIGA, Ilma. P. A (Coord.) **Repensando a Didática**. Campinas, SP: Papirus, 1991.
_____. **Didática: ensino e suas relações**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANDAU, Vera M. F. (org.) A Didática em questão. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
_____. (org) Rumo a uma nova Didática. Petrópolis: Vozes, 1985.
GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009.
LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25 ed. São Paulo: Loyola, 2010. 149 p.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 18 ed., São Paulo: Cortez, 2008.
LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 22 ed., São Paulo: Cortez, 2011.
LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
RAYDT, R. C. C. **Curso de didática geral**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.
SACRISTÁN, J. G. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4 ed., Porto Alegre: Artmed, 1998.
SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 1998.
SFORNI, M. S. de F. A trajetória da didática no Brasil e sua (des)articulação com a Teoria Histórico-Cultural. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 61, p.87-109, mar/2015.

COMPONENTE CURRICULAR: **Filosofia da Educação I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Filosofia e Filosofia da Educação. Pressupostos filosóficos que fundamentam as concepções de educação. A educação produzida na sociedade grega clássica. A filosofia medieval e a sua contribuição no processo educativo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2015. PLATÃO. **A república.** São Paulo: Perspectiva, 2016. SAVIANI, Dermeval. **Educação**: Do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2013. PORTO, Leonardo S. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. SARANYANA, Josep-Ignasi**. A Filosofia medieval:** das origens patrísticas à escolástica Barroca. São Paulo: Inst. Bras. Filosofia Ciência Raimundo Lúlio, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DESCARTES, R. **Discurso do método**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015. JAEGER, Werner. **Paideia**: A Formação do Homem Grego. 6. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2013. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (orgs.). **História, educação e transformação**: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2011. SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: **Projetos de Extensão I**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Conceito de extensão universitária. Diretrizes para as ações de extensão. Tipologia das ações de extensão. Planejamento e desenvolvimento de ações de extensão (programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, publicações e/ou prestação de serviços).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CONTADOR, C.R. **Projetos Sociais**: avaliação e prática. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375p. GAZZOLA, A.L.A., ALMEIDA, S.G. (Org.). **Universidade; Cooperação Internacional e diversidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 324p. MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p. NOGUEIRA, M.D.P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p. SANTOS, B.S. **Universidade do Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. 120p. (Coleção questões da nossa época; v. 120).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 FORPROEX. **Política nacional de extensão universitária.** Manaus, 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983. 93p. GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?.** Brasil: Instituto Paulo Freire , 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf SOUZA, A.L.L. **A história da Extensão Universitária.** Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

COMPONENTE CURRICULAR: **História da Educação III**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: O processo de colonização do Brasil e as diferentes formas de transmissão do conhecimento e da cultura. Instituição do Estado Nacional Brasileiro e a educação. Instituições e movimentos educacionais no Brasil República.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BASTOS, M. H. C & STEPHANOU, M. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. II: século XIX. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora UNESP, 2002. CATANI, D. B. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983. SILVA, Z. L. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Prismas, 1997. CUNHA, L. A. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1991. ROSSI, E. R., RODRIGUES, E. N. F. M. (orgs.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2005. SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: **Didática II**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: A didática e seus elementos metodológicos: suas determinações filosóficas, epistemológicas e psicológicas. A organização do ensino: planejamentos e sistematizações. Relação entre os conteúdos, objetivos, procedimentos metodológicos e avaliação no processo de ensino e de aprendizagem. Os princípios unificadores do trabalho docente: Teoria/Prática; Unidade Conteúdo/sujeito/forma.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABRANTES, A. A.; MARTINS, L. M. **Relações entre conteúdos de ensino e processos de pensamento**. v1, n1, p 62-74. Disponível em https://amablymonari.com.br/wp-content/uploads/2017/12/processos_pensamento.pdf Acesso em 20/05/2022. CASTRO, Patrícia Aparecida Pereira Penkal; TUCUNDUVA, Cristiane Costa; ARNS, Elaine Mandelli. A importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente. **ATHENA. Revista Científica de Educação**, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008. Disponível em https://docplayer.com.br/268755-A-importancia-do-planejamento-das-aulas-para-organizacao-do-trabalho-do-professor-em-sua-pratica-docente.html Acesso em 20/05/2022. DUARTE, N. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: A dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 71, Julho/00. Disponível em https://www.scielo.br/j/es/a/GkhgksVWNhmjD6DnxtxdwsM/abstract/?lang=pt Acesso em 20/05/2022. FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014. Disponível em https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?format=pdf&lang=pt Acesso em 20/05/2022. LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25 ed. São Paulo: Loyola, 2010. 149 p. MOURA, Manoel Oriosvaldo de. A Atividade Orientadora de Ensino como unidade entre o ensino e a aprendizagem. IN: Moura, Manoel Oriosvaldo de (Org.). **A atividade pedagógica na Teoria Histórico-Cultural**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2011. SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015. Disponível em https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575 Acesso em 20/05/2022.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. Interação entre Didática e Teoria Histórico-Cultural. IN: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 375-397, abr./jun. 2015. Disponível em https://www.scielo.br/j/edreal/a/Fx3RsNJtkq8QVxzXWCvYg6p/abstract/?lang=pt Acesso em 20/05/2022.
SILVA, Marco Antônio. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Revista Educacão e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. Disponível em https://www.scielo.br/j/edreal/a/wNQB9SzJFYhbLVr6pqvp4wg/abstract/?lang=pt Acesso em 20/05/2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 18 ed., São Paulo: Cortez, 2008.
LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 16 ed., São Paulo: Cortez, 2005.
LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
RAYDT, R. C. C. **Curso de didática geral**. 8 ed., São Paulo: Ática, 2006.
SACRISTÁN, J. G. **O Currículo**: Uma Reflexão Sobre a Prática. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 1998.
SACRISTÁN, J. G. **Compreender e transformar o ensino**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia da Pesquisa I**

CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h

EMENTA: Diferenciar os tipos de conhecimentos. Ciência, Tecnologia e sociedade. Análise e produção de textos acadêmico-científicos. Orientações para elaboração dos principais gêneros: fichamento, resumo, resenha e artigo científico. Estrutura de um trabalho acadêmico. Normas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COLLINS, H.; PINCH, T. **O Golem à solta:** o que você deveria saber sobre tecnologia. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 17 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LAKATOS, E. MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 1992.

MOTA-ROTH, D.; HENDGES, G.R. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

SERAFINI, M. T. **Como escrever textos**. 7 ed. São Paulo: Globo, 1996.

ALVES, R. **Filosofia da Ciência**: introdução aos jogos e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Coletânea de normas técnicas**: elaboração de TCC, dissertação e teses. Rio de Janeiro: 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro: 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e

documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287:** informação e documentação: projetos de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

LARROSA, J. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2003. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25643. Acesso em 25 de maio de 2022.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Tradução Ivone Benedetti. São Paulo: UNESP, 2011. 440 p.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**. São Paulo: Atlas, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR: **Filosofia da Educação II**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Os clássicos da filosofia e os desdobramentos de seu pensamento na educação. Os filósofos contemporâneos e os postulados de seu pensamento na formulação das teorias educacionais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014. CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2015. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1997. PAVIANI, Jayme. **Problemas de Filosofia da Educação**. Caxias do Sul: Educs, 2010. SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AREMDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016. DESCARTES, R. **Discurso do método**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. SAVIANI, Dermeval. **Educação**: Do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2013. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (orgs.). **História, educação e transformação**: Tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: **Psicologia da Educação III**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Contribuições da abordagem Histórico-Cultural para a compreensão do desenvolvimento humano, da aprendizagem e para a prática pedagógica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DAVÍDOV, V.V. Principais Teses da Teoria Materialista Dialética do Pensamento. In: DAVÍDOV, V. V. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**. Moscú: Editorial Progreso, 1988. (Tradução José Carlos Libâneo e Raquel A. M. da Madeira Freitas). LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2ª edição. São Paulo: Centauro, 1978. LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. Vol. IV, p. 17-51. VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. VIGOTSKI, L.S. **Formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1898. VIGOTSKI, L.S. et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988. VIGOTSKI, L.S. **Psicologia pedagógica** . São Paulo: Martins Fontes, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. (orgs). **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2007. MARTINS, J. B. (org). **Na perspectiva de Vygotsky**. São Paulo: Quebra Nozes/Londrina: CEFIL, 1999. VIGOTSKI, L.S. **Psicologia pedagógica**. Tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 5 ed. São Paulo: Icone,1994.

COMPONENTE CURRICULAR: **Projetos de Extensão II**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Planejamento e desenvolvimento de ações de extensão (programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, publicações e/ou prestação de serviços).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CONTADOR, C.R. **Projetos Sociais**: avaliação e prática. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375p. GAZZOLA, A.L.A., ALMEIDA, S.G. (Org.). **Universidade; Cooperação Internacional e diversidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 324p. MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p. NOGUEIRA, M.D.P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p. SANTOS, B.S. **Universidade do Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. 120p. (Coleção questões da nossa época; v. 120).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 FORPROEX. **Política nacional de extensão universitária.** Manaus, 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983. 93p. GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?.** Brasil: Instituto Paulo Freire , 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf SOUZA, A.L.L. **A história da Extensão Universitária.** Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia e Prática de Ensino na Educação Infantil**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Percurso da Educação Infantil brasileira. Documentos oficiais da Educação Infantil brasileira. Identidade e especificidades dos profissionais da educação infantil. Processo cuidar e educar. Referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam a formação e a ação docente na Educação Infantil. Organização do espaço e do tempo na Educação Infantil. O brincar na Educação Infantil. Avaliação na Educação Infantil.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARBOSA, M.C.S.; HORN, M.G.S. Organização do espaço e do tempo na educação infantil. In: **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2007. BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008. GUIMARÃES, C. M.; CARDONA, M. J.; OLIVEIRA, D. R. (org.). **Fundamentos e Práticas da Avaliação na Educação Infantil.** Porto Alegre: Mediação, 2014. HORN, M.G.S. **Brincar e interagir nos espaços da educação infantil.** Porto Alegre: Penso, 2017. OLIVEIRA, Z. M. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9.394/96. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referencial Curricular para a Educação Infantil.** 1998. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.** 2009. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A Base Nacional Comum Curricular.** 2018. FARIA, A. L.E PALHARES, M. (org.). **Educação infantil pós-LDB**: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados; São Carlos: Editora da UFSCAR; Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

GUIMARÃES, C.M.; GARMS, G.M.Z. A legislação, as políticas nacionais de atendimento na instituição de educação infantil no Brasil e o desafio de cuidar e educar de 0 a 5/6 anos. **Cadernos de Educação de Infância**, São Paulo, v.1, n.94, p.49-59, set./dez.2011.

HOFFMAN, J. **Avaliação: mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. São Paulo: Mediação, 1991.

KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, brinquedo e a educação**. São Paulo, Cortez, 1996.

KISHIMOTO, T. M. (org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1998.

LIBÂNEO. José Carlos. A avaliação escolar. *In:* **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 195-220.

NICOLAU, M. L. M.; DIAS, M. C. M. (orgs.). **Oficinas de sonho e realidade na formação do educador na infância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

SOUZA, R. C. S.; BORGES, M. F. S. T. (orgs.) **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: PD&A, 2002.

SOUZA, M. G. **Sabores, cores, sons, aromas**: a organização do espaço na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: **História da Infância no Brasil**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: História da infância e da Educação Infantil no Brasil. As instituições de educação infantil no Brasil. Aspectos histórico, social e cultural das políticas de atendimento à infância.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARAUJO, J. C. S (org.). **A infância na modernidade**: entre a educação e o trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2007. DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2013. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. VASCONCELLOS,V. **Educação da Infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANGOTTI, M. (org.). **Educação infantil**: para que, para quem e por quê? Campinas: Alínea, 2006. BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. FARIA; A. L. G. **Educação pré-escolar e cultura**. Campinas: Editora da Unicampo; São Paulo: Cortez, 1999. MACHADO, M. L. A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. MAKARENKO, A. **Poema Pedagógico**. São Paulo: Editora 34, 2017. OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002 PAIVA, E. V. (org.). **Pesquisando a formação de professores.** Rio de Janeiro, DP&A, 2003. VON OELHAFEN; I, TATE, T. **As crianças esquecidas de Hitler**: a verdadeira história do programa Lebensborn. São Paulo: Contexto, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Leitura, Escrita e Interpretação de Texto**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Prática de leitura e produção de parágrafos e de textos de diversos gêneros. Reflexão sobre as noções de adequação comunicativa, levando em conta as diferentes situações de interação verbal e escrita, bem como de eficácia comunicativa, dando ênfase aos aspectos que fazem com que um texto seja considerado bem formado e preciso. Revisão e reescrita orientada dos textos produzidos. Gramática Normativa. Escrita Acadêmica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GERALDI, J. W (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2002. KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2006. KLEIMAN, A. **Oficina de leitura**: teoria e prática. Campinas, SP: Pontes, 2002. MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAGNO, M. **Gramática, pra que te quero?** Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de Português. Curitiba: Aymará, 2010. ELIAS, V. M. (org.) **Ensino de Língua Portuguesa** – oralidade, escrita, leitura. São Paulo: Contexto, 2011. GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 23 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2005. KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia da Pesquisa II**

CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h

EMENTA: Métodos e técnicas de pesquisa aplicados à educação. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Busca em banco de dados científicos. Ética e pesquisa. Pesquisas e modismos pedagógicos na área da educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

CAMPOS, M. M. Para que serve a pesquisa em educação? **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v.39, n. 136, p. 39-50, p.269-283, jan./abr.2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2014.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa *Verus* Pesquisa Quantitativa: esta é a questão? **Psicologia:** teoria e pesquisa, Brasília, maio-ago, 2006, v.22, n.2, p. 201-2010.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

TAVARES, C.R.G.; OLIVEIRA, T. (org.) **Ética na pesquisa**: debates sobre a formação de pesquisadores. Maringá: Eduem, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v.1, n. 113, p. 39-50, jul. 2001.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.11, n.31, p. 7-18, jan./abr. 2006.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. C. T.; BELLINI, L. M. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em educação**. Maringá: EDUEM, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: **Introdução a Libras**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Aspectos histórico culturais. Aspectos clínicos. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: noções gramaticais. O ensino de Libras e noções básicas dos aspectos linguísticos. Relaciona, através da prática como componente curricular, os conhecimentos em Libras com atividades formativas que promovam experiências e reflexões próprias ao exercício da docência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRITO, L. F. **Por uma Gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1995. FERNANDES, S. **Educação de surdos.** Curitiba: InterSaberes, 2012. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?:** introdução à Libras e educação de surdos. 1. ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2013. GESSER, A. **LIBRAS? Que Língua é essa?** 1. ed., São Paulo: Parábola Editorial, 2009. PEREIRA, M. C. C.; *et al*. **LIBRAS Conhecimento Além dos Sinais**. 1. ed., São Paulo: Pearson Education – Br, 2011. STROBEL, K.As imagens do outro sobre a cultura surda. 4. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2018. ZAMBONI, L. M. S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**: Subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas: Fapesp/Autores associados, 2001. CAPOVILLA, F. C. et al. **Dicionário da Língua de Sinais do Brasil:** a libras e suas mãos. São Paulo: EDUSP, 2017. 3 v.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Educação Física**

CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h

EMENTA: História da Educação Física escolar na Europa e Brasil. A cultura corporal como conhecimento específico da Educação Física na escola. As perspectivas e concepções de Educação Física escolar. Vivências práticas dos elementos da cultura corporal: jogos e brincadeiras, ginástica, lutas, esporte e dança. Planejamento pedagógico na Educação Física.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AYOUB, E. **Ginástica Geral e Educação Física Escolar**. Campinas: Unicamp, 2013.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2009.

DARIDO, S. C. **Educação física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor** - Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. Artmed, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Educação Física: Ensino Médio. Curitiba: SEED-PR, 2006. 248p. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/livro_didatico/edfisica.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. **O ensino das lutas na escola**: possibilidades na Educação Física. São Paulo: Penso, 2015.

VERDERI, E. B. L. P. **Dança na escola**: uma proposta pedagógica. São Paulo: Phorte, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTELLANI FILHO, L. A **Educação Física no Sistema Educacional Brasileiro**: percurso, paradoxos e perspectivas. 1999. 185f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/170356?guid=1652704070711&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1652704070711%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d170356%23170356&i=1>. Acesso em: 16 maio 2022.

FLEGEL, M. J. **Primeiros socorros no esporte**. 5 ed. São Paulo: Manole, 2015.

PIEROTTI, J. A. (org.). **Caderno de Jogos Cooperativos**. Rede Aracati. Disponível em: <https://redearacati.files.wordpress.com/2013/11/jogos_cooperativos_02.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

SOARES, C. L. Educação Física Escolar: conhecimento e especificidade. **Rev. paul. Educ. Fís.**, São Paulo, supl.2, p. 6-12, 1996. Disponível em: <https://fefd.ufg.br/up/73/o/Texto_65_-_Educa_____o_F_____sica_Escolar_-_Conhecimento_e_Especificidade_-_Carmem_L_____cia_Soares.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

COMPONENTE CURRICULAR: **Projetos de Extensão III**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Planejamento e desenvolvimento de ações de extensão (programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, publicações e/ou prestação de serviços).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CONTADOR, C.R. **Projetos Sociais**: avaliação e prática. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375p. GAZZOLA, A.L.A., ALMEIDA, S.G. (Org.). **Universidade; Cooperação Internacional e diversidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 324p. MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p. NOGUEIRA, M.D.P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p. SANTOS, B.S. **Universidade do Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. 120p. (Coleção questões da nossa época; v. 120).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 FORPROEX. **Política nacional de extensão universitária.** Manaus, 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983. 93p. GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?.** Brasil: Instituto Paulo Freire , 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf SOUZA, A.L.L. **A história da Extensão Universitária.** Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia e Prática de Ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Fundamentos teóricos e metodológicos que subsidiem a formação docente no processo de escolarização dos anos iniciais do Ensino Fundamental: processo de ensino, de aprendizagem e formação humana.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABRANTES, A. A.; MARTINS, L. M. A produção do conhecimento científico: relação sujeito-objeto e desenvolvimento do pensamento. **Interface** - Comunic., Saúde, Educ., Interface - Comunic., Saúde, Educ. v.11, n.22, p.313-25, mai/ago 2007. Disponível em https://www.scielo.br/j/icse/a/jNXHHJnmpN4pvfwMbTYjgFz/abstract/?lang=pt Acesso em 20/05/2022. CARVALHO, M. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2000. LEMI, M. **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2001. KLEIN, L. R. **Alfabetização**: quem tem medo de ensinar? 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997. LIBÂNEO, José Carlos. O Dualismo Perverso da Escola Pública Brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, mar. 2012. Disponível em https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/abstract/?lang=pt Acesso em 20/05/2022. LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 7 ed. São Paulo: Ícone, 2001. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. SFORNI, M. S. de F. Fundamentos teórico-metodológicos de uma educação promotora do desenvolvimento humano. In. MARINGÁ, **Currículo da Educação Municipal de Maringá** Secretaria Municipal de Educação. P. 20-51, 2020. Disponível em http://www2.maringa.pr.gov.br/cdn-imprensa/curriculo-maringa-final-20200922-on-line.pdf Acesso em 20/05/2022. SFORNI, M. S. de F., SERCONEK, G. C., & LIZZI, M . S. S. da S. (2021). Atividade de estudo e organização do trabalho docente. **Obutchénie**. Revista De Didática E Psicologia Pedagógica , 5(3), 611-629. https://doi.org/10.14393/OBv5n3.a2021-59155 Acesso em 20/05/2022. SFORNI, M. S. de F. Perspectivas de formação, definição de objetivos, conteúdos e metodologia de ensino: aportes da abordagem histórico-cultural. IN: PARANÁ. Organização do trabalho pedagógico / **Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. – Curitiba : SEED – Pr., 2010. - 128 p. Disponível em https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/55727 Acesso em 20/05/2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1989.
GASPARIN, J.L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Capinas, Autores Associados, 2002.
GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
LEITE, Y. U. F; GHEDIN, E; ALMEIDA, I. **Formação de professores**: caminhos e descaminhos da prática. Brasília: Líber, 2008.
PIMENTA, S. G.; GHEDIN (orgs). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
TACCA, M. C. (org.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. Campinas: Alínea, 2006.
VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Língua Portuguesa**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Noções gerais de Linguística e Sociolinguística. História da Língua Portuguesa. Alfabetização e Letramento: abordagens teóricas e metodológicas para o ensino de produção textual, gramática e ortografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil. Pressupostos teóricos para o ensino de leitura e produção de texto: gêneros textuais, suportes e bases temáticas. Documentos oficiais de orientação ao professor: histórias, concepções e práticas. Livros didáticos de Língua Portuguesa: história e abordagens didáticas e metodológicas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BORGES, T. M. M. **Ensinando a ler sem silabar**: alternativas metodológicas. Campinas, SP: Papirus, 1998. CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1992. TRAVAGLIA, L. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 11ed. São Paulo: Cortez, 2006. SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010. SARAIVA, J. A. **Literatura e alfabetização**: do plano do choro ao plano da ação. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAMACHO, R. G. **O sistema escolar e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Alfa, 1985. NEVES, M.H. M. **Que gramática estudar na escola?** São Paulo: Contexto, 2003. RIZZATTI, M. E. C.; MENDES, A.; GODOY, D. M. A. **Conteúdos e metodologias do ensino de linguagem I** – Caderno Pedagógico da educação a Distância**.** UDESC/FAED/CEAD, 2002. TRAVAGLIA, L. C. **Metodologia e prática de ensino da Língua Portuguesa**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. SENA, O. **Palavra, poder e ensino de língua**. Manaus: Editora da Universidade de Manaus, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR: **Alfabetização e Letramento**

CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h

EMENTA: Os conceitos de alfabetização e letramento. Concepções teóricas de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. Produção e apropriação da leitura e da escrita. Modos de organização do trabalho de alfabetização para o professor e para o pedagogo. Elaboração de material didático para alfabetização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BROTTO, I. J. O. **Alfabetização**: um tema, muitos sentidos. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná. Disponível em http://www.ppge.ufpr.br/teses/D08_brotto.pdf Acesso 20/05/2022.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999 (Ed. Comemorativa de 20 anos de publicação).

KLEIMAN, A. B. (org.) **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

MARCUSCHI, L. A **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, M. B. As muitas facetas da alfabetização. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 19-24, fev. 1985.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, M. B. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, Autores Associados, n. 25, p. 5-17, jan-fev-mar-abr. 2004. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf&lang=pt Acesso em 20/05/2022.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu.** São Paulo: Scipione, 1999.
CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita na escola**. São Paulo: UNESP, 2002.
FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Trad. Horácio Gonzáles, 24.ed. atualizada. São Paulo: Cortez, 2002.
TEBEROSKY, A. **Aprendendo a escrever:** perspectivas psicológicas e implicações educacionais. São Paulo: Ática, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática Docente I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Propostas de planejamento da prática docente para a Educação Infantil: objetivos, conteúdos, metodologias, recursos, avaliação e mediação pedagógica. Reflexões e avaliação da prática docente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LAZARETTI, L. M., & SACCOMANI, M. C. da S. Dos Balbucios Às Palavras: o ensino da oralidade na Educação Infantil à luz da perspectiva histórico-cultural. **Momento - Diálogos Em Educação**, 30(01). 2021. Disponível em https://doi.org/10.14295/momento.v30i01.13131. Acesso em: 19 maio. 2022. LAZARETTI, Lucinéia Maria. **A organização didática do ensino na educação infantil**: implicações da Teoria Histórico-Cultural. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKII, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Trad. Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, EDUSP, 1988. p.59-83. OLIVEIRA, Z. M. R. Educação Infantil em Creche e Pré-Escola: Concepções e Desafios. In: **Caderno de textos – 1ª Conferência Municipal de Educação de Contagem**, 2005. Disponível em: www.fundep.ufmg.br/concursos/funec/arquivos/CadernoDeTextos.htm. PASQUALINI, J.; LAZARETTI, L. Crianças pequenas na escola: contradições e potencialidades. **Revista Polyphonía**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 112–129, 2021. DOI: 10.5216/rp.v32i2.70895. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/70895. Acesso em: 19 maio. 2022.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. 6 ed. Campinas: Papirus, 1996. FAZENDA, I. C. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1998. FAZENDA, I. C. **A interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 17 ed. Campinas: Papirus, 2010. MORAN, J. M. *et all*. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000. VACONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002. VACONCELLOS, C. S. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação

escolar. São Paulo: Libertad, 1994.
VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1995.
VACONCELLOS, C. S. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 1994.
VEIGA, I. P. A. (org.). **Técnicas de ensino**: por que não? 12 ed. Campinas: Papirus, 2001.
BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1999.
IBERNÓN, F. (org.). **Educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000.
LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia da Pesquisa III**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Orientação e elaboração de um planejamento de pesquisa (pré-projeto). Relevância da revisão de literatura. Normas estruturais e recursos de apresentação de trabalhos acadêmico-científicos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES-MAZZOTTI, A. J. A revisão bibliográfica em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. *In:* **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-44. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. LUNA, S.V. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 2011. MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de artigos científicos**. Métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2016. MOTA-ROTH, D.; HENDGES, G.R. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2005. ECO, U. **Como se faz uma tese**. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016. GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004. PINHEIRO, J. M. S. **Da iniciação científica ao TCC**: uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação e Inclusão I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva. A Educação Especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Sujeitos com história de deficiência na educação básica: questões de currículo e gestão escolar. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (orgs). **A exclusão dos "incluídos"**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2 ed. Maringá: Eduem, 2012, p. 19 - 32. GARCIA, R.M.C.G. A educação de sujeitos considerados portadores de deficiência: contribuições Vygotskianas. **Ponto de Vista**, São Paulo, v.1, n.1, p. 42-46, jul./dez. 1999. MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. MIRANDA, A.A.B. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. Cadernos de **História da Educação,** Campinas, n.1, v.7, p.29-44, jan./dez.2008. PACHECO, J.; *et al*. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. RODRIGUES, D. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. SHIMAZAKI, E. M. PACHECO, E. R. **Deficiência e inclusão escolar**. Maringá: Eduem, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceitos**. São Paulo: Summus, 1998. BRASIL. **A Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência**. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010. BRASIL . **Declaração de Salamanca**. Disponível em <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 10 novembro de 2017. BRASIL. **Decreto nº 3.956/01**. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, Brasília, DF, 2001. BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007>. Acesso em 10 de novembro de 2017. COLL, C.; PALACIOS, J. MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**:

necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Tradução por Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
DINIZ, D. **O que é deficiência**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos.
FIGUEIREDO, R. V. (org.). **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
MORI, N. N. R.; GOULART, M. P. L. (org.). **Educação e inclusão**: estudo sobre as salas de recursos no Estado do Paraná. Maringá: Eduem, 2010.
MORI, N. N. R.; JACOBSEN, C. C. (org.). **Atendimento educacional especializado no contexto da Educação Básica**. Maringá: Eduem, 2012.
REILY, L. H. **Escola inclusiva**: linguagem e mediação. Campinas: Papirus, 2004.
PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na Educação Especial**. São Paulo: FAPESP, 2001.
VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: **Estágio Supervisionado I**
CARGA HORÁRIA: 120h/a 100h
EMENTA: Organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil. A prática na Educação Infantil. Conhecimento da realidade em situações pedagógicas das instituições do campo de estágio. Planejamento e intervenção de ações pedagógicas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. GOMES, M. O. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2000. OSTETTO, L. E. (org.). **Encontros e encantamentos na Educação Infantil**: partilhando experiências de estágio. Campinas, SP: Papirus, 2000. ORSATI, F. T; MECCA, T. P; NATÁLIA ALMEIDA, R.P. C; MACEDO, E. C. **Práticas para a sala de aula baseadas em evidências.** São Paulo: Meminon, 2015. VASCONCELLOS, C. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para a elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABRAMOWICZ, A; WAJKOP, G. **Educação infantil e creches**: atividades para crianças de 0 a 6 anos. São Paulo: Moderna, 2000. ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. AROEIRA, M. L. C. **Didática de pré-escola**: vida criança: brincar e aprender. São Paulo: FTD, 1996. ANGOTTI, M. (org.). **Educação infantil**: para que, para quem e por quê? Campinas: Alínea, 2006. MACHADO, M. L. A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR: **Projetos de Extensão IV**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Planejamento e desenvolvimento de ações de extensão (programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, publicações e/ou prestação de serviços).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CONTADOR, C.R. **Projetos Sociais**: avaliação e prática. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375p. GAZZOLA, A.L.A., ALMEIDA, S.G. (Org.). **Universidade; Cooperação Internacional e diversidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 324p. MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p. NOGUEIRA, M.D.P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p. SANTOS, B.S. **Universidade do Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. 120p. (Coleção questões da nossa época; v. 120).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 FORPROEX. **Política nacional de extensão universitária.** Manaus, 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983. 93p. GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?.** Brasil: Instituto Paulo Freire , 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf SOUZA, A.L.L. **A história da Extensão Universitária.** Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

COMPONENTE CURRICULAR: **Sociologia da Educação I**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Caracterização da Sociologia como ciência, seus pressupostos básicos, teorias sociológicas clássicas. O fenômeno educacional nas teorias sociológicas clássicas e as tendências da atualidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOMENY, H.; et al. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2014. DAMATTA, R **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia da Letras, 2017. LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas**: das origens a Max Weber. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 2012 MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CHAUI, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2008. DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Edipro, 2016. MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Alínea, 2010. MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Companhia das letras, 2012. MARTINS, C. B. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2013. WEBER, M. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Matemática**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Concepções de Matemática. Tendências em Educação Matemática. A Construção do Conceito de Número e suas operações. A Geometria presente nos anos iniciais: conceitos básicos. Estatística. Grandezas e Medidas. Os conteúdos acima devem ser conduzidos de modo a proporcionar a reflexão e a prática no processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como explorar atividades de ensino investigativas como alternativas para o desenvolvimento das aulas de Matemática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A Base Nacional Comum Curricular.** 2018. D'AMBROSIO, U. **Educação matemática**: da teoria à prática. 1 ed. São Paulo: Editora Papirus. 1996. LORENZATO, S. **Aprender e ensinar geometria.** 1 ed. Campinas: Editora Mercado de Letras. 2015. LORENZATO, S. **Educação Infantil e percepção matemática**. 3 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. Coleção Formação de Professores. MUNIZ, C. A. **Brincar e Jogar**: enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. PONTE, J. P.; BROCARDO, J.; OLIVEIRA, H. **Investigações matemáticas na sala de aula**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRIZUELA, B. M. **Desenvolvimento matemático na criança**: explorando notações. 1 ed. Porto Alegre. Penso. 2006. D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2007. MEYER. J. F. C. A.; CALDEIRA, A. D. MALHEIROS, A. P. S. **Modelagem em educação matemática**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2011. MIORIM, A. M.; MIORIN, M. A. **História na educação matemática**: propostas e desafios. 2 Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2017. PAIS, L. C. **Didática da matemática**: uma análise da influência francesa. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática Docente II**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Propostas de planejamento da prática docente na alfabetização dos anos iniciais do Ensino Fundamental: objetivos, conteúdos, metodologias, recursos, avaliação e mediação pedagógica. Reflexões e avaliação da prática docente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CUNHA, M. I. **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas: Papirus, 2007. CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. 6 ed. Campinas: Papirus, 1996. FAZENDA, I. C. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1996. GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Papirus, 2002. LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 18 ed., São Paulo: Cortez, 2008. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005. FONTANA, R. A. **Mediação pedagógica na sala de aula**. Campinas: Autores Associados, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FAZENDA, I. C. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1998. FAZENDA, I. C. **A interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 17 ed. Campinas: Papirus, 2010. MORAN, J. M. *et all*. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000. VACONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002. VACONCELLOS, C. S. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994. VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1995. VACONCELLOS, C. S. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 1994. VEIGA, I. P. A. (org.). **Técnicas de ensino**: por que não? 12 ed. Campinas: Papirus, 2001. BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1999. IBERNÓN, F. (org.). **Educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000. LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação e Trabalho**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: O trabalho em sentido ontológico e o trabalho na forma social capitalista. Educação em sentido ontológico e a educação na forma social capitalista. As inter-relações entre educação e trabalho. A função social da educação escolar na contemporaneidade. Políticas públicas para a educação profissional no Brasil.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 440p. MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008. TONET, I. **Educação contra o capital**. 3 ed. ampliada, 2016. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/educacao_contra_o_capital_-_3a_ed.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 01 maio 2017. BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm>. Acesso em: 03 nov. 2017. TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005. 159p. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017. TUMOLO, P. S. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a11v2690.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017. TUMOLO, P. S. O trabalho na forma social do capital: contradições e controvérsias. **Em Debat: Rev. Dig.**, Florianópolis, n. 10, p. 121-140, jul/dez, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2013n10p121/28398>. Acesso em: 03 nov. 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação e Inclusão II**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: O trabalho com a Inclusão em sala de aula. Flexibilização e Adaptação Curricular. Características de Superdotação, Asperger, Transtorno do Espectro Autista, TDAH e outras comorbidades. Metodologias de Ensino e Técnicas para o trabalho docente com inclusão.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALENCAR, E.M.L.S.; FLEITH, D.S. **Superdotados**: determinantes, educação e ajustamento. 2 ed. São Paulo: EPU, 2001. ARANTES, V. A. (org.) MANTOAN, M. T. E, PRIETO, R. G. **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006. PACHECO, J.; *et all*. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. ROTTA, N. ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da aprendizagem abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006. SILVA, T. T. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceitos**. São Paulo: Summus, 1998. ENGUITA, M. F. **Educar em Tempos Incertos**. São Paulo, Artmed, 2004. MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil. História e políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 1996. SANTOS, M. T. T. **Bem-vindo à escola**: a inclusão nas vozes do cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. YUS, R. **Educação integral**: uma educação holística para o século XXI. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR: **Metodologia de Pesquisa IV**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Base para elaboração do projeto de pesquisa, com seus principais elementos estruturantes: introdução, hipóteses, problema de pesquisa, justificativa, objetivos (geral e específicos) metodologia, referencial teórico e cronograma.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992. LUNA, S.V. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 2011. MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de artigos científicos**. Métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2016. MOTA-ROTH, D.; HENDGES, G.R. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOAVENTURA, E. M. **Como ordenar as idéias**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997. CHASSOT, Á. **A ciência através dos tempos**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004. CURTY, M. G.; CRUZ, A. C.; MENDES, M.T.R. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**: NBR 14724/2002. Maringá: Dental Press, 2002. DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985. HIRANO, S. **Pesquisa social**: projeto e planejamento. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988. MEDEIROS, J.B. **Correspondência**: técnicas de comunicação criativa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

COMPONENTE CURRICULAR: **Estágio Supervisionado II**
CARGA HORÁRIA: 120h/a 100h
EMENTA: A prática pedagógica na fase de alfabetização dos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento de intervenções pedagógicas para a alfabetização (1º e 2º ano).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 18 ed., São Paulo: Cortez, 2008. MARCUSCHI, L. A **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001. SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2007. SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. ORSATI, F. T; MECCA, T. P; NATÁLIA ALMEIDA, R.P. C; MACEDO, E. C. **Práticas para a sala de aula baseadas em evidências**. São Paulo: Meminon, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: Em ter artigos que complementam. São Paulo: Cortez, 1987. JOLIBERT, J. **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu.** São Paulo: Scipione, 1999. CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita na escola**. São Paulo: UNESP, 2002. FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Trad. Horácio Gonzáles, 24 ed. atualizada. São Paulo: Cortez, 2002. TEBEROSKY, A. **Aprendendo a escrever - perspectivas psicológicas e implicações educacionais.** São Paulo: Ática, 1995. VASCONCELLOS, C. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para a elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Geografia**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: A Constituição da Geografia Escolar. Perspectivas teóricas e metodológicas do ensino de Geografia. Introdução aos conceitos, categorias e princípios lógicos do pensamento geográfico. A representação do conhecimento geográfico. Seleção de conteúdos geográficos e organização do trabalho docente para as séries iniciais do Ensino Fundamental. O saber geográfico como instrumento de transformação da realidade social. Didática do ensino de Geografia para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, R. D. (org.) . **Cartografia escolar**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. ALMEIDA, R. D; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico**: ensino e representação. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2002. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 12 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998. CAVALCANTI, L. S. (org.) **Temas da geografia na escola básica**. Campinas, SP: Papirus, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AB'SABER, A. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. 7 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. GOMES, P. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996. GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo, Contexto, 1996. MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. LESANN, J. **Geografia no Ensino Fundamental 1**. Belo Horizonte: Fino traço, 2011. TEIXEIRA, W; et al (orgs.). **Decifrando a terra**. São Paulo: Cia Editorial Nacional, 2009. VENTURI, L. A. B. (org.). **Praticando Geografia**: Técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: **Projetos de Extensão V**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Planejamento e desenvolvimento de ações de extensão (programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, publicações e/ou prestação de serviços).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CONTADOR, C.R. **Projetos Sociais**: avaliação e prática. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375p. GAZZOLA, A.L.A., ALMEIDA, S.G. (Org.). **Universidade; Cooperação Internacional e diversidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 324p. MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p. NOGUEIRA, M.D.P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p. SANTOS, B.S. **Universidade do Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. 120p. (Coleção questões da nossa época; v. 120).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 FORPROEX. **Política nacional de extensão universitária.** Manaus, 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983. 93p. GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?.** Brasil: Instituto Paulo Freire , 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf SOUZA, A.L.L. **A história da Extensão Universitária.** Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação de Jovens e Adultos**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Abordagem teórica multidimensional: histórica, política, social, filosófica, psicológica, com ênfase na dimensão pedagógica. Contribuições de Paulo Freire. Diretrizes para uma educação de jovens e adultos. Política e educação popular.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 45 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1995. HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt Acesso em 20/05/2022. PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos.** São Paulo: Cortez, 1984. SACRISTÁN, J. G. A. **Educação obrigatória**. Porto Alegre: Artmed, 2001. SOARES, B.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2003. BRASIL. **Proposta curricular para educação de jovens e adultos**. Introdução. v. 1, Brasília: MEC, 2002. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 30 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 6 ed., Petrópolis: Vozes, 2001. GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2000. MAGLAIVE, G. **Ensinar adultos**. Portugal: Porto, 1995. PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1984.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação e Novas Tecnologias**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Desenvolvimento histórico das tecnologias de informação e comunicação. Educação, Novas Tecnologias e Aprendizagem no Ensino Presencial e a Distância. Novas tecnologias e formação de professores. Formação de professores na modalidade de educação a distância.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES, L.; NOVA, C. **Educação a distância:** uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003. BARRETO, R. G. (org.). **Tecnologias Educacionais e educação a distância:** avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro, Quartet, 2001. CYSNEIROS, P. G.; . PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. **Revista Entreideias***:* Educação, Cultura E Sociedade, 12(12). 2008. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2971. Acesso em 19/05/2022. GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). **Educação tecnológica:** desafios e perspectivas. São Paulo, Cortez, 1999. PETERS, O. **Didática do ensino a distância.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003. PONTE, J. P. da. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: Que desafios? **Revista Ibero-Americana de Educación**. OEI. n. 24, septiembre/diciembre, 2000. Disponível em https://rieoei.org/historico/documentos/rie24a03.PDF. Acesso em 19/05/2022.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: COSTA, M. L. F.; ALTOÉ, A; TERUYA, T. K. (orgs.). **Educação e novas tecnologias**. Maringá: Eduem, 2005. (Formação de Professores-EAD; n.16). Disponível em: <http://www.cns.uem.br/download/apresenttecno.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017. FARIA, E. T. (org). **Educação presencial e virtual:** espaços essenciais na escola e na empresa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. FIORENTINI, L. M. R.; MORAES, R. A. (org.). **Linguagens e interatividade na educação a distância**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). **Educação tecnológica:** desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999, p. 183-226. SOARES, S. G. (org.). **Cultura do desafio**: gestão de tecnologias de informação e comunicação no ensino superior. Campinas: Alinea, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR: **Docência e Diversidade Cultural**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Cultura e hibridismos culturais. Identidade e historicidade dos sujeitos. Diversidade cultural: relações sociais, raciais e de gênero. O patrimônio natural e histórico e o conceito de preservação. Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 1/2004 e nº 2/2015 sobre as temáticas História e Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Quilombola. Nota Técnica nº 24/2015 sobre o conceito de gênero do Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 que discorre sobre os Processos de Envelhecimento.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2 ed. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005. MC LAREN, P. **Multiculturalismo revolucionário**: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. 5 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed., São Paulo: Edusp, 2013. CANCLINI, N. G. **Sociedade sem relato**: antropologia e estética da iminência. São Paulo: Edusp, 2012. EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005. HALL, S. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. JAMESON, F. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001. PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007. TOMMASI, L.; et all. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR: **Teorias Curriculares**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Aspectos teóricos e históricos do currículo. Teorias curriculares: tradicionais, críticas e pós-críticas. O currículo como espaço de poder.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: APPLE, Michel W. - **Educação e Poder**, Monteiro Maria Cristina, 2ª Edição, Porto Alegre, 2002. LOPES, Alice Casimiro Ribeiro. **Currículo e Epistemologia**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. GOODSON, I. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995. HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org.). **Currículo: Políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 1999. SACRITÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma Reflexão sobre a Prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: APPLE, M. **Currículo, poder e lutas**: com a palavra, os subalternos. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008. CHAUI, M.; ITOKAZU, E. M.; CHAUI-BERLINCK L. (org.). 5 ed. **Sobre a violência**. São Paulo: Autêntica, 2017. BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. GOODSON, Ivor F. **A Construção Social do Currículo**. Coletânea de textos de Goodson organizada por Antônio Nóvoa. Lisboa: Educa, 1997. MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da (orgs). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011. PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo horizonte: Autêntica, 2000. SACRISTÁN, J.G; PÉREZ GÓMES, A.I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, Currículo e Didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 4ª ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2003. (Coleção educação contemporânea).
SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
SILVA, T. T. (org.). **O que é afinal estudos culturais?** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
SILVA, T. T. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática Docente III**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Propostas de planejamento da prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental: objetivos, conteúdos, metodologias, recursos, avaliação e mediação pedagógica. Reflexões e avaliação da prática docente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CUNHA, M. I. **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas: Papirus, 2007. CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. 6 ed. Campinas: Papirus, 1996. FAZENDA, I. C. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1996. GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Papirus, 2002. LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 18 ed., São Paulo: Cortez, 2008. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005. FONTANA, R. A. **Mediação pedagógica na sala de aula**. Campinas: Autores Associados, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FAZENDA, I. C. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1998. FAZENDA, I. C. **A interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 17 ed. Campinas: Papirus, 2010. MORAN, J. M. *et all*. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000. VACONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002. VACONCELLOS, C. S. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994. VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1995. VACONCELLOS, C. S. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 1994. VEIGA, I. P. A. (org.). **Técnicas de ensino**: por que não? 12 ed. Campinas: Papirus, 2001. BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1999. IBERNÓN, F. (org.). **Educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000. LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: **Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Orientações sobre a estrutura de artigos e monografias, considerando os seus elementos estruturantes (resumo, introdução, seções teóricas, metodologia, resultados e considerações finais). Simulações de bancas examinadoras.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017. MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de artigos científicos**. Métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2016. PINHEIRO, J. M. S. **Da iniciação científica ao TCC**: uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2005. ECO, U. **Como se faz uma tese**. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016. GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004. SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, dissertações e projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação em espaços formais e não-formais**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Diversidade dos espaços educativos formais e não-formais. Atuação do profissional da educação em espaços escolares e não-escolares. Elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos voltados à educação formal e não-formal.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Rev. Currículo Sem Fronteiras,** v. 3, jan/jun 2003. Disponível em: http://132.248.9.34/hevila/CurriculosemFronteiras/2003/vol3/no1/3.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

GADOTTI, M. A questão da Educação formal/não-formal. Institut international des droits de l enfant (IDE). **Droit à l 'éducation:solution à tous les problèmes ou problème sans solution?** Sion (Suisse),18 au 22 octobre 2005. https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305943/mod_resource/content/1/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf acesso 19/05/2022.

GOHN, G. Maria. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio:** aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27- 38, jan./mar. 2006. http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf. Acesso 19/05/2022.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais**: espaços de educação não-formal da sociedade civil**.** Disponível em: http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2004/04/02/519734/movimentos-sociais-espaos-educao-no-formal-da-sociedade-civil.html. Acesso em: 18 out. 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, A. L. F.; PERRUDE, M. R. Atuação do pedagogo em espaços não-formais: algumas reflexões. **Revista eletrônica Pro-docência**/UEL. Edição Nº. 4, Vol. 1, jul/dez. 2013. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope/pages/arquivos/Volume4/TEXTO%205%20-%20p.%2046%20a%2056.pdf. Acesso em 19/05/2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, novo associativismo e terceiro setor no Brasil. In: **Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**, 22. 1999, Caxambu. Anais. Caxambu: ANPEd, 1999. Disponível em: http://www.lite.fae.unicamp.br/grupos/gemdec/art_gloria.html. Acesso em: 18 out. 2021.

GOHN, M. G. Educação não formal na pedagogia social. **Anais do 1º Congr. Intern. Pedagogia Social.** Mar. 2006. http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso 19/05/2022.

SÁ, Ricardo Antunes de. Pedagogia: identidade e formação. O trabalho pedagógico nos Processos Educativos Não-Escolares. ***Educ. Rev.*** [online]. 2000, n.16, pp. 171-180. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n16/n16a12.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

SIMSON, Olga Rodrigues de Morais; PARK, Margareth Brandini; Fernandes, Renata Sieiro. Introdução. In: **Educação não formal**: cenários da criação. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP/ Centro de Memória, 2001. (p. 09-19).

COMPONENTE CURRICULAR: **Estágio Supervisionado III**
CARGA HORÁRIA: 120h/a 100h
EMENTA: Ação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental (3º a 5º ano). Organização das atividades de ensino: planejamento, execução e avaliação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARVALHO, M. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2000. LEMLE, M. **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2001. KLEIN, L. R. **Alfabetização**: quem tem medo de ensinar? 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997. LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 18 ed., São Paulo: Cortez, 2008. SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 2 ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991. VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7 ed. São Paulo: Ícone, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1989. GOULART, C. M. A.; SOUZA, M. **Como alfabetizar**: aa roda com professores dos anos iniciais. Campinas: Papirus, 2015. RANGEL, A. P. **Alfabetizar aos seis anos**. Porto Alegre: Mediação, 2009. VYGOSTY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica José Cipolla Neto. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. Tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática de Ensino de Ciências**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Aspectos históricos do ensino de ciências. Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais para o ensino de ciências nos anos iniciais. Perspectivas teóricas e metodológicas para o ensino de ciências. Análise de livros didáticos voltados ao conhecimento das ciências. Caracterização do conhecimento científico e o senso comum. A relação teoria e prática no ensino de ciências.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MARSIGLIA, A. C. G. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. C. A. **Ensino de ciências:** fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018. 285 p. DELIZOICOV, D. ANGOTTI, J. A. **A metodologia do ensino de ciências.** São Paulo: Cortez, 2003. KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo de Ciências**. 4. ed. São Paulo: EPU, 2006. CACHAPUZ, A.; GIL-PEREZ, D. **A necessária renovação do Ensino das Ciências.** São Paulo: Cortez, 2005. WEISSMANN, H. **Didática das Ciências Naturais** – contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CHASSOT, A. **Alfabetização Científica – questões e desafios para a educação.** Ijuí: Unijuí, 2000. FAZENDA, I. C. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1996. GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Papirus, 2002. LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar: componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011. 448 p. BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 19 maio 2022.

COMPONENTE CURRICULAR: **Sociologia da Educação II**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Estudo da identidade social e suas noções de relação, educação, sociedade e desenvolvimento, nas perspectivas do século XXI.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998. HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2014. HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017. LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas**: Das origens a Max Weber. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 2012. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (orgs.). **História, educação e transformação**: Tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAUMAN, Z. **Vida em fragmentos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011. DAMATTA, R. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. FERNANDES, F. **Mudanças Sociais no Brasil**. Global Editora, 2013. MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007. MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação em Direito Humanos**

CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h

EMENTA: Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História e evolução dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. A relação entre educação e direitos humanos na consolidação do estado democrático e da cidadania. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Multiculturalismo e Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 11 maio 2017.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III)**. Brasília: SEED/PR, 2010. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>. Acesso em: 11 maio 2017.

BRASIL. **Resolução n. 1 de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 maio 2017.

CANDAU, V. M. F. **Somos todos/as iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. São Paulo: Lamparina, 2012.

CANDAU, V. M. F.; PAULO, I. A.; ANDRADE, M.; LUCINDA, M. C.; SACAVINO, S. B.; AMORIM, V. (orgs.). **Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as).** São Paulo: Cortez, 2013.

ONU. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** - 1948. 2000. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SILVEIRA, R. M. G.; DIAS, A. A.; FERREIRA, L. F. G.; FEITOSA, M. L. P. A.; MAYER Z. M. N. T. (orgs.). **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. Brasil: SEDH, 2010. p. 399-412. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>. Acesso em: 11 maio.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, M. **É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano**. Revista de Educação, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educar em direitos humanos**: construir democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 37-69, jan./jun.1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100004>. Acesso em: 10 maio 2017.
FROTA, M. **Políticas públicas internacionais e nacionais de educação em direitos humanos**: configuração e função social no contexto da crise estrutural do capital. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2014. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2014%20-%20Matheus.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.
NUNES, M. O. **O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a realidade da escola pública**. 2013, 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000183599>. Acesso em: 11 maio 2017.
OLIVEIRA, V. V. **Direitos humanos e suas justificativas na mídia**: a controvérsia envolvendo o PNDH-3. 2013, 177f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vanessa-Veiga.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.
SACAVINO, S. (org). Educação em direitos humanos: pedagogias desde o sul. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação e Interdisciplinaridade**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: A Ciência moderna e a fragmentação disciplinar. Noções de Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade. A interdisciplinaridade na prática pedagógica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHALMERS, A. **A fabricação da ciência**. SP: Unesp, 1994. FAZENDA, I (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 13 ed. São Paulo: Papirus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Org.). ***Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito.***Petrópolis: Vozes, 2008. JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. NÓVOA, A. (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto, 1995. PONTUSCHKA, N. N. **Ousadia no diálogo:** interdisciplinaridade na escola pública. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2001. SHULMAN, L. S. Conocimiento y enseñanza: fundamentos de la nueva reforma. Profesorado. **Revista de Currículum y Formación del Profesorado**. Granada-España, ano 9, n. 2, p. 1-30, 2005. Disponível em: https://www.ugr.es/~recfpro/rev92ART1.pdf

COMPONENTE CURRICULAR: **Prática Docente IV**

CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h

EMENTA: Planejamento do trabalho pedagógico no âmbito da gestão educacional nas instâncias normativas e administrativas dos sistemas de ensino da Educação Básica: objetivos, conteúdos, metodologias, recursos, avaliação e mediação pedagógica. Reflexões sobre a atividade do pedagogo no cotidiano da escola pública. Projeto Político Pedagógico. Instâncias colegiadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MOSCOVICI, F. A. **Organização por trás do espelho: reflexos e reflexões**. São Paulo: José Olympio, 2001.
LARA, A. M. B.; KOEPSEL, E. C. N. (orgs). **Gestão educacional**. Maringá: Eduem, 2010.
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
PIMENTA, Selma Garrido (org.). **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1994. Disponível em https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/839 Acesso em 20/05/2022.
PIMENTA, Selma G. & LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e Docência**. São Paulo. Cortez Editora. 2004.
VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico. 14 ed. São Paulo, Libertad, 2005.
VEIGA, I. A.; REZENDE, L. M. G. **Escola**: espaço do projeto político pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2007.
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A.. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
SCHAFFRATH, M. A. Estágio e pesquisa ou sobre como olhar a prática e transformá-la em mote de pesquisa. **Revista Científica/FAP** – Versão Eletrônica. V. 2, jan.- dez., 2007.
VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II**
CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h
EMENTA: Elaboração do trabalho de conclusão de curso, apresentação e defesa do trabalho final.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017. MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de Artigos Científicos**. Métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2016. PINHEIRO, J. M. S. **Da iniciação científica ao TCC**: uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2005. ECO, U. **Como se faz uma tese**. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016. GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004. SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, dissertações e projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: **Estágio Supervisionado IV**
CARGA HORÁRIA: 120h/a 100h
EMENTA: O trabalho pedagógico no âmbito da gestão educacional nas instâncias normativas e administrativas dos sistemas de ensino da Educação Básica. Atividade do pedagogo no cotidiano da escola pública. Projeto Político Pedagógico. Instâncias colegiadas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARBELLO, S. R. C.; LOPES, N. F. M. **Gestão do trabalho pedagógico**. Maringá: EDUEM, 2012. LARA, A. M. B.; KOEPSEL, E. C. N. (orgs). **Gestão educacional**. Maringá: Eduem, 2010. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009. VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico. 14 ed. São Paulo, Libertad, 2005. VEIGA, I. A.; REZENDE, L. M. G. **Escola**: espaço do projeto político pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2007. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A.. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e pesquisa.** São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2011. SCHAFFRATH, M. A. Estágio e pesquisa ou sobre como olhar a prática e transformá-la em mote de pesquisa. **Revista Científica/FAP** – Versão Eletrônica. V. 2, jan.- dez., 2007. VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: **Organização da Gestão Escolar**

CARGA HORÁRIA: 80h/a 67h

EMENTA: O trabalho do pedagogo no âmbito da gestão escolar. O pedagogo e suas relações com as instâncias colegiadas. Elaboração, revisão e discussão do Projeto Político Pedagógico da escola. Acompanhamento do trabalho docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas de gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 28, Campinas, SP, n. 100, p. 921-946, out., 2007. Disponível em https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrfRD5ZRkMWr/?format=pdf&lang=pt Acesso em 19/05/2022.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.
LUCK, H. **Gestão educacional**: questões paradigmáticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MACHADO, L. R. de S. EDUCAÇÃO BÁSICA, EMPREGABILIDADE E COMPETÊNCIA. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 3, p. 15–31, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8681 Acesso em: 19 maio. 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (orgs.). **Política e Gestão da educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

OLIVEIRA, Dalila (Org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. In: **Pro-Posições, Campinas**, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012. Disponível em:https://www.scielo.br/j/pp/a/tpC76cg8bvZGYZJW5BwSfkR/abstract/?lang=pt Acesso em: 19 maio. 2022.
PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Naura Syria. C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
GENTILI, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do

neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado**. São Paulo: Xamã, 2003.
SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. **Desafios da Educação municipal.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Ementas de componentes optativos:

COMPONENTE CURRICULAR: **Português Instrumental**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Leitura e a Produção de Gêneros Textuais nas Esferas Técnico-Científicas: Concepções de Leitura; Gêneros Textuais: (Conceitos e Condições de Produção); Resumo, Resenha, Manual Técnico e Relatório Técnico. Seminário. Análise e reflexão sobre a língua: operadores argumentativos, acentuação, pontuação e concordância na construção dos sentidos no texto. Estratégias de leitura de gêneros textuais da esfera técnico-científica (manual técnico, relatório técnico, artigo científico, textos de divulgação científica) e jornalística (notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião). Análise e reflexão sobre a língua.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Interpretação de Textos**: competências e habilidades em leitura. São Paulo: Atual, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2016. FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de texto para estudantes universitários**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002. FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. **Para entender o texto**: leitura e redação. 16 ed. São Paulo: Ática, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FÁVERO, L. **Coesão e coerência textuais**. 9 ed. São Paulo: Ática, 2003. GARCEZ, L. **Técnica de Redação**: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins, 2001. PERISSÉ, G. **Ler, pensar e escrever**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. TRAVAGLIA, L.; KOCH, I. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto,1999. GARCIA, O. M. **Comunicação em Prosa Moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1985.

COMPONENTE CURRICULAR: **Inglês Instrumental**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Leitura e reflexões críticas de textos autênticos de diferentes fontes e gêneros textuais. Conscientização do processo de leitura. Utilização dos elementos iconográficos do texto. Noção do texto como um todo linear, coeso e coerente. Estratégias de leitura. Gramática da língua inglesa. Aquisição de vocabulário. Reconhecimento de gêneros textuais. Análise textual de gênero.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FERRARI, M. T; RUBIN, S. G. **Inglês**. Coleção Novos Tempos. Scipione, 2000. FERRARI, M. T.; RUBIN, S. G. **Inglês**: de olho no mundo do trabalho. São Paulo: Scipione, 2008. MUNHOZ, R. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura. v. 2, São Paulo: Textonovo: Centro Paula Souza, 2004. MURPHY, R. **Essential grammar in use**. Cambridge: University Press, 2007. SOUZA, A. G. F.; *et. al*. **Leitura em Língua Inglesa**: Uma Abordagem Instrumental. 2 ed., São Paulo: Disal, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CRISTOVÃO, V. L. L. **Modelos didáticos de gênero**: uma abordagem para o ensino de língua estrangeira. Londrina: UEL, 2007. 298p. JACOBS, M. A. **Como não aprender inglês**: edição definitiva: erros e soluções práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. MARTINEZ, R. **Como escrever tudo em inglês**: escrever a coisa certa em qualquer situação. 14 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. TORRES, N. **Gramática prática da língua inglesa**: o inglês descomplicado. 10. ed., São Paulo: Saraiva, 2007. PAIVA (org.). **Práticas de ensino e aprendizagem de inglês com foco na autonomia**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: **Espanhol Instrumental**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Introdução ao idioma espanhol. Conhecimento básico da língua espanhola. Introdução à leitura de textos. Estratégias de leitura. Vocabulário e estruturas básicas abordadas de forma funcional. Vocabulário básico. Estruturas gramaticais: regras gerais, ortografia diversa, exercícios práticos. Leitura instrumental e interpretação de textos da área pedagógica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARAGONÉS, L.; PALENCIA, R. **Gramática de uso del Español**: teoria y práctica. Madrid: Ediciones SM, s.d. CENTELLAS, A. **Método de Español para extranjeros, niveles elemental, intermedio**. Madrid: Edinumen, 1996. FERNÁNDEZ, G. E.; MORENO, C. **Gramática constrativa del Español para brasileños**. Madrid: SgelEducación, 2005. MELONE , H.; MENÓN, L. Conecte - Espanhol - Volume Único - Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2004. SILVA, C. F. **Español através de textos**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FLAVIÁN, E.; ERES FERNÁNDEZ, G. **Minidicionário Espanhol-Português/Português-Espanhol**. São Paulo: Ática, 1994. GONZÁLEZ HERMOSO, A.; *et al*. **Gramática de español lengua extranjera**. Madrid: Edelsa, 1996. MATTE , B. F. **Gramática comunicativa del español**. 2 tomos. Madrid: Edelsa, 1998. MILANI, E. M. **Gramática de espanhol para brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 1999. SILES ARTÉS, J. **Adquisición de léxico**: ejercicios prácticos. Madrid: SGEL, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR: **Ética e Educação**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Conceitos fundamentais da ética: bem e mal, dever, felicidade, liberdade e virtude. Os ideais de educação na Grécia antiga. A questão dos valores e da ética nas relações sociais, educacionais e profissionais. A natureza e especificidade da Educação. A ética na profissão do educador. As relações étnico-raciais, cidadania e convivência social. A ética e a educação perante os conflitos sociais na contemporaneidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FREIRA, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. 43 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREIRA, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. JAEGER, W. **Paideia**: A Formação do Homem Grego. 6 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2013**.** GIKOVATE, F. **A arte de educar**. Curitiba: Nova didática, 2001. SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores associados, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BONJOUR, L.; BAKER, A. **Filosofia**: textos fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010. CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005. MATTOS, R. A. **História e cultura afro-brasileira**. 2 ed., São Paulo: contexto, 2012. MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2012. SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: **Inovação Tecnológica**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Gestão do conhecimento e de inovações tecnológicas. Contribuições das TIC's no processo de inovação. Inovação e Tecnologia. Tipos e formas de Inovação Tecnológica. O Processo de Inovação e Difusão Tecnológica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDREASSI, T. **Gestão da inovação tecnológica**. São Paulo: Thompson Learning, 2007. MATTOS, J. R. L. **Gestão da tecnologia e inovação**: uma abordagem Prática. Saraiva, 2005. PORTO, G. S. **Gestao da inovacao e empreendedorismo**. 1 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. TIGRE, P. B. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2006. TIDD, J.; BESSANT, J. R.; PAVIT, K. **Gestão da inovação**. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAUTZER, D. **Inovação**: repensando as organizações. São Paulo: Atlas, 2009. PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade**: teoria e prática. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2004. BASSO, M. **Propriedade intelectual, legislação e tratados internacionais**. São Paulo: Atlas, 2007. MOREIRA, D. A.; QUEIROZ, A. C. S. **Inovação organizacional e tecnológica**. São Paulo: Cengage Learning, 2006. ROCHA, L. C. **Criatividade e inovação**: como adaptar-se às mudanças. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: **Leitura de Imagem como recurso didático-pedagógico**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Fundamentos teóricos e a decodificação da imagem fixa e/ou em movimento. Sistematização de metodologias que apreendam a especificidade da linguagem imagética. Experimentação de estratégias de utilização da imagem como material didático-pedagógico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: NOVAES, A. (org.). **Muito além do espetáculo**. São Paulo: Senac, 2005. SCHLICHTA, C. **Arte e educação**: haverá um lugar para a Arte no Ensino Médio? Curitiba: Aymará, 2009. SACCOMANI, M. C. S. **A criatividade na arte e na educação escolar**. São Paulo: Autores Associados, 2016. READ, H. **O sentido da arte**: esboço da história da arte, principalmente da pintura e da escultura, e das bases do julgamento estético. São Paulo: IBRASA, 1968. READ, H. **As origens da forma na arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARBOSA, A. M. (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002. BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e ensaio da cultura. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. CANCLINI, N. G. **A socialização da arte**: teoria e prática na América Latina. São Paulo: Cultrix, 1980. LICHTENSTEIN, J. **A cor eloqüente**. São Paulo: Siciliano, 1994. LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. NEIVA JUNIOR, E. **A imagem**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994. PARSONS, M. J. **Compreender a arte**: uma abordagem à experiência estética do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo. Tradução de Ana Luísa Faria. Lisboa: Editorial Presença, 1992. PEIXOTO, M. I. H. **Arte e grande público**: a distância a ser extinta. Campinas, São Paulo, São Paulo: Autores Associados, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: **Contação de História**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Aspectos teóricos e práticos da contação de histórias. Importância e contribuições da contação de histórias em sala de aula. Contação de histórias e formação do leitor. Leitura literária na escola. Reconto de histórias e desenvolvimento da leitura.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: RODARI. G. **Gramática da fantasia**. Tradução: Antonio Negrini. São Paulo: Sumus, 1982. BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 2003. ECO, U. **Lector in fabula**: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 1979. FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2002. LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MACHADO, A. M. **Texturas**: sobre leituras e escritos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001. MEURER, J. L. e MOTTA_ROHT, D. **Gêneros textuais**. São Paulo: Edusc, 2002. MORAIS, J. **A arte de ler**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1996. SILVA, E. T. **O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. São Paulo: Cortez, 2002. FONSECA, E. S. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar**. São Paulo: Memnom, 2008. MATOS, E. L. M. M. **Escolarização hospitalar**: educação e saúde de mãos dadas para humanizar. Petrópolis: Vozes, 2009. ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.

COMPONENTE CURRICULAR: **Elaboração e Produção de Jogos Didático-Pedagógicos**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Elaboração, produção, avaliação e divulgação de jogos didáticos que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CUNHA, N. **Brinquedo, desafio e descoberta**. Rio de Janeiro: FAE. 1988. FRIEDMANN, A (org.). **O direito de brincar**: a brinquedoteca. São Paulo, 1992. KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. Cortez, São Paulo, 1996. POZO, J. I. **Teorias cognitivas da aprendizagem**. 3 ed. Porto Alegre: Artes médicas, 1998. SISTO, F. F.; OLIVEIRA, G. de C.; FINI, L. D. T. **Leituras de psicólogos para formação de professores**. Rio de Janeiro, Vozes, SP: USF, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981. BENJAMIN, W. **Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação**. São Paulo: 34, 2002. FRIEDMANN, A. **Brincar**: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil. Moderna, São Paulo, 1996. HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. Pioneira, São Paulo, 1994. SANTOS C. M. **Levando o jogo a sério**. Presença Pedagógica. v.4 n.23. set/out. 1998. VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: **Teoria Modular da Mente**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Conceituação da Teoria Modular da Mente. Desenvolvimento do Potencial cognitivo. Práxis do Professor na Perspectiva Modular. Dualismo Mente x Cérebro. Funções Mentais. Teoria da Mente. Ciência, Tecnologia e Modularidade. Áreas Cerebrais. Teoria das Inteligências Múltiplas e sua aplicação na educação básica. Estilos de Aprendizagem presentes na sala de aula. Funções Cognitivas da Mente. Áreas Cognitivas da Mente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FONSECA, V. **Cognição, neuropsicologia e aprendizagem**: abordagem neuropsicológica e psicopedagogica. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. GARDNER, H. **A nova ciência da mente**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2003. GARDNER, H. **Estruturas da mente**: a teoria das múltiplas inteligências. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. GARDNER, H. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. VEIGA, E. C.; GARCIA, E. G. **Psicopedagogia e a teoria modular da mente**: uma nova perspectiva para a aprendizagem. 1 ed. São José dos Campos: Pulso, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANTUNES, C. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. São Paulo: Papirus, 1998. ANTUNES, C. **Manual de técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização de ludopedagogia**. Petrópolis: Vozes, 1994. GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. FONSECA, V. **Insucesso escola**: abordagem psicopedagógica das dificuldades de aprendizagem. Lisboa: Ancora, 1999. VISCA, J. **Psicopedagogia**: novas contribuições. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

COMPONENTE CURRICULAR: **História da Educação Pública**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Produção histórica da educação pública dos séculos XVIII ao XIX. Criação e consolidação da escola pública. Função social da educação pública: formação para o trabalho e para a cidadania.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ASSEMBLÉIA NACIONAL FRANCESA. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, 1793. Disponível em: https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao BOTO, C. Na revolução francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 735-762, 2003. Disponívem em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000300002 CONDORCET. **Cinco Memórias sobre a Instrução Pública**. Trad. Maria das Graças de Souza. São Paulo: UNESP, 2008. CONDORCET. **Escritos sobre instrução pública**: Condorcet. Trad. de Maria Auxiliadora Cavazzotti e Lígia Regina Klein. Campinas: Autores Associados, 2010. CONDORCET. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOITO JR., A. Comuna republicana ou operária? A tese de Marx posta à prova. In: BOITO JR., A. (Org.). **A Comuna de Paris na história**. São Paulo: Xamã, 2001, pp: 47-66. BOTO, C. **A escola do homem novo**: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora UNESP, 1996. DUNOIS, A. Textos e documentos. In: LUQUET, P. **A comuna de Paris**. Ed. Laemmert: Ed. Laemmert, 1968, pp: 43-132. LOPES, E. M. T. **Origens da educação pública**: a instrução na Revolução Burguesa do século XVIII. Belo Horizonte: Argumentum, 2008. (Coleção Educere).

COMPONENTE CURRICULAR: **Educação e Processo Civilizador**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: A teoria do Processo Civilizador de Norbert Elias e sua relação com a Educação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. ELIAS, N. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRANDÃO, C. da F. **Norbert Elias**: formação, educação e emoções no processo de civilização. Petrópolis: Vozes, 2003. ELIAS, N. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. ELIAS, N. **Escritos & ensaios**: 1- estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. GEBARA, A; COSTA, C. J.; SARAT, M. **Leituras de Norbert Elias**: Processo Civilizador, Educação e Fonteiras. Maringá: Eduem, 2014. SARAT, M.; SANTOS, R. dos (orgs.). **Sobre Processos Civilizadores**: diálogos com Norbert Elias. Dourados: UFGD, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: **Motivação no Contexto Escolar**
CARGA HORÁRIA: 40h/a 34h
EMENTA: Teorias contemporâneas sobre motivação no contexto escolar. A motivação do aluno. A motivação para aprender. A motivação do Professor. Autodeterminação, Auto-eficácia, Metas de Realização, Atribuições causais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BANDURA, A.; AZZI, R. G. e POLYDORO, S. **Teoria Social Cognitiva**: conceitos básicos. Porto Alegre: Artmed, 2008. BORUCHOVITCH, E. BZUNECK, J. A. **A Motivação do Aluno**. Editora Vozes, Petrópolis, 2002. BORUCHOVITCH, E., BZUNECK, J. A. e GUIMARÃES, S. E. R. (2010). **Motivação para aprender**: aplicações no contexto educativo. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BORUCHOVITCH, E.; MARTINI, M. L. F. P. Orientações motivacionais, crenças educacionais e desempenho escolar de estudantes do ensino fundamental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 381-389. 2010. Bzuneck, J.A. (orgs.). **A Motivação do Aluno***: Contribuições da psicologia contemporânea* (pp. 9-36) 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2004. GUIMARÃES, S. E. R.; BORUCHOVITCH, E. O estilo motivacional do professor e a motivação intrínseca dos estudantes: uma perspectiva da Teoria da Autodeterminação. ***Psicol. Reflex. Crit.***, vol.17, no.2, p.143-150. 2004. RUDNIK, Luciano. **Avaliação da motivação do professor para tarefas específicas do seu trabalho – adaptação e validação de um instrumento**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2012. WOOLFOLK, A. E. **Psicologia educacional**. Porto alegre: Artes Médicas, p. 568. 2000

2.12 Avaliação

2.12.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é componente vital da prática pedagógica, tem como função valorizar o ensino e a aprendizagem comprometendo-se com o acompanhamento das formas pelas quais as aprendizagens são edificadas e as competências são constituídas (HADJI, 2001). Deve ser um processo cuidadoso e contínuo que "[...] possibilite uma reflexão crítica sobre todos os elementos, fatores e momentos que interferem na formação a fim de determinar os resultados alcançados" (SOUZA, 2005, p.75-76).

Assim, tomando-se como pressupostos a Resolução CONSUP/IFPR nº 50 de 14 de julho de 2017 (IFPR, 2017e) que estabelece as normas de avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos cursos do IFPR, a avaliação assume as funções diagnóstica, formativa e somativa.

Conforme os artigos nº 4 e 6º da Resolução CONSUP/IFPR n° 50/2017 (IFPR, 2017e), a avaliação como parte do processo de ensino-aprendizagem deverá ser contínua e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, prevalecendo o desenvolvimento do estudante ao longo do período letivo sobre os de eventuais provas finais, e deverá considerar que:

> I – quem, para quê e por que se avalia, o quê e como se avalia o processo de ensino-aprendizagem;
> II – o envolvimento da instituição, dos gestores, dos docentes, dos técnicos administrativos em educação, dos estudantes, da família e da sociedade no processo ensino-aprendizagem;
> III – a visão do estudante como um sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem com sua antecipada ciência de o que será avaliado, com as regras, critérios e instrumentos estabelecidos de forma clara e democrática;
> IV – a autoavaliação por parte dos estudantes, dos docentes e da instituição;
> V – a definição de estratégias para a melhoria do processo ensino-aprendizagem mediante a discussão com os segmentos da comunidade acadêmica acerca dos resultados obtidos nos variados momentos do processo de avaliação (BRASIL, 2017e, p. 3-4).

Serão considerados meios para operacionalização da avaliação (IFPR, 2017e, p. 5-6):

> I – seminários;
> II – trabalhos individuais e/ou em grupos;
> III – testes escritos e/ou orais/sinalizados;
> IV – demonstrações de técnicas em laboratório;
> V – dramatizações;
> VI – apresentações de trabalhos finais de iniciação científica;
> VII – artigos científicos ou ensaios;
> VIII – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;
> IX – relatórios de estágio;
> X – portfólios;
> XI – resenhas;
> XII – autoavaliações;
> XIII – participações em projetos;
> XIV – participações em atividades culturais e esportivas;
> XV – visitas técnicas;
> XVI – atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
> XVII – participação em atividades de mobilidade nacional e internacional;
> XVIII – outras atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação pertinentes aos cursos.

Os resultados obtidos no processo de avaliação serão emitidos por componente curricular e disponibilizado por meio eletrônico e/ou entrega individual de boletim, devendo ser expressos por conceitos, sendo:

> I – Conceito A – Quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.
> II – Conceito B – Quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, como critérios propostos no plano de ensino.
> III – Conceito C – A aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir objetivos propostos, conforme critérios propostos no plano de ensino.
> IV – Conceito D – A aprendizagem do discente for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino (IFPR, 2017e, p. 9-10).

Os conceitos terão emissão após cada término do semestre, conforme calendário acadêmico.

O discente será considerado APROVADO quando obtiver conceito final igual a A, B ou C no componente curricular e frequência igual ou superior a 75% da carga horária total de cada componente curricular. Caso contrário o discente será considerado REPROVADO no componente curricular. Os estudantes que reprovarem em componentes curriculares deverão cursá-las novamente, podendo solicitar matrícula também em componentes curriculares do próximo período.

Os estudantes reprovados por frequência devem cursar novamente os componentes curriculares com obrigatoriedade de frequência.

O Artigo 1º da Resolução CONSUP/IFPR nº 02/2017 (IFPR, 2017a), que retifica os Artigos nº 102 e nº 103 da Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 (IFPR, 2011b), estabelece as matrículas em regime de dependência:

> Art. 102: O estudante que obtiver reprovação em componente(s) curricular(es) terá progressão total ou parcial para o semestre seguinte, e deverá cursar o(s) componente(s) em regime de dependência preferencialmente na próxima oferta regular do curso.
> Parágrafo único – Os acadêmicos com direito à progressão parcial poderão optar por matricular-se apenas nas disciplinas em dependência.
> Art. 103: Na impossibilidade de cursar o componente curricular em regime de dependência, na oferta regular do curso, o estudante poderá ser matriculado em turma especial, aberta para esse fim, sendo mantida, obrigatoriamente, a modalidade do curso.

Discentes em processo de adaptação, (transferidos ou que vieram de uma grade que não está mais em uso), serão matriculados no período mais conveniente ao curso em disciplinas que não exigem pré-requisitos, conforme parecer da comissão de avaliação de pedido de aproveitamento de estudos.

Os docentes terão autonomia didático/metodológica para definir qual estratégia, instrumentos e critérios avaliativos serão os mais adequados a serem utilizados, sempre em consonância com os valores, objetivos e princípios adotados pelo IFPR, conforme disposto no Artigo 11º da Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017 (IFPR, 2017e). De acordo com o Artigo 13 da Resolução nº 50/2017 (IFPR, 2017e, p. 7-8), a recuperação de estudos como parte do processo ensino-aprendizagem é obrigatória e compreende:

> § 1º A Recuperação Contínua, que se constitui como um conjunto de ações desenvolvidas no decorrer das aulas, para a retomada de conteúdos que ainda não foram apropriados e/ou construídos pelos estudantes;
> § 2º A Recuperação Paralela, que se constitui como parte integrante do processo de ensino aprendizagem em busca da superação de dificuldades encontradas pelo estudante e deve envolver a recuperação de conteúdos e conceitos a ser realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo docente em horário diverso das disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas cursadas pelo estudante, podendo ser presencial e/ou não presencial.

2.12.2 Plano de Avaliação Institucional

Nos termos da Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004b), toda instituição pública ou privada deve instituir a Comissão Permanente de Avaliação (CPA). A referida lei estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que visa desenvolver processos avaliativos internos nas instituições de ensino, sistematizando a prestação de informações necessárias para a melhoria contínua da educação. Tais informações são solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A CPA tem como atribuições: coordenar e articular o processo de Avaliação Institucional, bem como disponibilizar o resultado final à comunidade acadêmica. CPA do IFPR é composta por docentes, técnicos administrativos, discente e representantes da comunidade. Por ser uma instituição multicampi a CPA contem representantes dos diversos *Campi*.

O Artigo 2º da Lei 10.861/04 (BRASIL, 2004b, grifos do autor) estabelece que, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos discentes, deverá ser assegurado:

> I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
> II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
> III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
> IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.
> Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no **caput** deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Dessa forma, os trabalhos da CPA pretendem levantar, anualmente, as potencialidades, as fragilidades e as ações estratégicas para a melhoria da qualidade do Ensino Superior no IFPR,

levando em consideração as dimensões previstas na legislação para esse nível de ensino. Para tanto, os envolvidos no processo educativo são consultados, mediante instrumentos avaliativos específicos para docentes, discentes e técnicos administrativos.

O IFPR utiliza um Plano de Avaliação Institucional que atende às orientações e dimensões exigidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). As três dimensões para o processo de avaliação são: Autoavaliação Institucional, Avaliação Externa *in loco* e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A CPA realizará levantamento de dados por meio de formulários eletrônicos, utilizando como metodologia para a interpretação de dados a escala de *Likert* que expressa o grau de satisfação dos participantes da pesquisa. O formulário contempla proposições que abrangem pontos fundamentais relativos à formulação de relatório de desempenho, integrando assuntos relacionados às ações políticas, pedagógicas e administrativas desenvolvidas no processo de ensino. Após a coleta dos dados e da análise, a CPA os sistematiza divulgando o relatório para a comunidade acadêmica. Tais informações geram um diagnóstico relevante e fundamental aos gestores da instituição, permitindo identificar ações correspondentes a melhoria da educação, conforme objetivos propostos pelo PDI da instituição.

2.12.3 Avaliação do Curso

Os cursos superiores são avaliados conforme os requisitos instituídos pelo SINAES (BRASIL, 2004b). Ao SINAES cabe promover a avaliação externa englobando a avaliação das Instituições, dos Cursos e do desempenho discente.

Para operacionalização da avaliação, o INEP/MEC, órgão responsável pela mesma, disponibiliza em meio eletrônico, orientações gerais elaboradas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) (BRASIL, 2010). Estas orientações envolvem dinâmicas, procedimentos e mecanismos a serem observados pelas comissões de avaliação de Instituições e de Cursos, e, ocorrem conforme cronogramas emanados do INEP. A avaliação interna e externa constitui um dos aspectos básicos para o necessário aprimoramento da qualidade de ensino, do planejamento e da gestão da Instituição e dos Cursos.

O ENADE consiste em avaliar o desempenho do discente no início e ao final do curso, permitindo a análise dos conhecimentos adquiridos. Outro indicador considerado pelos avaliadores externos, em seus pareceres, são os documentos, previamente analisados, tais como: Censo Educacional, Cadastro Docente e o Formulário Eletrônico com recortes do PPC ou em caso de Avaliação do PDI.

2.12.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia é de responsabilidade do Colegiado do Curso, que a partir de reuniões ordinárias realizará apontamentos a respeito dos respectivos avanços e desafios. As alterações sugeridas pelo Colegiado de Curso serão repassadas ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), o qual analisará e atuará diretamente na estrutura da PPC fazendo revisões/atualizações necessárias. As possíveis alterações poderão ser efetivadas mediante solicitação aos conselhos competentes.

2.13 Estágio Curricular Supervisionado

De acordo com as DCNs de Pedagogia (BRASIL, 2005c, p. 15):

> [...] o estágio curricular que deverá ser realizado, ao longo do curso, em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e/ou de Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar, ou ainda em modalidades e atividades como educação de jovens e adultos, grupos de reforço ou de fortalecimento escolar, gestão dos processos educativos, como: planejamento, implementação e avaliação de atividades escolares e de projetos, reuniões de formação pedagógica com profissionais mais experientes, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares, que amplie e fortaleça atitudes éticas, conhecimentos e competências, conforme o previsto no projeto pedagógico do curso. O estágio curricular pressupõe atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho, reconhecido por um sistema de ensino, que se concretiza na relação interinstitucional, estabelecida entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um professor supervisor acadêmico. Deve proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática, por meio da vivência institucional sistemática, intencional,

> norteada pelo projeto pedagógico da instituição formadora e da unidade campo de estágio.

No decorrer do estágio, o estudante deverá proceder ao estudo e interpretação da realidade educacional do seu campo de estágio, desenvolver atividades relativas à docência e à gestão educacional, em espaços escolares e não-escolares, produzindo uma avaliação desta experiência e sua auto-avaliação.

Desse modo, a prática do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia está em consonância com as DCN (BRASIL, 2001a), com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008c), com a Portaria IFPR nº 4, de 22 de junho de 2009 (IFPR, 2009c) e com a Resolução nº 02, de 26 de março de 2013 (IFPR, 2013b). O estudante deverá frequentar e ser aprovado nos componentes curriculares de Estágio Supervisionado I, II, III e IV cumprindo um total de 400 horas.

A supervisão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia ocorrerá de forma direta. As demais disposições a respeito do Estágio constam no Regulamento Geral de Estágios do Campus Pitanga.

2.14 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia do IFPR *Campus* Pitanga. O TCC consiste de um artigo ou monografia individual com tema respectivo à área de Pedagogia, conforme regulamento Anexo.

2.15 Atividades Complementares

Conforme as DCN para o Curso de Pedagogia as atividades complementares envolvem:

> [...] o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências

> em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas (BRASIL, 2005c, p. 15).

O inciso IV do Artigo 1º da Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, estabelece que na carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, deverão ser direcionadas "200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais" (BRASIL, 2002d, p.1).

O objetivo das AC é diversificar e enriquecer a formação oferecida na graduação, por meio da participação dos discentes em eventos científicos, culturais e profissionais, como palestras, congressos, encontros, seminários e outros congêneres, em grupos de pesquisa, em projetos sociais e de extensão, publicações de artigos e em cursos de curta duração. Os cursos devem estar relacionados à sua área de conhecimento em interface com temas transversais, tais como sustentabilidade, diversidade, direitos humanos, entre outros, ou associados às atividades de pesquisa, extensão e inovação, como cursos na área de patentes, desenvolvimento e inovação de produtos. As AC possuem regulamento próprio em Anexo.

2.16 Formas de acesso e permanência

O acesso de discentes ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Paraná *Campus* Pitanga poderá ser realizado por meio de:

1) Aprovação em Processo Seletivo do Instituto Federal do Paraná.

2) Sistema de Seleção Unificada (SISU) do qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do ENEM.

3) Transferência interna: transferência de discente regularmente matriculado em curso superior do IFPR para outro curso superior no mesmo *Campus* ou para outro *Campus* do IFPR, a partir do 2º (segundo) período letivo do curso mediante a existência de vaga e equivalência dos componentes curriculares cursados.

4) Transferência externa: disponibilizada para discente matriculado em curso superior de outras Instituições de Ensino para ingresso em curso de mesmo nível a partir do 2º (segundo) período letivo do curso, mediante a existência de vaga e equivalência dos componentes curriculares cursados.

5) Aproveitamento de Estudos de Curso de Graduação em que é possível o ingresso de discentes que já possuem diploma de curso superior de área afim, a partir do 2º (segundo) período letivo do curso, mediante a existência de vaga.

Observa-se que as transferências internas e externas e o aproveitamento de estudos representam, além das formas de ingresso no Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFPR *Campus* Pitanga, a possibilidade de mobilidade acadêmica para outros cursos de graduação.

São também disponibilizados atendimento aos estudantes realizados pelos docentes nos contraturnos escolares. A coordenação de curso irá realizar acompanhamento, por meio de relatórios, propondo ações voltadas para a permanência e êxitos dos discentes.

Além disso, o Instituto Federal do Paraná desenvolve as Políticas de Apoio Estudantil do IFPR, regulamentadas pela Resolução do Conselho Superior do IFPR nº 11/2009 (IFPR, 2009a), por meio dos vários Programas de Bolsas de Estudos existentes como os Auxílios da Assistência Estudantil, Programas de Bolsas de Inclusão Social, Bolsa Monitoria, Programa de Bolsa de Iniciação Científica, Programa de Bolsa de Extensão, entre outros. O Instituto Federal do Paraná *Campus* Pitanga promoverá diversas atividades acadêmico-científico-culturais, como oficinas práticas, atividades de aprimoramento acadêmico, intervenções na comunidade, entre outras.

2.16.1 Bolsas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e Bolsa-Atleta

A Política de Apoio Estudantil do IFPR é regulamentada pela Resolução CONSUP/IFPR nº 11/2009 (IFPR, 2009a), retificada pela Resolução CONSUP/IFPR nº 53/2011 (IFPR, 2011a), que em seu Artigo 1º define:

> A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação

> geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais econômicos e sociais.
> Parágrafo único. Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã (IFPR, 2011a).

A Resolução CONSUP/IFPR nº 11/2009, Artigo 2º, apresenta os princípios no qual a Política de Apoio Estudantil está pautada:

> I – educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;
> II – igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;
> III – garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;
> IV – defesa do pluralismo de idéias com reconhecimento a liberdade de expressão;
> V – eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação (IFPR, 2009a).

O Artigo 7º da Resolução CONSUP/IFPR nº 11/2009 apresenta as modalidades de auxílios da Assistência Estudantil:

> I – moradia estudantil;
> II – alimentação;
> III – transporte;
> IV – atenção à saúde;
> V – inclusão digital;
> VI – cultura;
> VII – esporte;
> VII – apoio aos estudantes/pais;
> IX – apoio pedagógico;
> X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (IFPR, 2009a).

A Assistência Estudantil oferece ainda: Programa Monitoria, Programa de Inclusão Social, Programa de Apoio à participação de Eventos e o Programa Estudante Atleta, regulamentados, respectivamente, pelas Resoluções CONSUP nº 04/2010 (IFPR, 2010a), nº 64/2010 (IFPR, 2010b), nº 65/2010 (IFPR, 2010c) e pela Instrução Interna de Procedimento nº 01/2014 (IFPR, 2014a).

Além das Políticas da Assistência Estudantil são oferecidas bolsas por meio da Pró Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC),

Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PRADI), regulamentados pela Resolução CONSUP/IFPR nº 05/2010 (IFPR, 2010d) e Portaria SETEC nº 58, de 21 de novembro de 2014 (BRASIL, 2014b).

O Artigo 1º da Resolução CONSUP/IFPR nº 5/2010 (IFPR, 2010d), trás os seguintes objetivos para os programas de bolsas acima mencionados:

> I – possibilitar aos estudantes dos Cursos Técnicos, integrados ou subseqüentes, o desenvolvimento de competências e habilidades nas atividades de pesquisa científica;
> II – incentivar a participação dos estudantes em projetos de pesquisa, individuais ou em grupo, desenvolvidos por professores-pesquisadores do IFPR, despertando o interesse pela pesquisa e permitindo o desenvolvimento do pensamento científico;
> III – contribuir para a formação de recursos humanos qualificados, aprimorando o processo de formação de profissionais para o mercado de trabalho e possibilitando o aprofundamento de conhecimentos na área do projeto ao qual está vinculado; e
> IV – otimizar a qualidade de ensino e sua indissociabilidade com a pesquisa e com as atividades extensionistas.

O discente do curso de Licenciatura em Pedagogia poderá também pleitear bolsas em projetos de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação que forem submetidos à editais externos por docentes do IFPR conforme regulamentação dada pela Resolução CONSUP/IFPR nº 47/2011 (IFPR, 2011c).

2.16.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores

O Aproveitamento de Estudos Anteriores é previsto na Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011, definido em seu Artigo nº 81: “O aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares ou etapas (séries, módulos, blocos) cursadas com êxito em outro curso” (IFPR, 2011b).

Para o curso de Licenciatura em Pedagogia apenas podem ser aproveitados disciplinas em outros cursos de mesmo nível, como previsto nos Artigos 82 e 86. O pedido deverá ser protocolado pelo discente na Secretaria Acadêmica acompanhada de documentação própria, e seguirá o trâmite apresentado no Artigo nº 84 da referida resolução:

> O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Secretaria Acadêmica do Câmpus, por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e do programa do componente curricular, autenticados pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC.
> § 1º Os pedidos de aproveitamento de estudos devem ser feitos no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.
> § 2º Os estudantes de cursos na modalidade de educação a distância devem entregar o pedido de aproveitamento de estudos ao tutor do Polo onde se realiza o curso, seguindo os mesmos prazos estabelecidos no parágrafo acima. O tutor deve encaminhar por via postal o pedido para a coordenação do curso correspondente.
> § 3º A Secretaria Acadêmica do Câmpus deve encaminhar os processos de aproveitamento de estudos à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus em até dois (02) dias úteis a contar da data do protocolo.
> § 4º O estudante deve estar matriculado no componente curricular para o qual solicita o aproveitamento, ou ainda não tê-lo cursado.
> § 5º O resultado do pedido de aproveitamento realizado pelo aluno não deve ultrapassar 10 (dez) dias úteis (IFPR, 2011b).

Será constituída, conforme Artigo nº 83 da Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 (IFPR, 2011b), uma comissão para avaliação do pedido de aproveitamento de estudos, compostas por professores da área de conhecimento, que deverá seguir os critérios:

> I - correspondência entre a instituição de origem e o IFPR em relação às ementas, ao conteúdo programático e à carga horária cursados. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada na disciplina do curso do IFPR;
> II - além da correspondência entre as disciplinas, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

Em caso de deferimento, caberá a Secretaria Acadêmica o cadastro do aproveitamento de estudos, como apresentado pelo Artigo nº 85.

2.16.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores

A certificação de conhecimentos anteriores está previsto pela Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011, em seu Artigo nº 87:

> De acordo com a LDB 9394/96 e a Resolução CNE/CEB No 04/99, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (IFPR, 2011b).

Os Artigos nº 88 e nº 90 da Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 definem a Certificação de Conhecimentos Anteriores e estabelecem os procedimentos do processo de certificação ao discente solicitante:

> Art. 88. Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação.
> § 1º A avaliação será realizada sob responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com o previsto no projeto do curso e terá quinze (15) dias úteis para a expedição do resultado.
> § 2º A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.
> § 3º Quando solicitado pelo estudante, o pedido de Certificação de Conhecimentos Anteriores deverá ser feito no prazo de até dez (10) dias a contar do início do período letivo, através de formulário próprio entregue à Secretaria Acadêmica do Câmpus.
> § 4º Caberá à Comissão designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus estabelecer a programação e a supervisão das avaliações, bem como a homologação dos resultados finais.
> § 5º Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou Monografia, bem como para Estágio Supervisionado.
> § 6º O estudante deverá estar matriculado ou ainda não ter cursado o(s) componente(s) curricular(es) para o(s) qual(is) solicita a certificação de conhecimentos, até que seja expedido o resultado do seu pedido de aproveitamento.
> Art. 90. Caberá à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus encaminhar o resultado à Secretaria Acadêmica do Câmpus através de processo individual por estudante, contendo os componentes curriculares aproveitados com os respectivos conceitos avaliativos e a frequência, acompanhados de atas e/ou relatórios das avaliações, assinado pelos membros da Comissão designada para tal.
> Parágrafo único. Os componentes curriculares com certificação de conhecimento serão cadastrados, pela Secretaria Acadêmica do Câmpus, no sistema de controle acadêmico com a frequência integral e o desempenho atingido pelo estudante (IFPR, 2011b).

2.16.4 Expedição de Diplomas e Certificados

Conforme a Resolução CONSUP/IFPR nº 55/2011 em seu Artigo 114, define-se que:

> O estudante que frequentar todos os módulos/unidades curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento em todos eles, frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das horas-aula e Trabalho de Conclusão de Curso ou relatório de Estágio aprovado, quando o curso exigir, antes do prazo para jubilamento, receberá o diploma de concluinte do curso, que será obtido junto à Secretaria Acadêmica de seu Campus, após ter realizado a colação de grau na data agendada pela Instituição.
> § 1º Antes da colação de grau, o formando deverá apresentar à Secretaria Acadêmica do Campus o comprovante de ausência de débito com a biblioteca e com a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus e, no caso de ter sofrido mudança no nome durante o curso, entregar cópia do documento do qual consta o nome atualizado.
> § 2º O formando que não comparecer à cerimônia de formatura de seu curso deverá solicitar à Direção Geral, mediante requerimento, nova data para formatura em Gabinete, para receber a outorga do diploma (IFPR, 2011b).

O estudante terá outorgado o grau pelo Magnífico Reitor ou seu representante, podendo, a partir de então, exercer a profissão. A comprovação de titularidade ocorrerá mediante diploma, os trâmites legais para a expedição de diplomas e certificados ficam a encargo da Secretaria Acadêmica que atuará com base nos preceitos de seu regulamento.

O ato coletivo de colação de grau será realizado em sessão solene, em dia, hora e local previamente designados pelo Reitor. Os concluintes que não colarem grau na cerimônia de formatura ou necessitarem de antecipação mediante justificativa, poderão fazê-lo, em dia e hora designados pelo reitor, na presença de, pelo menos, dois professores do curso, em sessão solene realizada em gabinete.

2.16.5 Acessibilidade

O IFPR *Campus* Pitanga busca promover a inclusão, mediante ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), buscando

desenvolver ações que garantam a permanência e o êxito escolar aos discentes com necessidades especiais. O Campus Pitanga conta com a estrutura padrão do bloco administrativo do Instituto Federal do Paraná que se adequa ao atendimento de discentes em inclusão. O prédio conta com quatro banheiros adaptados, sinais braile, elevador para cadeirante, portas largas, entre outros. O IFPR Campus Pitanga, também disponibiliza um computador com software para deficientes visuais, teclado baixa visão, impressão braile e fones de ouvido. Além disso, a instituição mostra-se constantemente preocupada em cumprir com o expresso no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004a), que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 (BRASIL, 2000a), oferecendo prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e outras providências, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000b), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência definidas. O IFPR Campus Pitanga conta com uma equipe de profissionais, contendo psicólogo e assistente social, capacitados para identificar e orientar ações no processo de ensino aprendizagem com a finalidade promover uma educação inclusiva a discentes com necessidades especiais, respeitando as diferenças que envolvem a deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

2.16.6 Mobilidade Acadêmica

Conforme ações do PDI (IFPR, 2017, p. 55), especifica-se a “Implementação e consolidação o Programa de Mobilidade Estudantil Nacional e Internacional e Programa Ciência Sem Fronteiras”.

O IFPR, por meio de sua Coordenadoria de Relações Internacionais, busca promover a internacionalização ampla do IFPR, por meio da formulação de políticas, da interlocução com parceiros nacionais e internacionais e do apoio às ações, projetos e programas de internacionalização dos campi e outros setores.

De acordo com essa Coordenação, a internacionalização refere-se a todos esforços da instituição para incorporar perspectivas globais no ensino, pesquisa e extensão; para construir

competências internacionais e interculturais entre alunos, professores e técnicos; para estabelecer parcerias com comunidades e instituições no exterior.

As ações especificadas são:

- Participação de Congressos Internacionais, tais como o World Federation of Colleges and Polytechnics (WFCP); Fórum Franco Brasileiro – Ciência e Sociedade.

- Oportunidade de Bolsa de Estudo – Nível Doutorado.

- Programa de Bolsa Robert S. McNamara, para candidatos com doutorado em andamento.

Tais procedimentos são regulamentados pela Instrução Interna de Procedimentos nº 02/2014 – PROENS/IFPR – Mobilidade Estudantil (IFPR, 2014g).

3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

3.1. Corpo docente

3.1.1 Atribuições do Coordenador

O manual de competências (IFPR, 2015b, p. 228), define a coordenação de curso como sendo:

> A coordenação do curso é o órgão responsável pela parte acadêmica e administrativa do curso, estando vinculada diretamente à Coordenadoria de Ensino. A ela compete o acompanhamento da vida acadêmica do aluno do IFPR, desde a entrada no curso pretendido até o seu término. Também é responsável por responder pelo curso no âmbito do Câmpus, assim como contribuir para a organização curricular do Câmpus.

Assim, o coordenador de curso, deverá desempenhar as seguintes competências:

> Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
> Planejar ação didático/pedagógica dos cursos juntamente com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino;
> Executar as deliberações do CONSAP e CONSUP;
> Orientar o corpo discente e docente dos cursos sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino;
> Organizar e registrar por meio de atas, reuniões com os docentes do curso;

Supervisionar situações acordadas em reuniões:
Assessorar a coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas nos cursos ofertados;
Planejar em conjunto com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino as dependências do curso;
Presidir a comissão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;
Atender os pais juntamente com a Coordenação de Ensino;
Exercer o papel de 'ouvidor' de alunos e professores em assuntos relacionados ao curso;
Zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação específica;
Supervisionar o preenchimento do diário de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os e encaminhando para a Coordenação de Ensino.
Implementação e manutenção dos programas de Assistência Estudantil mantidos pelo IFPR no Câmpus, garantindo desta forma, a permanência e o êxito no processo formativo do aluno, através de atividades como:
Divulgar os editais para a comunidade acadêmica (coordenadores, professores e alunos);
Preencher relatórios e planilhas (mensais e/ou semanais e/ou anuais);
Acompanhar a coordenação de Ensino na supervisão dos registros de frequência;
Acompanhar a revisão e atualização dos PPC;
Acompanhar novas propostas de cursos e auxiliar na elaboração dos PPC;
Elaborar calendário acadêmico;
Auxiliar a coordenação de Ensino/Coordenação de Curso na elaboração dos horários de aulas;
Elaborar, revisar e acompanhar os projetos pedagógicos do curso;
Supervisionar os planos de ensino docente e solicitar correções, caso seja necessário, assinando-os e encaminhando-os à coordenação de ensino;
Articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;
Elaborar, com o auxílio dos docentes, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos as necessidades do curso;
Acompanhar comissões de avaliação de curso, bem como fornecer informações do curso solicitadas pelos órgãos da Reitoria e também pelas Seções do MEC;
Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração (IFPR, 2015b).

3.1.2 Experiência do Coordenador

Formação Acadêmica:

- Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá/UEM.

- Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá/UEM.

- Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá/UEM..

Atuação profissional:

- Professor da Carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal - Campus Pitanga – 2018, atual.
- Pedagogo da Universidade Federal do Paraná, entre 2015 e 2018.
- Professor da rede municipal de Apucarana/PR entre 2012 e 2015.
- Professor de cursos de Especialização no Instituto Rhema Educação, entre 2015 e 2018.

3.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante é regulamentado pela Resolução nº 1/2010 (BRASIL, 2010a), Resolução nº 8/2011 (IFPR, 2011f) e pela Resolução nº 15/2014 (IFPR, 2014e).

Membros	**Titulação**	**Formação**	**Regime de Trabalho**
Aline Fabiane Barbieri	Doutora	Educação Física	DE
Felipe Augusto Fernandes Borges	Doutor	Pedagogia	DE
Gustavo Leoni Bordin	Mestre	Filosofia	DE
Juliana Bicalho De Carvalho Barrios	Mestra	Pedagogia	DE
Leila Cleuri Pryjma	Doutora	Letras Português – Inglês	DE
Marcio Miguel de Aguiar	Doutor	Geografia	DE
Maria Sandreana Salvador da Silva Lizzi	Doutora	Pedagogia	DE

Tabela 4: Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

3.1.4 Relação do corpo docente

Nome Completo	**Formação: Graduação**	**Titulação**	**Link Currículo Lattes**

Aline Fabiane Barbieri	Licenciatura em Educação Física Mestrado em Educação Doutorado em Educação	40h/DE	https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4460704Z0
Ana Paula Hilário Gregório	Licenciatura em Química Especialização em Química do Cotidiano na Escola Mestrado em Química Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/2526787636411932
Arthur Rovida de Oliveira	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais Mestrado em Antropologia Social	40h/DE	https://lattes.cnpq.br/7443147052185719
Celso Fernando Claro de Oliveira	Licenciatura em História Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo Mestrado em História Doutorado em História	40h/DE	https://lattes.cnpq.br/2023354225634522
Felipe Augusto Fernandes Borges	Licenciatura em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em História	40h/DE	https://lattes.cnpq.br/3726142798236765
Gustavo Leoni Bordin	Licenciatura em Filosofia Mestrado em Filosofia	40h/DE	https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4237644P6
Juliana Bicalho de Carvalho Barrios	Licenciatura em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação (cursando)	40h/DE	https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4302328T4
Leandro Delgado de Souza	Bacharel em Ciência da Computação Especialização em Gestão de Projetos Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	40h/DE	https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4462546P5
Leila Cleuri Pryjma	Licenciatura em Letras Licenciatura em Pedagogia Especialização em Gestão Escolar Especialização em Neurociências Especialização em Psiquiatria e Saúde Mental Especialização em Coaching Educacional Especialização em Terapia da Constelação Familiar Sistêmica Especialização em Psicologia do Desenvolvimento Especialização em Psicanálise Mestrado em Educação Doutorado em Educação	40h/DE	https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4488320D3

Luciano Rudnik	Licenciatura em Matemática Mestrado em Educação Doutorado em Educação Matemática (cursando)	40h/DE	https://lattes.cnpq.br/9353730069407404
Márcio Gonçalves dos Santos	Bacharel em Administração Mestrado em Agronegócio Doutorado em Engenharia de Produção	40h/DE	https://lattes.cnpq.br/6982128189916053
Marcio Miguel de Aguiar	Licenciatura em Geografia Especialização em Ensino de Geografia Mestrado em Geografia Doutorado em Geografia	40h/DE	https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4204544Z1
Maria Sandreana Salvador da Silva Lizzi	Licenciatura em História Licenciatura em Pedagogia Especialização em Fundamentos da Educação Mestrado em Educação Doutorado em Educação	40h/DE	https://lattes.cnpq.br/1208049242048811
Mariana Costa do Nascimento	Licenciatura em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	40h	http://lattes.cnpq.br/7289824074434325
Tania Regina Rossetto	Licenciatura em Educação Artística - Habilitação em Artes Plásticas Especialização em Psicopedagogia Especialização em Educação de Jovens e Adultos Especialização em Metodologia do Ensino de Artes Mestrado em Educação Doutorado em Educação	40h/DE	https://lattes.cnpq.br/4072169518562105

3.1.5 Colegiado de Curso

A Resolução CONSUP/IFPR nº 08 de 2014 (IFPR, 2014b), estabelece o Colegiado de Curso, em seu artigo 24 define este órgão:

> Os Colegiados de Cursos são órgãos consultivos e deliberativos do Câmpus para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar.

Segundo a referida resolução, o Colegiado de Curso é composto por docentes dos componentes curriculares do curso, um representante técnico administrativo em educação ligado diretamente ao curso, quando houver e dois representantes discentes, de turmas distintas.

As reuniões do Colegiado de curso ocorrem com periodicidade mínima bimestral, sendo convocada pela Coordenação de Curso, sendo as proposições e deliberações advindas da reunião lavradas em ata, com a assinatura de todos os membros presentes.

As funções do colegiado, conforme disposto no Artigo nº 27 da Resolução CONSUP/IFPR nº 08/2014, são:

> I - Cumprir e fazer cumprir as normas da instituição para o pleno funcionamento do curso;
> II - Propor revisão do Plano de Curso, quando necessário, respeitadas as diretrizes e normas do IFPR;
> III - Manifestar-se sobre as formas de admissão e seleção, bem como sobre o número de vagas iniciais, no que lhe couber;
> IV - Estabelecer normas internas de funcionamento do curso, respeitadas as diretrizes e normas da instituição;
> V - Zelar pelo cumprimento dos Planos de Ensino dos componentes curriculares;
> VI - Orientar e acompanhar a vida escolar/acadêmica dos alunos do curso;
> VII - Deliberar sobre requerimentos de alunos no âmbito de suas competências;
> VIII - Deliberar o horário de aulas do Curso, respeitadas as diretrizes e normas da instituição;
> IX - Estudar, na qualidade de relator ou de membro de comissão especial, as matérias submetidas à apreciação do Colegiado, apresentando o relato e a decisão no prazo estabelecido pelo Colegiado ou pela Coordenação;
> X - Recepcionar os ingressantes do Curso, orientado-os no que se refere ao funcionamento e organização do IFPR;
> XI - Decidir sobre a aprovação ou reprovação de estudantes com dificuldade de aproveitamento nos componentes curriculares, ou em casos específicos que extrapolem a competência didático-avaliativo-pedagógica docente, desde que convocados (IFPR, 2014b).

Desta forma, a composição do colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia Integrado do Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga foi designada pela Portaria nº 99, de 29 de novembro de 2017 (IFPR-CAMPUS PITANGA, 2017a).

3.1.6 Políticas de Capacitação Docente

As políticas de capacitação Docente foram instituídas pelo Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos, formalizadas pela Resolução CONSUP/IFPR nº 48 de 21 de dezembro de 2011 (IFPR, 2011d). Tais políticas enfatizam a formação, a qualificação e a atualização dos recursos humanos, contemplando os seguintes níveis formativos: cursos de Graduação; cursos de Pós-Graduação Lato Sensu: aperfeiçoamento e especialização; cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu: mestrado e doutorado; estágio Pós-Doutoral; outros cursos, estágios, intercâmbios acadêmico-profissionais ou atividades de capacitação, no interesse da Administração.

A gestão das políticas de Capacitação é realizada em conjunto entre as Pró Reitorias de Ensino, de Gestão de Pessoas, de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, de Administração, de Extensão, Pesquisa e Inovação, as Direções dos *Campi* e do Ensino a Distância do IFPR, conforme é previsto no artigo 4º da resolução supracitada.

3.1.7 Plano de Cargos e Salários dos Docentes

O Plano de Cargos e Salários dos docentes do IFPR é estruturado pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012d), conforme segue:

O Artigo 1º, incisos III e IV, apresenta a carreira de magistério e de professor titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. O Artigo 14 e o Artigo 15 apresentam o desenvolvimento da carreira dos docentes, instituindo os conceitos de progressão e de promoção, os requisitos para a alteração de nível e classe, além da aceleração de promoção. O Artigo 16, o Artigo 17, e o Artigo 18 especificam a estrutura remuneratória do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal instituindo a Retribuição por Titulação (RT) em conformidade com a carreira, cargo, classe, nível e titulação comprovada. O Artigo 20 e o Artigo 21, respectivamente, estabelecem os regimes de trabalho dos docentes e possíveis retribuições que podem ser acumuladas com o regime de Dedicação Exclusiva (DE) (BRASIL, 2012d).

3.2 Corpo técnico administrativo em educação

Nome	Cargo/Função	Formação	Carga Horária
Ana Carla Luiz Keltel	Assistente em Administração	Bacharelado em Administração Pública. Licenciatura em Educação Física. Especialização em Gestão Pública. Especialização em Psicopedagogia Institucional. Especialização em Treinamento Esportivo Escolar.	40h
Anauzira Silveira de Rezende Kurita	Bibliotecária	Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação Bacharelado em Gestão da Informação MBA em gestão estratégica	40h
Daniel Hachiya de Oliveira	Técnico de Laboratório - Química	Bacharelado em Química Especialização em Educação Ambiental	40h
Daniele de Oliveira	Assistente em Administração/ Chefe da Seção Compras e Contratos	Bacharelado em Administração Especialização em Gestão Pública	40h
Douglas Alexandre Fernandes	Psicólogo	Graduação em psicologia com habilitação em bacharelado e formação de psicólogo Especialização em saúde mental e atendimento psicológico Mestrado em Psicologia.	40h
Eliziane Haynosz	Assistente em Administração/ Chefe da Seção Contábil e de Patrimônio	Bacharelado em Gestão de Micro e Pequenas Empresas Especialização em Gestão Escolar MBA em Gestão de Pessoas	40h

Jeovane Pichuski	Assistente de Alunos	Bacharelado em Administração Especialização em Gestão Pública	40h
Jéssica de Almeida Moreira Getão	Assistente Social/ Chefe da SEPAE	Bacharelado em Serviço Social Especialização em Distúrbios de Aprendizagem	40h
Lurdes Antunes	Auxiliar em Administração	Bacharelado em Administração Especialização em Gestão Pública	40h
Marcelo Mazzetto	Assistente em Administração/ Diretor de Planejamento e Administração	Bacharelado em Publicidade e Propaganda Especialização em Gestão Estratégica de Marketing	40h
Marta Rodrigues de Souza	Técnica em Assuntos Educacionais	Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Letras/Libras Especialização em Educação Especial e Educação Inclusiva Especialização em Libras Especialização em Atendimento Educacional Especializado	40h
Rovilson Endrigo Moraes	Técnico em Tecnologia da Informação	Bacharelado em Sistemas De Informação Especialização em Administração De Banco De Dados - Oracle Especialização em Engenharia De Software Especialização em Docência Do Ensino Superior	40h
Sidiney Batista de Lara	Técnico em Contabilidade	Bacharelado em Ciências Contábeis Especialização em Administração Pública Municipal	40h

Silmara Koliski	Assistente em Administração/ Chefe da SEGEPE	Bacharelado em Administração Especialização em Administração de Marketing com Ênfase em Negócios Comerciais	40h
Thiago Henrique Bellé	Técnico de Laboratório Alimentos	Bacharelado em Medicina Veterinária Especialização em Inspeção de Produtos de Origem Animal Mestrado em Microbiologia	40h
Wellington H Machado de Lima	Auxiliar em Administração/ Chefe da SECAC	Tecnólogo em Gestão Pública Tecnólogo em Comércio Exterior Especialização em Tecnologia da Informação Aplicada na Educação Especialização em Gestão Escolar	40h

3.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo em Educação

As políticas de Capacitação dos Técnicos Administrativos são regidas pela Resolução CONSUP/IFPR nº 48 de 21 de dezembro de 2011 (IFPR, 2011d).

3.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação

O Plano de Cargos e Salários dos servidores Técnicos Administrativos da Educação é regido pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005b). O Artigo 6º e o Artigo 7º, apresentam o desenvolvimento do Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos, especificando 5 (cinco) níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada. O Artigo 10 e o Artigo 10-A institui os conceitos de Progressão por Capacitação Profissional e de Progressão por Mérito Profissional. O Artigo 11 e no Artigo 12 e prevê o Incentivo a Qualificação para os Técnicos

Administrativos. O Artigo 13, o Artigo 13-A e o Artigo 14 especifica a composição do vencimento básico, acrescidos de incentivos.

4. INFRAESTRUTURA

O Campus Pitanga iniciou sua estruturação física no ano de 2013, com a construção do Bloco 01 e Guarita, sendo estes finalizados em 2015 (IFPR, 2018, p. 344). O Bloco Administrativo conta com 2.127,10 m² e hoje abriga tanto as atividades administrativas quanto pedagógicas: funcionam ali, atualmente, todas as unidades administrativas, sala de professores, além das salas de aula e Laboratório de Informática. Para práticas esportivas, há uma quadra de areia no terreno do Campus.

Há uma estrutura no terreno do Campus, um Galpão, com aproximadamente 400 m², e que hoje abriga os Laboratórios de Artes, Robótica e Música, servindo ainda como depósito para alguns materiais. É uma construção que necessita de reparos, para que possa ser utilizada de maneira plena.

Além disso, há o recém terminado Bloco de Laboratórios, contando com 561,27 m², abrigando os seguintes laboratórios: Química orgânica; Química inorgânica; Carnes e derivados; Frutas e hortaliças; Leites e derivados.

Há, ainda, um Bloco Didático em Construção. Este bloco, quando terminado, terá 914,29 m², contando com 6 salas de aula, área para depósito de resíduos e abrigará 3 laboratórios: 1 de Informática e 2 de Ciências (Química, Física, Biologia).

4.1 Áreas de ensino específicas

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Salas de aula	Sim (5 salas com 40 conjuntos escolares cada)	Não	68,25m² (2 salas) 68,87m² (1 sala) 68,48m² (2 salas)
Sala de professores	Sim (2 salas)	Não	68,87m² (cada)
Coordenadoria de curso	Não	Não	X

Sala de reuniões	Sim	Não	38m²

Tabela 5: Áreas de ensino específicas do IFPR *Campus* Pitanga.
*As salas de professores são conversíveis à sala de aula caso seja necessário.

4.2 Áreas de estudo geral

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Biblioteca	Sim	Não	626,64m²
Laboratório de informática	Sim	Não	68,48m²
Laboratório de Ciências (Química, Física e Biologia)	Sim (A ser reformado)	Não	50m²
Laboratório de Música	Sim	Não	25 m²
Laboratório de Arte	Sim	Não	20 m²
Laboratório de Robótica	Sim	Não	30 m²
Áreas externas	Sim	Não	60 000 m² (Terreno *Campus*)

Tabela 6: Áreas de estudo geral do IFPR *Campus* Pitanga.

O laboratório de informática e a biblioteca estão localizados no bloco Administrativo padrão do IFPR, enquanto o Laboratório de Ciências (Física, Química e Biologia) está localizado na construção.

O laboratório de informática conta com 35 mesas, 35 cadeiras, 01 quadro branco e 35 computadores, com a configuração: *Windows* 7, processador AMD A8-5500B APU *with Radeon* (tm) HD *Graphics* 3.2 GHz, Memória de 8GB, 64 *Bits*.

O laboratório de Ciências (Química, Física e Biologia), Arte, Robótica e Música foram organizados na construção. Os discentes têm acesso aos laboratórios apenas com acompanhamento de docentes responsáveis. Os laboratórios de Arte e Música, contam com mesas e cadeiras, e materiais providenciados pelos docentes. O laboratório de Robótica conta com mesas e cadeiras, e kits de robótica.

4.3 Áreas de estudo específico

O Instituto Federal do Paraná *Campus* Pitanga, não possui ambiente de estudo específico para o curso de Licenciatura em Pedagogia. Todos os ambientes do *Campus* são utilizados em conjunto pelos cursos oferecidos.

4.4 Áreas de esporte e vivência

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Áreas de esportes	Não	Não	X
Cantina/ Refeitório	Não	Não	X
Pátio coberto	Sim	Não	106,93m²
Pátio coberto (Construção)	Sim	Não	200m²
Cozinha	Sim	Não	50m²

Tabela 7: Áreas de esporte e vivência do IFPR *Campus* Pitanga.

4.5 Áreas de atendimento discente

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Atendimento psicológico	Não	Não	X
Atendimento pedagógico	Não	Não	X
Atendimento odontológico	Não	Não	X
Primeiros socorros	Não	Não	X
Serviço social	Não	Não	X

Tabela 8: Áreas de atendimento ao discente do IFPR *Campus* Pitanga.

4.6 Áreas de apoio

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Auditório	Não	Não	X
Salão de convenção	Não	Não	X
Sala de áudio-visual	Não	Não	X
Mecanografia	Não	Não	X

Tabela 9: Áreas de apoio do IFPR *Campus* Pitanga.

4.7 Biblioteca

A Rede de Bibliotecas é composta por 25 (vinte e cinco) unidades, vinculadas à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão nos campi e tecnicamente ao Núcleo de Bibliotecas/PROENS. De acordo com o Manual de Competências do IFPR, a Seção de Biblioteca é um órgão encarregado de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão através da aquisição, tratamento técnico, armazenamento, preservação, disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade acadêmica, de acordo com a legislação brasileira de educação, padrões nacionais e internacionais de documentação e informação, políticas de ensino, normativas internas em observância às diretrizes do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Situada no Bloco Administrativo do Campus Pitanga, a Biblioteca tem a dimensão de 641,54 m² e conta com espaço destinado ao atendimento, com 3 salas individuais de estudo, 05 computadores para consulta e pesquisa acadêmica e 18 mesas redondas de estudo em grupo.

A Biblioteca faz uso do Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamum. A equipe da biblioteca é composta por uma Bibliotecária, com a função de Coordenadora da Seção Biblioteca, uma estagiária. O horário de funcionamento compreende das 7:30h às 11:30 e das 13 às 22 horas, de segunda a sexta.

Atualmente a biblioteca do Campus Pitanga possui um acervo[1] de 2.491 títulos com 6.890 exemplares, permitindo a retirada de material bibliográfico e outros suportes para a comunidade acadêmica. O acervo pertinente ao curso é de 659 títulos e 3207 exemplares.

A ampliação do acervo é priorizada para a aquisição dos títulos indicados nas bibliografias dos PPC´s e as quantidades em conformidade com a Instrução Interna de Procedimentos que orienta

o plano de desenvolvimento de coleções no IFPR. Os recursos disponíveis são divididos por cursos e a definição de aquisição das obras é realizada por colegiado.

5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO OU EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO (TOTAL - R$)
Laboratório de ensino	01	R$ 50.000,00
Brinquedoteca	01	R$ 50.000,00
Kit Mesa e Cadeira Infantil - 04 lugares	02	R$ 800,00
Cenário Teatro de Fantoche	01	R$ 100,00
Mural didático	4	R$ 600,00
Armário com porta	6	R$ 2.400,00
Mesa para professor	2	R$ 600,00
Cadeira	2	R$ 200,00
Estante	20	R$ 12.000,00
Tatame de Eva - Blocos de Encaixe 100cm X 100cm X 2,8cm	50	R$ 7.500,00
Almofadas com capas 50x50 cm	30	R$ 1.500,00
Jogo de mesas para 6 lugares e bancos	8	R$ 4.000,00
Tela de projeção 180x180	2	R$ 800,00
Piscina de bolinha 2x2 m² com 2.000 bolinhas	01	R$ 700,00
Escorregador Infantil 3 degraus	01	R$ 200,00
Puff infantil redondo em couro sintético	20	R$ 1.200,00
Globo Terrestre Político	02	R$ 300,00
Corda seda poliéster trançada - 12mm - metro	05	R$ 30,00
Corda Trançada Polipropileno 19mm - metro	05	R$ 30,00
Animais Pula- Pula	05	R$ 250,00
kit 10 fantoches de dedo	10	R$ 23,00
kit 6, 7, 8 Fantoches	10	R$ 1.200,00
Caixa Organizadora 30 Litros	05	R$ 250,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Bonecos de Pelúcia	20	R$ 600,00

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO OU EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO (TOTAL - R$)
Brinquedo Pedagógico Educativo - Carrinhos de brinquedo	20	R$ 400,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Material dourado - 611 peças	5	R$ 350,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 500 peças	5	R$ 200,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 1000 peças	2	R$ 120,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 48 peças	5	R$ 250,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça Progressivo 16/25/49 Peças	10	R$ 150,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Formas Geométricas - Prancha de seleção pequena - 16 peças	05	R$ 160,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Túnel Infantil - 1,80m	02	R$ 150,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Tangran 70 peças mdf	05	R$ 200,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Formação de Palavras - 72 peças	10	R$ 300,00
Tapete Infantil Amarelinha 13 peças	02	R$ 80,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória Infantil 40 peças	05	R$ 100,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória - Formas Geométricas	06	R$ 90,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Aramado Borboleta	05	R$ 300,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 150 Peças	07	R$ 210,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 250 Peças	03	R$ 150,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 100 Peças	05	R$ 200,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 500 Peças	05	R$ 350,00
Livros de tecido	200	R$ 4.000,00
Livros Infantis	500	R$ 5.000,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Pequeno Construtor	05	R$100,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Alfabeto Silábico 354 Peças	05	R$ 200,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Numerais - 37 peças	05	R$ 75,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Dado de Pelúcia Grande	10	R$ 500,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Baú Pedagógico	10	R$ 3.000,00
INVESTIMENTO TOTAL		R$ 151.918,00

Tabela 10. Planejamento econômico financeiro.

PLANEJAMENTO ANUAL DOS INVESTIMENTOS	
ANO	INVESTIMENTO NECESSÁRIO (R$)
2018	R$ 10,00 (material de consumo)
2019	R$ 100.000,00 (estrutura física)
2020	R$ 51.918,00 (equipamentos)
INVESTIMENTO TOTAL	R$ 161.918,00

Tabela 11. Planejamento anual dos investimentos

5.1 Expansão do quadro docente

CARGO	NÍVEL DE VENCIMENTOS	VAGAS
Assistente Social*	E	1
Auxiliar em Administração*	C	1
Auxiliar de Biblioteca*	C	1
Pedagogo*	E	1
Psicólogo*	E	1
Técnico de Assuntos Educacionais*	E	1
Técnico em TI*	D	1
TOTAL DE CONTRAÇÕES		8

Tabela 12. Expansão do quadro docente.

* Profissionais que não atenderiam apenas o curso em implantação, mas também atenderiam os demais cursos da instituição, uma vez que não há códigos de vagas disponíveis para contração dos mesmos.

5.2 Projeção de aquisição de materiais permanente e consumo

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (a ser adquirido)	QUANTIDADE	Preço médio	QUANTIDADE x Média
Kit Mesa e Cadeira Infantil - 04 lugares	02	R$ 559,90	R$ 1.119,80
Cenário Teatro de Fantoche	01	R$ 143,12	R$ 143,12
Mural didático	4	R$ 23,40	R$ 93,60
Armário Alto com porta	6	R$ 458,43	R$ 2.750,60
Mesa para professor	2	R$ 170,26	R$ 340,52
Cadeira Giratória	2	R$ 164,98	R$ 329,97
Estante	20	R$ 139,61	R$ 2.792,27
Tatame de Eva - Blocos de Encaixe 100cm X 100cm X 2,8cm	50	R$ 134,80	R$ 6.740,17
Almofadas com capas 50x50 cm	30	R$ 45,57	R$ 1.367,00
Jogo de mesas para 6 lugares e bancos	8	R$ 289,04	R$ 2.312,35

Tela de projeção 180x180	2	R$ 376,95	R$ 753,91
Piscina de bolinha 2x2 m² com 2.000 bolinhas	01	R$ 977,69	R$ 977,69
Escorregador Infantil 3 degraus	01	R$ 467,43	R$ 467,43
Puff infantil redondo em couro sintético	20	R$ 146,26	R$ 2.925,27
Globo Terrestre Político	02	R$ 139,52	R$ 279,03
Corda seda poliéster trançada - 12mm - metro	05	R$ 36,13	R$ 180,67
Corda Trançada Polipropileno 19mm - metro	05	R$ 37,32	R$ 186,60

Tabela 13. Descrição do material permanente.

DESCRIÇÃO DOS MATERAIS DE CONSUMO	QUANTIDADE	Preço médio	QUANTIDADE x Média
Animais Pula- Pula	05	R$ 149,63	R$ 748,13
kit 10 fantoches de dedo	10	R$ 22,40	R$ 224,00
kit 6 Fantoches	10	R$ 189,07	R$ 1.890,67
kit 7 Fantoches	10	R$ 120,63	R$ 1.206,33
Caixa Organizadora 30 Litros	05	R$ 54,35	R$ 271,73
Brinquedo Pedagógico Educativo - Bonecos de Pelúcia	20	R$ 58,51	R$ 1.170,27
Brinquedo Pedagógico Educativo - Carrinhos de brinquedo	20	R$ 32,80	R$ 656,07
Brinquedo Pedagógico Educativo - Material dourado - 611 peças	5	R$ 56,63	R$ 283,13
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 500 peças	5	R$ 44,60	R$ 222,98
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 1000 peças	2	R$ 60,68	R$ 121,35
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça - 48 peças	5	R$ 37,26	R$ 186,32
Brinquedo Pedagógico Educativo - Quebra cabeça Progressivo 16/25/49 Peças	10	R$ 29,66	R$ 296,63
Brinquedo Pedagógico Educativo - Formas Geométricas - Prancha de seleção pequena - 16 peças	05	R$ 32,83	R$ 164,15
Brinquedo Pedagógico Educativo - Túnel Infantil - 1,80m	02	R$ 149,83	R$ 299,65
Brinquedo Pedagógico Educativo - Tangran 70 peças mdf	05	R$ 39,85	R$ 199,27
Brinquedo Pedagógico Educativo - Formação de Palavras - 72 peças	10	R$ 24,73	R$ 247,30
Tapete Infantil Amarelinha 13 peças	02	R$ 58,87	R$ 117,73
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória Infantil 40 peças	05	R$ 34,53	R$ 172,67
Brinquedo Pedagógico Educativo - Jogo da Memória - Formas Geométricas	06	R$ 14,97	R$ 89,80

Brinquedo Pedagógico Educativo - Aramado Borboleta	05	R$ 63,95	R$ 319,73
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 150 Peças	07	R$ 56,17	R$ 393,17
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 250 Peças	03	R$ 58,44	R$ 175,32
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 100 Peças	05	R$ 120,52	R$ 602,58
Brinquedo Pedagógico Educativo - Blocos de montar 500 Peças	05	R$ 75,96	R$ 379,82
Livros de tecido	200	R$ 18,33	R$ 3.665,33
Livros Infantis	500	R$ 9,87	R$ 4.935,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Pequeno Construtor	05	R$ 24,80	R$ 124,00
Brinquedo Pedagógico Educativo - Alfabeto Silábico 354 Peças	05	R$ 55,49	R$ 277,47
Brinquedo Pedagógico Educativo - Numerais - 37 peças	05	R$ 29,55	R$ 147,77
Brinquedo Pedagógico Educativo - Dado de Pelúcia Grande	10	R$ 24,21	R$ 242,07
Brinquedo Pedagógico Educativo - Baú Pedagógico	10	R$ 301,36	R$ 3.013,63

Tabela 14. Descrição do material de consumo.

6. REFERÊNCIAS

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar Promulgada nº 1.139, de 28 de outubro de 1992**. Dispõe sobre cargos e carreiras do Magistério Público Estadual estabelecem nova sistemática de vencimentos, institui gratificações e dá outras providências. 1992. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/1992_-_LEI_COMPLEMENTAR_PROMULGADA_N%C2%BA_1_139%2C_de_28_de_outubro_de_1992.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. 1997a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 26 de junho de 1997(*)**. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. 1997b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Res02.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. 1999b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3276.htm>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. 2000a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena** - Parecer nº: CNE/CP 009/2001. 2001a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 06 maio 2017.

BRASIL. **Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001**. 2001b. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/portarias/2001/por_2001_2253_MEC_regulamentacao_oferecimento.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. 2002c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução 2, de 19 de fevereiro de 2002**. 2002d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Portaria 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. 2004d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. 2005b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005.** Brasília, 2005c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 03/2006**. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. 2006a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, n. 92, seção 1, p.11-12, de 16 de maio de 2006b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. 2006c. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 7 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. 2008c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 61, de 15 de maio de 2008**. Estabelecer práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências. 2008d. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/36_09102008032817.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº: 9/2009**. Revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/97, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb009_09.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES). **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. 2010a. Disponível em: <http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 23, de 1º de dezembro de 2010**. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. 2010b. Disponível em: <https://prograd.ufg.br/up/90/o/Portaria_Normativa_n.º23-2010.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 22 maio 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012b. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2012c. Disponível em: <https://prograd.ufg.br/up/90/o/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. 2012d. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº: 8/2012**. 2012e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.

BRASIL. **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**. **Portaria SETEC nº 58, de 21 de novembro de 2014**. Regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2014b. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_26205423_PORTARIA_N_58_DE_21_DE_NOVEMBRO_DE_2014.aspx>. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 2015a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&Itemid=30192>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Nota Técnica nº 24/2015 – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC**. 2015b. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015**. 2015c. Disponível em: <ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpsessp/bibliote/informe_eletronico/2015/iels.jan.15/Iels14/U_PT-MEC-GM-27_210115.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 3 ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1979.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População**. 2010a. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/pitanga/panorama>. Acesso em: 24 maio 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Economia**. 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/pitanga/panorama>. Acesso em: 24 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 11, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná. 2009a.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 001/2009 – Conselho Superior**. Ementa: Aprova o Estatuto do Instituto Federal do Paraná – IFPR. 2009b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-01.091.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Portaria nº 4 de 22 de junho de 2009**. Dispõe sobre o estágio no Instituto Federal do Paraná. 2009c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2009/06/PORTARIA-4-DE-ESTGIO-corrigida-Silvia.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 10/2009. Altera os dispositivos do Estatuto IFPR que especifica.** 2009d. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-10.091.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 4/2010 – CONSELHO SUPERIOR**. Dispõe sobre o Programa de Monitoria do Instituto Federal do Paraná. 2010a. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2009/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-04-2010.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 64 de 21 de junho de 2010**. 2010b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-64-2010/>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 65 de 28 de julho de 2010**. 2010c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-65-2010/>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 05, de 29 de março de 2010**. Cria o Programa de Bolsas de Iniciação Científica e o Plano de Trabalho para captação de recursos. 2010d.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). Sistema de Bibliotecas. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR)**. Curitiba, 2010e. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 53, de 21 de dezembro de 2011**. Altera os Artigos 7º, 8º e 12º da Resolução n°11/09, que determina a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná. 2011a. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-532011/>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 55, de 21 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. 2011b.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 47, de 21 de dezembro de 2011**. Aprova o Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação no Instituto Federal do Paraná. 2011c.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2011**. Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR. 2011d.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 13/2011. Aprova a mudança e consolida o Estatuto do IFPR**. 2011e. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-13.11.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 08/2011**. Institui o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Tecnologias do Instituto Federal do Paraná. 2011f. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Res.-08.11-1.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 39 de 18 de junho de 2012. Altera o Anexo I do Instituto Federal do Paraná.** 2012a. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/01/Res.-39.12-Altera-o-Anexo-I-do-Estatuto-do-IFPR..pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 56, de 03 de dezembro de 2012**. Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná. 2012b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/01/Res.-56.12.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Observatório Regional**: Cenário Socioeconômico das Unidades do IFPR, n. 1, out./nov. 2013a.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 02 de 26 de março de 2013**. Aprova o Regulamento de Estágios no âmbito do IFPR. 2013b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/Res.-02.131.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Instrução Interna de Procedimentos - IIP nº 001/2014 PROENS/IFPR, 28/03/2014**. Cria e Regulamenta o Programa Estudante-Atleta no Instituto Federal do Paraná. 2014a. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/IIP_PROENS_001.2014_estudante_atleta.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Instrução Interna de Procedimentos - IIP nº 002/2014 PROENS/IFPR, 06/09/2017**. Dispõe sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/IIP-PROENS-02-2017-OFERTA-DE-CURSOS-REGULARES-NO-IFPR.pdf>. Acesso em: 03 abril 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 08, de 30 de abril de 2014**. Regulamenta o Regimento Interno Comum aos Câmpus do IFPR. 2014b. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-08.14-Regimento-interno-comum-aos-campus-09.05.14.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 14, de 10 de junho de 2014.** Altera a Resolução 55/2011, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica na Educação Superior no âmbito do IFPR. 2014c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-14-de-2014..pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 02 de 10 de março de 2014**. Altera o Anexo I do Estatuto do Instituto Federal do Paraná. 2014d. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/01/Res.-02.2014.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 15, de 10 de junho de 2014**. Altera a Resolução nº 08/2011 – CONSUP que instituiu o NDE no âmbito da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação do IFPR. 2014e. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/01/Res.-15.2014.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Portaria nº 120, de 06 de agosto de 2009**. Minuta de alteração. 2014f. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/minuta-portaria120.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Instrução Interna de Procedimentos n. 02/2014 – IFPR/PROENS**. Cria e regulamenta as normas e procedimentos para a Mobilidade

Estudantil do Instituto Federal do Paraná. 2014g. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/IIP-02.2014-PROENS-IFPR-MOBILIDADE.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Estatuto do Instituto Federal do Paraná**. 2015a. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/Estatuto-consolidado-atualiza%C3%A7%C3%A3o-06.02.2015.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Manual de competências, de 10 de maio de 2015**. Consolida a estrutura organizacional Multicampus do IFPR e a necessidade de definição e padronização das competências inerentes a cada cargo/função. 2015b.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 02 de 06 de fevereiro de 2015.** Altera o Anexo I do Estatuto do Instituto Federal do Paraná. 2015c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/Res.-02.2015.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Instrução Interna de Procedimentos PROENS/IFPR nº 01 de 22 de junho de 2016**. Regulamenta a oferta de cursos regulares no âmbito do Instituto Federal do Paraná. 2016. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/IIP-01-2016.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR-PITANGA). **Portaria nº 54, de 24 de novembro de 2016**. Aprova o Regimento Geral da Biblioteca do Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga. 2016. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/11/Portaria-54_-regulamento-biblioteca.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR-PITANGA). **Portaria nº 99, de 29 de novembro de 2017**. 2017a. Disponível em: <http://pitanga.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/12/portaria-99.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR-PITANGA). **Portaria nº 46 de 05 de junho de 2017**. Delega a Subcomissão de Estruturação de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia do Campus Pitanga. 2017b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/Portaria-46.pdf>. Acesso em: 13 junho 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 02, de 23 de janeiro de 2017**. Altera a Resolução 55/2011, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica na Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná - IFPR. 2017a.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 19, de 24 de março de 2017**. Estabelece a Política Institucional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação

Básica no IFPR e aprova o Regulamento para Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura no IFPR. 2017b.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 40 de julho de 2017**. 2017c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Res.-40.2017.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 13 de 24 de março de 2017.** Aprova a Revisão 2017-2018 do PDI 2014-2018 do IFPR. 2017d. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/resolucao_pdi.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017**. Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR. 2017e. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Resolução-IFPR-nº-50_2017-Estabelece-as-normas-da-avaliação-dos-processos-de-ensino-aprendizagem-no-âmbito-do-IFPR.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Instrução Interna de Procedimentos PROENS/IFPR nº 02 de 06 de setembro de 2017**. Dispõe sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Paraná. 2017f. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/IIP-PROENS-02-2017-OFERTA-DE-CURSOS-REGULARES-NO-IFPR.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2014-2018. Versão Revisada, mar. 2017g. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2014-2018-Vers%C3%A3o-Revista-2017-2018-Final-30032017.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Instrução Normativa Reitoria/IFPR n.1, de 26 de julho de 2021**. Institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5ScM9JcrthdfQRcJ2b6ooHYuhRNB9-AHGQRVBqy7uU3lMuuQXn09kc337gGHQ9s7I2PiVPl63rZaZtKxZW56APEv

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SOCIAL (IPARDES). **Perfil avançado do município de Pitanga**. 2008. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=92&btOk=ok>. Acesso em: 7 maio 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**. 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&section=31&category=344&Itemid=359>. Acesso em: 13 de junho de 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANACORDA, M. A. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13. ed., São Paulo: Cortez, 2010.

MARIZ, R. **Em seis anos, 40% dos professores do ensino médio terão condições para se aposentar**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/em-seis-anos-40-dos-professores-do-ensino-medio-terao-condicoes-para-se-aposentar-17417068>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MARX, Karl. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIRA, M. E. M. Incluir para continuar excluindo: a produção da exclusão na educação brasileira à luz da psicologia histórico-cultural. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (orgs.). **A exclusão dos "incluídos"**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2. ed., Maringá: Eduem, 2012, p. 75-106.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Theomai, primer semestre, 2007 (p.107-130), número 015. **Red Internacional de investigadores Theomai sobre sociedad, Naturaleza y desarrollo**. Quilmes, Argentina. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/124/12401511.pdf> Acesso em 30/06/2016.

MORENO, A. C.; TENENTE, L.; FAJARDO, V. **ENEM 2015**: Notas por Escolas. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/educacao/2016/enem-2015-notas-por-escolas>. Acesso em: 22 mar. 2017.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 5 ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 9 ed., Campinas: Autores Associados, 2005.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/territ%C3%B3rios-integrando-espa%C3%A7os>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=verMunTR&m=4119608>. Acesso em: 25 ago. 2017.

TERRITÓRIO DE CIDADANIA PARANÁ CENTRO. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/paranacentropr/one-community?page_num=0>. Acesso em: 25 ago. 2017.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **As ideias estéticas de Marx**. 3 ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEIGA, I. P. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. G. (orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

UOL. Maioria dos docentes de ensino médio não tem formação na área que atua. 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/11/maioria-dos-docentes-do-medio-nao-tem-licenciatura-na-area-em-que-atua.htm>. Acesso em: 24 maio 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAPÍTULO I

DAS CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia do Instituto Federal do Paraná *Campus* Pitanga.

Parágrafo único: O TCC será apresentado sob a forma de artigo ou monografia, independente da natureza teórica ou prática do trabalho desenvolvido pelo discente e será regido pelas normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e em consonância com as Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR, 2010e).

Art. 2º Os objetivos do Trabalho Conclusão de Curso (TCC) são:

I - Colocar os discentes em contato com problemas teórico-práticos na área do curso e/ou áreas afins.

II - Possibilitar a demonstração, em trabalho acadêmico, de que o discente desenvolveu habilidade investigativa e criadora, conseguindo relacionar os conhecimentos obtidos na problematização/compreensão de questões da área de pesquisa e/ou atuação profissional.

III - Propiciar a investigação por meio da pesquisa, de forma sistematizada, disciplinada e formal relacionadas às áreas do curso e/ou áreas afins.

IV - Elaborar e desenvolver projetos que levem ao desenvolvimento de conhecimentos, materiais didático-pedagógicos, no sentido de ampliar a integração da dimensão teórico-prática no Instituto Federal do Paraná.

V - Intensificar a extensão universitária mediante a compreensão/intervenção em problemas existentes na sociedade relacionados à área de pesquisa e atuação do pedagogo.

VI – Utilizar as teorias, conceitos, modelos e metodologias aprendidas durante o curso, na elaboração de trabalhos, compreendendo a relevância social do conhecimento elaborado.

VII - Familiarizar o discente com o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e de implementação de projetos.

VIII - Desenvolver a proficiência escrita, adequada a relatórios acadêmicos ~~técnicos~~.

IX - Permitir a síntese e a sistematização de conhecimentos e habilidades desenvolvidos ao longo do curso de graduação.

X - Proporcionar a elaboração do conhecimento coletivo.

XI - Ser instrumento de avaliação e de formação dos discentes dentro dos critérios definidos no projeto pedagógico do curso.

Art.3º O TCC deverá ser realizado individualmente.

CAPÍTULO II
DO TEMA DO TCC

Art 4º O tema para o TCC deve estar relacionado a área da educação.

CAPÍTULO III
DO VÍNCULO DE ORIENTAÇÃO

Art. 5º A solicitação de vínculo com orientador será protocolada por meio da coordenação de TCC, em até trinta dias após o início do sétimo semestre por meio de formulário específico.

§1º Um documento com as linhas de pesquisa e respectivos orientadores, aos quais os discentes deverão se vincular para o desenvolvimento do TCC será expedido pela Coordenação de TCC.

§2º Ao final do prazo, o coordenador de TCC efetuará análise das indicações de vínculos solicitados pelos discentes e, em até trinta dias homologará análise e informará acerca da designação dos orientadores de cada discente.

§3º Será permitida a orientação de no máximo cinco discentes por docente.

§4º O professor orientador deverá estar lotado no IFPR - *Campus* Pitanga.

§5º Nos casos de coorientação, o docente poderá ser de outra Instituição de Ensino Superior.

CAPÍTULO IV
DA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 6º A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso será durante o componente curricular de TCC II e em até trinta dias antes do término do oitavo semestre, mediante recomendação do professor orientador.

Art. 7º O discente deverá apresentar seu trabalho, para uma banca de Defesa de Trabalhos Conclusão de Curso, a qual será designada pela Coordenação de TCC, em data previamente agendada.

Art. 8º Para ser aprovado no TCC, o discente também deverá entregar um documento, elaborado pelo orientador, que autorize a defesa do trabalho e um formulário de frequência que evidencie as participações em reuniões com o orientador.

Art. 9º O conceito final deverá levar em consideração os seguintes critérios:

a) O conceito atribuído pelo professor orientador com base em relatórios de progresso elaborados pelo mesmo em momentos apropriados e apresentado por meio de folha de avaliação detalhada de acordo com formulário de avaliação.

b) O conceito atribuído pelo professor orientador referente ao aspecto metodológico do artigo ou monografia final de TCC.

c) O conceito atribuído à defesa do TCC perante Banca Examinadora durante a Sessão de Defesa.

Art. 9º O TCC deverá ser entregue para a coordenação de TCC, sob protocolo e autorização do professor orientador, nos prazos definidos pelo Colegiado de Curso.

CAPÍTULO V
DO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO

Art. 10. O acompanhamento dos discentes no TCC dar-se-á pelo professor orientador nos dois últimos semestres do curso com assessoria da Coordenação, observando-se sempre a linha de pesquisa em que será desenvolvido o projeto, a área de atuação e a disponibilidade do professor orientador.

§ 1º A mudança de vínculo com o orientador deverá ser solicitada pelo discente junto à Coordenação de TCC com a concordância dos professores orientadores.

§ 2º O acompanhamento do TCC será feito por meio de reuniões periódicas, previamente agendadas entre professor orientador e orientando.

§ 3º É obrigatória a participação do discente em pelo menos 75% das reuniões de orientação, sob pena de não ter o trabalho recomendado para a Defesa.

CAPÍTULO VI
DA AUTORIZAÇÃO PARA DEFESA

Art. 11. Durante o oitavo semestre do curso o trabalho desenvolvido por ocasião da qualificação deverá ser avaliado pelo professor orientador e estar em condições de defesa perante a banca de avaliação.

§ 1º O TCC será qualificado com base em critérios estabelecidos pelo professor orientador, sendo que ao final da avaliação serão considerados como autorizados ou não autorizados.

§ 2º Os trabalhos considerados não autorizados pelo professor orientador deverão ser entregues à Coordenação de TCC ficando o discente obrigado a cursar novamente o componente curricular TCC II.

CAPÍTULO VII
DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 12. A defesa do TCC será pública e ocorrerá em evento específico, cuja data, horário e local serão informados, pela coordenação de TCC, em edital interno próprio para tal evento e seguindo o calendário vigente.

§ 1º Para participar da defesa do TCC, o discente deverá entregar para a Coordenação de TCC até a data máxima prevista pelo Colegiado de Curso:

a) Três vias do trabalho, encadernadas em espiral;

b) Documentação do orientador autorizando o trabalho para a defesa (Apêndice 1);

c) Formulário de frequência, com a indicação das reuniões de orientações (Apêndice 2).

§ 2º Quando o trabalho final for entregue fora da data estabelecida, o aluno deverá apresentar uma justificativa, a ser avaliada pela Coordenação de TCC.

CAPÍTULO VIII
DA COMPOSIÇÃO DAS BANCAS DE DEFESA

Art. 13. A banca de defesa do TCC será composta por três membros titulares (um professor orientador e dois membros convidados).

§ 1º Poderão ser membros de banca, os professores dos Cursos de Graduação do IFPR, professores de outras Instituições de Ensino Superior ou ainda por profissionais de nível superior que exerçam atividades afins com o tema do TCC, sendo que o professor orientador é o presidente da banca.

§ 2º Nos casos de coorientação, a banca examinadora deverá ser composta por quatro membros.

§ 3º Não poderá ser indicado para compor a banca cônjuge, convivente, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até segundo grau do discente.

§ 4º O professor orientador, em conjunto com a Coordenação de TCC, definirá a composição das bancas, respeitando os seguintes critérios:

a) Equidade do número de indicações de cada componente da banca.

b) Área de pesquisa e atuação acadêmica do membro da banca.

c) Interesse e disponibilidade do membro da banca.

CAPÍTULO IX
DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 14. A defesa do TCC ocorrerá:

a) Com duração de 20 a 30 minutos com tolerância de dez minutos para os discentes apresentarem seu trabalho.

b) Até 15 (quinze) minutos para cada componente da Banca Examinadora fazer sua arguição.

c) 10 (dez) minutos para os discentes responderem a cada um dos examinadores.

Parágrafo único - A duração total da sessão pública de Defesa não pode ser superior a 1h40min (uma hora e quarenta minutos), excluindo a duração da sessão secreta para redação da Ata de Defesa e do parecer da banca examinadora.

Art. 15. A atribuição dos conceitos dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, em sessão secreta.

§ 1º Os conceitos serão individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§ 2º O conceito final da Sessão de Defesa será decidido pela banca.

Art. 16. O discente será aprovado no TCC se obter os conceitos A, B ou C e será considerado reprovado se obtiver o conceito D.

CAPÍTULO X
DA ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC

Art. 17. Até dez dias antes do encerramento do semestre letivo e em consonância com o calendário vigente, o discente deverá entregar para a coordenação de TCC a versão final do TCC, com anuência do orientador.

§ 1º O discente terá o prazo de vinte dias para alterar o trabalho, de acordo com as sugestões da banca;

§ 2º Os trabalhos entregues serão divulgados no site do IFPR, exceto os que forem enviados para publicação em periódicos. Caso o discente e orientador optem pela submissão em revista científica, deverá informar, no momento da entrega, o nome do periódico que pretende submeter (Apêndice 3).

§ 2º A versão final deverá ser entregue apenas em formato digital, PDF, podendo ser entregue em CD-ROM, conforme dispõe a portaria nº 360 de 18 de maio de 2022.

§ 3º O discente que não entregar a versão final obterá conceito D no componente curricular TCC II.

CAPÍTULO XI
DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE TCC

Art. 18. A coordenação de TCC será composta pelo docente responsável pelo componente curricular TCC II e demais professores do curso de Pedagogia do IFPR – campus Pitanga. Compete ao Coordenador de TCC:

a) Acompanhar junto à Secretaria Acadêmica os procedimentos necessários aos registros das atividades do TCC.

b) Apoiar os professores orientadores, esclarecendo dúvidas com relação aos regulamentos e procedimentos acadêmicos.

c) Cadastrar semestralmente os docentes interessados em orientar trabalhos com os respectivos interesses e disponibilidades e organizar as pastas de orientação.

d) Estipular prazos para as definições das bancas e suas realizações.

e) Supervisionar a condução de todos os procedimentos necessários para a conclusão dos Trabalhos de Conclusão de Curso e organizar, em conjunto com o Colegiado de Curso, soluções para os casos que surgirem.

f) Definir local para disponibilização da versão digital das Versões Revisadas dos Trabalhos Finais.

CAPÍTULO XII
DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR E COORIENTADOR

Art. 19. Compete ao professor orientador e coorientador:

a) Definir linhas e sugerir temas de seu interesse, condizentes com o perfil do curso e de seu domínio de conhecimento, para serem analisados e escolhidos pelos discentes.

b) Quando solicitado pela coordenação de TCC, apresentar e discutir, com os discentes, os temas propostos.

c) Orientar o discente na elaboração da proposta do TCC, bem como do trabalho final, dentro dos preceitos da conduta ética.

d) Acompanhar o desenvolvimento do TCC.

e) Avaliar o trabalho escrito e autorizar ou não o envio do mesmo para defesa.

f) Participar da qualificação e da banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso dos seus orientandos.

g) Supervisionar a elaboração do Projeto de Pesquisa, da pesquisa em si e das Monografias de Qualificação e Final de seu orientando.

h) Observar e respeitar todas as datas limites de entrega de materiais relacionados ao TCC descritos em calendário aprovado pelo Colegiado de Curso.

i) Aprovar a entrega do Projeto de Pesquisa e Relatórios de seu orientando através de sua assinatura e data.

j) Analisar e aprovar as versões digitais, impressas, e formulários que o discente deve entregar aos diversos órgãos internos.

k) Presidir a Sessão de Defesa dos Trabalhos Finais de seus orientandos.

l) Supervisionar se as alterações recomendadas pelos membros da Banca Examinadora foram realizadas pelo discente, após sua apresentação.

m) Reunir-se com o discente, após a divulgação do resultado da avaliação da Defesa do artigo ou monografia final, para avaliar as considerações emitidas pela banca examinadora e decidir quais serão acatadas e incluídas nas versões seguintes da Monografia.

n) Assinar as atas e formulários inerentes ao processo de avaliação do TCC.

o) Conferir se os trabalhos elaborados sob sua orientação estão em conformidade com as Normas e Padrões para Normalização de Trabalhos Acadêmicos.

p) Analisar o mérito, deliberar sobre as incorporações das sugestões feitas por ele e pela banca de defesa e verificar se o discente procedeu às alterações solicitadas.

Parágrafo único: A recusa por parte do proceder à orientação de TCC quando solicitado, deverá ser justificada por escrito e encaminhada à coordenação do seu respectivo curso, ficando arquivada em seu prontuário.

CAPÍTULO XIII
DAS ATRIBUIÇÕES DO DISCENTE

Art. 20. Compete ao discente:

a) Estudar e aplicar as normas técnicas de elaboração de monografia.

b) Elaborar proposta de TCC, após escolha do tema e estabelecimento formal do vínculo com o orientador.

c) Procurar o professor orientador para estabelecimento de vínculo de orientação e discutir, com este, a proposta de Trabalho de Conclusão de Curso.

d) Comparecer às reuniões agendadas pelo orientador.

e) Apresentar o TCC para qualificação do orientador.

f) Conduzir e executar o TCC, obedecendo às normas definidas neste regulamento e os padrões éticos de respeito a direitos autorais.

g) Redigir e defender o trabalho final.

h) Entregar cópia corrigida do trabalho final.

i) Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pelo IFPR e pelo professor orientador.

j) Realizar as mudanças e/ou alterações que forem indicadas e/ou propostas pela Banca de Defesa antes do trabalho definitivo.

k) Elaborar sua pesquisa e produzir todos os relatórios exigidos e entregá-los nos prazos definidos pelo Colegiado do Curso ou por seu professor-orientador.

l) Elaborar seu TCC de acordo com os padrões estabelecidos e entregá-lo no prazo para a avaliação da Banca Examinadora.

m) Elaborar a apresentação de seu TCC e apresentá-la na data e hora marcadas para a Banca Examinadora.

o) Entregar cópia de seu TCC Final devidamente encadernadas à Coordenação de TCC no prazo indicado, sob pena de reversão do resultado.

p) Cadastrar cópia digital de seu TCC em repositório específico, definido pela Coordenação de TCC

q) Obedecer a todos os prazos estabelecidos no Calendário Vigente e entregar à Coordenação de TCC e à Secretaria todos os documentos pertinentes solicitados neste regulamento.

r) Respeitar este regulamento.

s) Ser ético e respeitar os direitos autorais e comitês de ética.

CAPÍTULO XIV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA BANCA

Art. 21. Compete ao Professor membro da Banca Examinadora:

a) Corrigir o TCC a ele submetido para avaliação e elaborar seu parecer.

b) Em caso de impedimento para comparecer à Sessão de Defesa, avisar com o máximo de antecedência ao professor-orientador e ao coordenador do curso para que o Suplente possa substituí-lo.

c) Assinar as atas e formulários inerentes ao processo de avaliação do TCC.

CAPÍTULO XV
DAS ATRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA DO IFPR

Art. 22. Compete à Biblioteca:

A) Realizar o cadastramento da cópia da Versão Revisada do Trabalho de Conclusão de Curso Final em seu acervo.

CAPÍTULO XVI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Os formulários e demais documentos citados neste regulamento serão elaborados pela Coordenação de TCC

Art. 24. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenação de TCC, assessorado pelo Colegiado de Curso.

APÊNDICE 1 - Termo de autorização do TCC pelo/a orientador/a

Eu, _____, professor/a do IFPR - campus Pitanga, confirmo que o presente trabalho foi lido, avaliado e aprovo o seu envio para a Coordenação de TCC.

Título do trabalho: _____

Nome do/a aluno/a: _____

Nome do/a orientador/a: _____

Nome do/a coorientador/a (se houver): _____

_____

Assinatura do/a professor/a orientador/a

_____

Assinatura do/ aluno/a

Pitanga, _____ de _____ de 2022

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

APÊNDICE 2 - FORMULÁRIO DE FREQUÊNCIA – TCC

Nome do/a aluno/a: _____

Nome do/a orientador/a: _____

Nome do/a coorientador/a (se houver): _____

Título do trabalho: _____

Quantidade de horas cumpridas pelo/a aluno/a: _____

Liste as atividades desenvolvidas ao longo do processo de orientação:

_____

Assinatura do/a professor/a orientador/a

_____

Assinatura do/a orientando/a

Pitanga, _____ de _____ de 2022.

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

APÊNDICE 3 - FORMULÁRIO PARA PUBLICAÇÃO DO TCC

Nome do/a aluno/a: _____

Nome do/a orientador/a: _____

Título do trabalho: _____

Autoriza a publicação do trabalho no site do IFPR?

SIM NÃO

Pretende submeter o artigo a uma revista?

SIM NÃO

Indicar os títulos de possíveis de revistas para publicação:

Primeira opção: _____

Segunda opção: _____

Terceira opção: _____

_____

Assinatura do/a professor/a orientador/a

_____

Assinatura do/ aluno/a

Pitanga, _____ de _____ de 2022.

APÊNDICE B

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – IFPR *CAMPUS* PITANGA

CAPÍTULO I
DAS FINALIDADES

Art. 1º As Atividades Complementares se constituem em parte integrante do currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia.

§1º O Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Pedagogia é regido pelas Resoluções CNE/CP Nº 2/2015 (BRASIL, 2015a) e CONSUP/IFPR Nº 19/2017 (IFPR, 2017b).

§2º As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do discente.

§3º Caberá ao discente participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de conhecimentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, privilegiando:

I. Atividades de complementação da formação social, humana e cultural.

II. Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo.

III. Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II
DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas no próprio IFPR ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do discente, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas fora do horário das aulas da graduação, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III
SEÇÃO I
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Ao Coordenador do Curso compete:

I. Indicar, junto ao Colegiado do Curso, a Comissão Permanente de Análise das Atividades Complementares responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares.

II. Propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares.

III. Supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares.

IV. Definir, junto ao Colegiado do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e limitação de horas para validação de Atividades Complementares em consonância com a PPC do curso de Licenciatura em Pedagogia.

V. Avaliar, junto ao Colegiado do Curso, as Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II
DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. Propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e limitação de horas para validação de Atividades Complementares, em consonância com a PPC do curso de Licenciatura em Pedagogia.

II. Propor ao Coordenador do Curso atividades de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com a PPC de Licenciatura em Pedagogia.

III. Propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III
DA COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 6º - À Comissão Permanente de Análise das Atividades Complementares, compete:

I. Analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo discente, levando em consideração este Regulamento.

II. Avaliar e contabilizar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo discente, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada.

III. Orientar o discente quanto aos limites de horas e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares.

IV. Fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos discentes.

V. Registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo discente, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade.

VI. Encaminhar ao órgão de Registros Acadêmicos, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares.

VII. Encaminhar as reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV
DO DISCENTE

Art. 7º - Aos discentes compete:

I. Informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora do IFPR/Pitanga que propiciem horas para Atividades Complementares.

II. Inscrever-se e participar efetivamente das atividades.

III. Solicitar a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento.

IV. Providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas.

V. Entregar a documentação necessária para a contabilização e a avaliação das Atividades Complementares até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico.

VI. Arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada.

VII. Retirar a documentação apresentada junto à Comissão Permanente de Análise das Atividades Complementares em até 60 dias corridos após a publicação do resultado, a documentação não retirada no prazo estabelecido será destruída.

§1º A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º O discente deverá protocolar junto à Comissão Permanente de Análise das Atividades Complementares a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º Caso o discente complete o número mínimo de horas exigidas para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o discente considerado aprovado.

§3º Caso o discente não complete o número mínimo de horas exigidas para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º Caso o discente tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de horas exigidas para aprovação, a matrícula será realizada e o discente será considerado reprovado.

Art. 9º A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizadas até a data limite para lançamento de conceitos estabelecidos no Calendário Acadêmico.

Art. 10 Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo discente, serão considerados:

I. A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o discente estiver matriculado.

II. O total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do discente no curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural:

I. Atividades esportivas - participação nas atividades esportivas.

II. Cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira.

III. Participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras.

IV. Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural.

V. Participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo:

I. Participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição.

II. Participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares.

III. Participação em atividades beneficentes.

IV. Atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade.

V. Engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar.

VI. Participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional na área do curso de Licenciatura em Pedagogia:

I. Participação em cursos de fundamento científico ou de gestão.

II. Participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos.

III. Participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos.

IV. Participação em projetos de pesquisa, inovação e extensão.

V. Participação como expositor em exposições técnico-científicas.

VI. Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico.

VII. Publicações em periódicos.

VIII. Publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional.

IX. Estágio não obrigatório.

X. Trabalho como empreendedor na área do curso.

XI. Monitorias na área do curso.

XII. Participação em visitas técnicas na área do curso.

XIII. Participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso.

CAPÍTULO VI
DA VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 14 As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Art. 15 - O estudante deverá protocolar o pedido de Atividades Acadêmicas Complementares até o término do 7° semestre do curso.

Art. 16 - O requerimento de Atividades Acadêmicas Complementares deverá ser feito pelo estudante em formulário específico (Apêndice 2), entregue à Comissão Permanente de Análise das Atividades Complementares.

Art. 17 - A mesma atividade não poderá ser pontuada em duplicidade.

Art. 18 - As atividades extensionistas utilizadas para validação dos componentes curriculares específicos de extensão não poderão ser novamente pontudas como AAC.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO

Art. 19 - Será considerado aprovado o discente que, na avaliação, obtiver 200 horas em atividades complementares.

Parágrafo único - Para fins de registro acadêmico constará no histórico escolar do discente apenas o conceito “aprovado” ou “reprovado” em Atividades Complementares.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pelo Colegiado do Curso.

APÊNDICE 1

CARGAS HORÁRIAS PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural:

N°	ATIVIDADE	UNIDADE	VALIDADE	MÁXIMO NA ATIVIDADE
01	Atividades esportivas - participação nas atividades esportivas	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	60h
02	Cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira.	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	60h
03	Participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras.	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	60h
04	Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural.	Hora OU Organização	Carga horária do certificado ou declaração OU 10h/organização	60h
05	Participação como expositor em exposição artística ou cultural.	Exposição	10h/exposição	60h

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo:

N°	ATIVIDADE	UNIDADE	VALIDADE	MÁXIMO NA ATIVIDADE

06	Participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição.	Participação	10h/semestre	40h
07	Participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares.	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	40h
08	Participação em atividades beneficentes.	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	40h
09	Atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade.	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	40h
10	Engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar.	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	40h
11	Participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	40h

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional na área do curso de Licenciatura em Pedagogia:

N°	ATIVIDADE	UNIDADE	VALIDADE	MÁXIMO NA ATIVIDADE
12	Participação em cursos de fundamento científico ou de gestão.	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	80h
13	Participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos.	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	120h

14	Participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos.	Apresentação	10h/apresentação	80h
15	Participação em projetos de pesquisa, inovação e extensão.	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	100h
16	Participação como expositor em exposições técnico-científicas.	Exposição	10h/exposição	80h
17	Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico.	Hora OU Organização	Carga horária do certificado ou declaração OU 20h/organização	80h
18	Publicações em periódicos com Qualis A.	Publicação	30h/publicação	120h
19	Publicações em periódicos com Qualis B.	Publicação	20h/publicação	80h
20	Publicações em periódicos com Qualis C.	Publicação	15h/publicação	60h
21	Publicações em periódicos sem Qualis.	Publicação	10h/publicação	40h
22	Publicações de resumo simples em anais de eventos técnico-científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional.	Publicação	4h/publicação	40h

23	Publicações de resumo expandido em anais de eventos técnico-científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional.	Publicação	6h/publicação	60h
24	Publicações de artigos completos em anais de eventos técnico-científicos de abrangência regional.	Publicação	8h/publicação	80h
25	Publicações de artigos completos em anais de eventos técnico-científicos de abrangência nacional.	Publicação	10h/publicação	100h
26	Publicações de artigos completos em anais de eventos técnico-científicos de abrangência internacional.	Publicação	15h/publicação	150h
27	Estágio não obrigatório na área do curso.	Semestre	20h/semestre	80h
28	Experiência profissional na área do curso.	Semestre	20h/semestre	80h
29	Monitorias na área do curso.	Hora	Carga horária do certificado ou declaração	80h
30	Participação em visitas técnicas na área do curso.	Hora OU Visita	Carga horária do certificado ou declaração OU 10h/visita	40h

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

APÊNDICE 2

FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES – AAC

Estudante: _____

Licenciatura em Pedagogia Período/ano: _____

Nº de Matrícula: _____ Telefone: _____

Atividades requeridas: listar os títulos das atividades, o Grupo e linha a que se referem (vide Anexo 1) e a quantidade de horas solicitadas. Anexar documentos comprobatórios para cada uma.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	GRUPO E LINHA	QUANTIDADE DE HORAS NO DOCUMENTO	HORAS SOLICITADAS

TOTAL DE HORAS OBTIDAS (mínimo de 200 horas)			

Pitanga, ___ de _____ de 20_____.

_____

Assinatura do aluno

_____

Comissão Permanente de Análise das Atividades Complementares

(**Preencher em duas vias**: uma com os documentos comprobatórios anexados e outra que ficará em poder do aluno requerente)

APÊNDICE C

REGULAMENTO PARA APROVEITAMENTO DE CARGA HORÁRIA PARA OS COMPONENTES DE EXTENSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – IFPR *CAMPUS* PITANGA

Art. 1º - O presente Regulamento estabelece o fluxo dos pedidos e análises para aproveitamento de horas como participante de projetos de extensão e sua convalidação com os componentes curriculares "Projetos de Extensão" I, II, III, IV e V do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR/PITANGA.

Art. 2º - O/a estudante que participar como colaborador(a) em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, publicações e/ou prestação de serviços de extensão no âmbito do IFPR – Campus Pitanga, poderá solicitar convalidação destas horas para os componentes curriculares "Projetos de Extensão" I, II, III, IV e V.

Art. 3° - O/a estudante que participar das atividades descritas no Art. 2º e desejar convalidar as horas, deverá protocolar, junto à Secretaria Acadêmica, o pedido de convalidação por meio do formulário de "Aproveitamento de horas de extensão", anexo a este Regulamento (Apêndice 1).

Art. 4° - O requerimento deverá ser feito em datas previamente estabelecidas em Calendário Acadêmico.

Art. 5º - Junto ao requerimento, deverá ser anexado certificado comprovando o total de horas em que o/a estudante participou, como colaborador/a, do(s) programa(s), projeto(s), curso(s), oficina(s), evento(s), publicação(ões) e/ou prestação(ões) de serviços de extensão.

Art. 6º - Para o aproveitamento de componentes específicos de "Projetos de Extensão" I, II, III, IV ou V, o/a estudante deverá comprovar, **no mínimo**, a mesma carga horária do componente em atividades de extensão.

Art. 7º - O/a estudante poderá se utilizar de mais de um certificado/atividade para compor a carga horária do componente que queira convalidar.

Art. 8º - Caso a carga horária do(s) certificado(s)/atividade(s) permita, o/a estudante poderá solicitar convalidação mais de um componente de Extensão em seu pedido.

Art. 9º - A análise dos pedidos de aproveitamento de carga(s) horária(s) de atividades de extensão ficará a cargo do Colegiado de Curso, ou de Comissão específica por este designada.

Art. 10º - Será emitido parecer fundamentado deferindo ou indeferindo o pedido do/a estudante.

Art. 11º - Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso.

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

APÊNDICE 1

FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE APROVEITAMENTO DE CARGA HORÁRIA PARA OS COMPONENTES DE EXTENSÃO

Estudante: _____

Licenciatura em Pedagogia Período/ano: _____

Nº de Matrícula: _____ Telefone: _____

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO	QUANTIDADE DE HORAS COMPROVADAS	COMPONENTE REQUERIDO

Pitanga, ___ de _____ de 20_____.

_____
Assinatura do aluno

_____
Secretaria Acadêmica

(**Anexar** documentos comprobatórios)